



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA

FRANCISCO JADSON SILVA MAIA

**MÍDIA À LUZ DO DESEJO:
CARTOGRAFIAS DOS PROCESSOS DA MÍDIA LIVRE CONTEMPORÂNEA
BRASILEIRA**

NATAL/RN
2016.1

Francisco Jadson Silva Maia

**MÍDIA À LUZ DO DESEJO:
CARTOGRAFIAS DOS PROCESSOS DA MÍDIA LIVRE CONTEMPORÂNEA
BRASILEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Estudos da Mídia.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Guilherme Albano

NATAL/RN
2016.1

UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Catálogo da Publicação na Fonte

Maia, Francisco Jadson Silva.

Mídia à luz do desejo: cartografias dos processos da mídia livre contemporânea brasileira / Francisco Jadson Silva Maia. - Natal, RN, 2016.

104 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Guilherme Albano.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia.

1. Mídia livre - Dissertação. 2. Processos Sociais - Dissertação. 3. Movimentos sociais Dissertação.
I. Albano, Sebastião Guilherme. II. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 316.774

FOLHA DE APROVAÇÃO

FRANCISCO JADSON SILVA MAIA

**MÍDIA À LUZ DO DESEJO: CARTOGRAFIAS DOS PROCESSOS DA MÍDIA
LIVRE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA**

Natal, 4 de março de 2016.

Aprovada por:

Professor Doutor Sebastião Guilherme Albano PPGEM/UFRN (Orientador)

Professor Doutor Henrique Antoun PPGCOM/UFRJ

Professora Doutora Norma Missae Takeuti PPGCS/UFRN

Professora Doutora Josimey Costa da Silva PPGEM-PPGCS/UFRN

Professora Doutor Alexandro Galeno Araújo Dantas PPGEM-PPGCS/UFRN (Suplente)

À minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À Socorro, minha mãe, pelo contínuo encorajamento.

A Jader, meu pai, pelo suporte e pela confiança em meu sonho.

A Sebastião, que certamente é mais que um orientador, é parceiro de debates, trocas de experiências e de livros inestimável.

Aos amigos, em especial: Felipe, Bennele, Juliana.

Aos amigos da academia, em especial: Maísa, Ben-Hur, Dahianna, Tatiana.

À Ana Pessoa e Catarina Santos pela colaboração e pelo compartilhamento de ideias.

A todos os professores que realizam o PPGEM.

A todos os componentes do grupo de pesquisa GEMINI.

Nós nos dirigimos aos inconscientes que protestam. Buscamos aliados. Precisamos de aliados. E temos a impressão de que esses aliados já existem, que eles não esperaram por nós, quem tem muita gente que está farta, que pensa, sente e trabalha em direções análogas: não é questão de moda, mas de um “ar do tempo” mais profundo, em que pesquisas convergentes estão sendo realizadas em domínios muito diversos. (DELEUZE, 1992, p. 34).

RESUMO

Neste trabalho busca-se compreender as especificidades da comunicação em rede e a lógica de articulação das insurgências sociais no contemporâneo inferidas a partir do rizoma, conceito cunhado por Félix Guattari e Gilles Deleuze, e da multidão como pregam Michael Hardt e Antonio Negri. Para tanto, levanta-se os processos e as práticas dos corpos políticos, chegando a linhas e estratégias comuns de operação. Salvo as especificidades, é possível traçar uma comunicação contínua e rizomática que percorre tanto os corpos inscritos na democracia institucionalizada, como o movimento-partido espanhol Podemos e a coalização grega Syriza, quanto os coletivos autônomos, como o Movimento Passe Livre, que luta pelo transporte público universal, gratuito e de qualidade, e as iniciativas de mídia livre Mídia NINJA e Catarina Santos, dispostas a compreender os movimentos sociais. O aditivo constituinte deste modelo de comunicação em rede parece ser o desejo de radicalização da democracia, no viés de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, como uma luta estratégica e comum. Com efeito, falando especificamente da mídia livre, são construídos a partir daqui processos que se efetivam na compreensão do agenciamento dos corpos como pertinente à ação política em direção ao projeto de democracia radical, como na utilização de *softwares* livres, o agenciamento comunicador-manifestante, a *performance*, a vivência coletiva.

Palavras-chave: Mídia livre. Processos sociais. Movimentos sociais. Democracia.

ABSTRACT

This paper aims to understand the specifics of the network communication and the logic of articulation of social insurgencies in contemporary inferred from the rizome concept coined by Felix Guattari and Gilles Deleuze and the multitude as preach Michael Hardt and Antonio Negri. To do so, it raises the processes and practices of political bodies, reaching lines and common strategies of operation. Unless the specifics, it is possible to draw a continuous and rizomatic communication that traverses both bodies enrolled in institutionalized democracy, as the spanish movement-party Podemos and the greek coalition Syriza, as the autonomous collectives, such as the Movimento Passe Livre, fighting for universal public, free and quality transport, and the free media initiatives Media Ninja and Catarina Santos, willing to understand the social movements. The constitutional amendment of this model of communication networking seems to be the desire to radicalization of democracy, the bias of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, as a strategic and common struggle. Indeed, speaking specifically of free media, they are built from here processes that take place in understanding the agency of the bodies as relevant to political action toward the radical democracy project, and the use of free softwares, the communicator-protester agency, the performance, the collective experience.

Keywords: Free media. Social processes. Social movements. Democracy.

SUMÁRIO

Introdução	11
CAPÍTULO I	
DE MASSA, MULTIDÃO E OUTROS: ACEPÇÕES NA MODERNIDADE E NA CONTEMPORANEIDADE	16
1.1 CIDADES, MASSA E A CONSCIÊNCIA DA COMUNIDADE	18
1.2 MULTIDÃO, DEMOCRACIA, TRABALHO IMATERIAL E REDES	20
1.3 O ESTADO COMO UM AGENTE DOS MEIOS	24
1.4 MASSA E MULTIDÃO: MAIS CONEXÕES E DISTINÇÕES	27
1.5 A SUBJETIVIDADE SINGULARIZADA E OS PERCALÇOS DA MULTIDÃO	30
1.6 À PROCURA DA POLÍTICA E DO DESEJO: A EMERGÊNCIA DA CARTOGRAFIA NESTE ESTUDO	35
CAPÍTULO II	
RIZOMA E COMUNICAÇÃO: A COMPREENSÃO DAS MULTIPLICIDADES COMO RACIONALIDADE CONTEMPORÂNEA DOS CORPOS POLÍTICOS	40
2.1 RIZOMA E COMUNICAÇÃO	40
2.2 NOS MEANDROS DA GUERRA E DO LIBERALISMO, A POLÍTICA E A DEMOCRACIA	45
2.3 A DISPOSIÇÃO MOLECULAR DA POLÍTICA: A CRISE E A CRIAÇÃO	49
2.4 A DEMOCRACIA RADICAL COMO DESEJO COMUM	51
2.5 A INCURSÃO DA PRÁXIS DOS CORPOS POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS EM DIREÇÃO À DEMOCRACIA RADICAL	56
CAPÍTULO III	
MÍDIA À LUZ DO DESEJO: CARTOGRAFIAS DOS PROCESSOS DA MÍDIA LIVRE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA	63
3.1 AS JORNADAS DE JUNHO E A MUDIATIZAÇÃO DOS PROCESSOS SOCIAIS	63
3.2 DO CONCEITO DE MÍDIA E TRAJETÓRIAS DE MÍDIA NINJA E CATARINA SANTOS	67

3.3	MÍDIA À LUZ DO DESEJO: CARTOGRAFIAS DOS PROCESSOS E <i>PRÁXIS</i> COMUNICATIVOS DE MÍDIA NINJA E CATARINA SANTOS	75
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICE A – Entrevista com Ana Pessoa	95
	APÊNDICE B – Entrevista com Catarina Santos	102

Introdução

À procura da *filosofia analítico-política* de Michel Foucault (2012), disposta a atuar nas relações de poder que percorrem os indivíduos sociais, condiciona o curso desta pesquisa que pretende compreender as iniciativas de mídia livre como corpos da política e do desejo. Ao passo que as considerações de Foucault (2012) apontam para uma crítica mais compreensiva das nuances políticas contemporâneas, num manuseio digno da micropolítica, no qual qualificações unilaterais, universais ou mesmo absolutas perdem força, como endossa a noção de *populismo* construída por Ernesto Laclau (2005), busca-se também aqui cartografar os processos e a *práxis*, continuamente construídos em cooperação e colaboração em rede, dessas iniciativas dispostas a trazer a luz questões dos movimentos sociais e de emancipação do Brasil. O movimento rebelde manifesta-se, segundo a análise construída na presente pesquisa, em *rizoma*, como constituem Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995).

Das condições do rizoma, dispomos em mapa linhas que fita um *devir comum*, levando em consideração as multiplicidades e, portanto, a micropolítica exuberante em sua velocidade de cada cena. Nesse contexto, as eleições de governos de perfil socialista na América Latina, as edições do Fórum Social Mundial, a incursão dos novos corpos políticos e movimentos sociais do sul da Europa, as manifestações de junho de 2013 no Brasil, o *Occupy Wall Street* em Nova Iorque, a Primavera Árabe compartilham uma política, que mesmo juntos e conexos em mapa, os acontecimentos seguem com base política múltipla e processos e *práxis* que demonstram um *continuum* vigoroso. Apesar de inscritos no início do século XXI, esses eventos reportam a outros mais distantes. Não se trata do *evolucionismo residual*, ao contrário, a análise fluente em rizoma, prefere a assinalação de fluxos e a antigenealogia e, portanto, enseja uma disposição molecular da história, vide que o estágio contingente do contemporâneo faz frente ao teor exclusivamente progressivo da história linear, afeita a pontos.

Essas linhas das dinâmicas da política e do desejo parecem esculpir a *multidão* que tem em seus fitos constituintes a ação e um projeto de democracia radical ou absoluta. Além desses motivos, a Multidão, de Baruch Spinoza atualizada por Michel Hardt e Antonio Negri (2005), tensiona os aspectos mais basilares da Massa, pensada em Elias Canetti (1995), os quais trazemos à luz no primeiro capítulo. As questões de densidade (ensaiada no comprimir dos indivíduos), igualdade, meta ganham novas nuances na relação massa e multidão. Desde dentro, a multidão tem o projeto de uma democracia radical, para conseguir a meta, observa a sua lonjura, porém ensaia ao mesmo tempo em que recusa as características mais tradicionais

do contrapoder. Esta decisão implica a construção contínua de processos e práticas que melhor compreendam as multiplicidades dispostas em multidão, a partir de valores como a autonomia, a liberdade e igualdade.

Os tensionamentos também dizem respeito ao espaço que a comunicação, em seu sentido mais amplo, tem ganhado cada vez mais o cerne dos movimentos sociais. Nesse contexto, a comunicação midiática, especialmente o vigor engendrado pela Internet, dispõe as informações de teor político e do desejo de uma democracia radical, vide o *devir comum* organizado e manifesto nas redes a cada manifestação desse ciclo global de lutas. Além disso, o curso do capitalismo contemporâneo em direção a imaterialidade percorre a noção de multidão, tornando-se ainda mais cognitivo e subjetivo, constituinte de subjetividade e superando de vez os muros do campo econômico. A partir daqui, os rearranjos de poder – que inclui, inclusive, a distribuição dos meios de produção, a do capital e a orientação política – e, portanto, a organização social são pensados em rede. O capitalismo, o poder e a organização social são representados pela rede. A este desígnio, sobretudo acadêmicos, cabe crítica, como fazem Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009). Se a crítica elabora-se apontando os aspectos mais problemáticos da rede, como o ensejo de representação que opera, o rizoma, cunhado por Deleuze e Guattari (1995), que em dado momento se equipara à rede, já prevê seus limites e os neutraliza. O rizoma é a própria consistência das relações que se estabelecem, a medida que suas *características aproximativas* concedem a compreensão das multiplicidades. Assim, se por vezes o rizoma reporta de imediato a rede, é porque estabelece relação rigorosa com a comunicação, inclusive em sua face mais contemporânea. A comunicação rizomática é percorre as multiplicidades, de maneira acentrada, autônoma e contínua.

As relações entre rizoma e comunicação são apontadas no segundo capítulo. Adiantamos que a adoção do rizoma permitiu três experiências a este estudo:

- a) um novo modelo de comunicação, em rede, capaz mesmo entre heterogêneos;
- b) um modelo de racionalização dos corpos políticos e do desejo, possibilitando novos processos e nova *práxis*, mais flexíveis e talvez mais democráticas; e
- c) um modelo de análise, vide a operação molecular da política disposta simultaneamente em vários lugares do mundo e, assim, a partir de sua *práxis* se comunica a de outros. São modelos que comportam os fluxos e as substâncias, não de teor estruturalista, como delimita Alain Badiou (1972). Neste capítulo, disserta-se sobre a condição da democracia nos meandros do liberalismo e da guerra, esta última entendida sob o viés de um estado de exceção perene. Ademais, admite-se o conceito de populismo, um modo de constituição do fazer político, no tocante ao perfil dos governos em curso na América Latina e

sua transversalidade com um conceito de povo específico, capaz de ruptura interna para saber quais são os seus, a *plebs*, e também plural, negando a ronda do essencialismo filosófico, ambos construídos por Laclau (2005). As articulações do projeto de democracia radical são elaboradas numa parceria de Chantal Mouffe e Laclau (1987). É preciso salientar que, segundos os autores, este intento sustenta uma perspectiva socialista a medida que quer descartar as relações de poder capitalísticas, mas esta é apenas uma de seu rosto. Rosto que deve demonstrar expressões de pluralidade, igualdade e liberdade.

Na ocasião, são cartografados processos e práticas de corpos políticos contemporâneos, como o Podemos e o Syriza. Os dois são compreendidos como construções colaborativas complexas, que ganham repercussão maior num cenário de desencantamento da política, a animada pelos seus agentes tradicionais, como o sindicato, o partido, e outras instituições ao passo que o neoliberalismo e a guerra permanente impõe sanções rígidas à democracia. Na mesma medida, a globalização, ao que consiste na realização de acordos políticos e econômicos transnacionais, é responsável por corroer a soberania nacional.

A utilização do conceito de corpo, na perspectiva que elaboram Deleuze e Guattari (1996), deve sua prudência ao amontoado de processos e práticas construídos continuamente, de forma colaborativa, bem como aos agenciamentos realizados entre os indivíduos autônomos, movimentos sociais e a política institucional. Na disposição molecular e micro da política não ganham terreno nem o organismo tampouco a instituição. O primeiro legisla ordem estrita em detrimento da disposição em fluxo, já o segundo, inspiram hierarquia e burocracia, em detrimento do desejo. Assim, aquelas disposições molecular e micro efetivadas nos fluxos advindos da multidão vão desde a crise até a criação de nova *práxis* política, que possam potencializar o desejo de democracia radical. De fato, no contemporâneo, tal *práxis* crítica e possivelmente transformadora é atravessada pela comunicação midiática, especialmente pela Internet. Esse quadro reporta não só a operação dos corpos políticos citados anteriormente, mas também ao Movimento Passe Livre, que articulou os maiores atos nas capitais brasileiras durante as manifestações de junho de 2013, e às iniciativas de mídia livre daquele momento atuaram. Esses também elaboraram outra *práxis* concomitante ao manuseio da mídia, as quais são cartografadas no terceiro capítulo.

No terceiro capítulo, sob a inferência de *mídia alternativa radical*, noção de John Downing (2002), compreendemos as iniciativas de mídia livre que trabalharam as manifestações de junho de 2013 no Brasil, como Mídia Ninja e Catarina Santos. Em paralelo ao trato desse conceito, observa-se a Carta Mundial de Mídia Livre, publicada durante o 4º Fórum Mundial de Mídia Livre, que aconteceu em Túnis, Tunísia, em março de 2015, no

mesmo período do Fórum Social Mundial. O documento reúne desde as ambiguidades da nomenclatura mídia livre às novas formas de financiamento, da operação horizontal das iniciativas à crítica da cobertura dita hegemônica feita pela mídia corporativa, da apropriação da sociedade civil das mídias às *práxis* políticas desses comunicadores-ativistas.

Com efeito, a cartografia empreendida quer compreender os processos, sociais e comunicativos, e a *práxis* da *mídia livre* contemporânea brasileira, a partir de Mídia Ninja e Catarina Santos. A construção colaborativa e criativa dos processos e da prática estabelece aqui relação com o devir comum de democracia radical. Neste feixe, as categorias e noções inscritas no plano de imanência do rizoma, como agenciamento, desejo, corpo, micropolítica, bloco de devir ganham pertinência e conexão com o que foi compreendido. A soma desses experimentos pode sugerir a construção de um Corpo sem Órgãos, algo que compreende a multiplicidade e, portanto, renega qualquer ordem explícita no organismo.

A vivência coletiva, as moedas sociais, a colaboração e a criação contínuas, o agenciamento comunicador-manifestante, a utilização de *softwares* livres, a *performance*, os editais de vivência e intercâmbio entre os coletivos, a constituição imbricada são alguns dos processos e práticas dispostos no mapa, que dão vazão ao desejo e querem compreender a multiplicidade digna da multidão. Assim, as iniciativas de mídia livre são entendidas como corpos da política e do desejo, a partir da fomentação de agenciamentos coletivos que introduzem na política certo teor de tensão baseada na colaboração e na criação. Apesar da atenção à técnica, os corpos devem refletir desde o começo sobre a precisão de seus processos em direção à compreensão das multiplicidades tão necessária a democracia, atualmente muito substanciada pela guerra e pelo mercado.

À luz do desejo desses corpos políticos, que atuam em várias frentes, seja pelo transporte público gratuito e universal, pelo direito à cidade, pelos direitos humanos, pela incidência maior das pessoas na política, por uma comunicação midiática plural, podemos qualifica-lo como o da democracia radical, um projeto perseguido através de processos e *práxis* que compreendam as multiplicidades expressas na multidão. O devir comum de democracia radical se faz também em fluxo a medida que a Internet aproxima os heterogêneos e oferece um espaço mais atento a autonomia da multidão, isso, vale dizer, que com limitações e problemas. Com efeito, as redes sociais digitais privadas, como o Facebook, disposta na Internet, apresenta ferramentas de controle e vigilância severos, o que torna discutível a compreensão das informações rebeldes dispostas nessas ambiências, que parecem seguir uma lógica minimamente comum, mas, sobretudo, capitalística. Além disso, apesar de

certo barateamento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a posse dessas ainda parece restrito, bem como seu manuseio requer, por vezes, conhecimento prático.

As imbricações do estar junto na micropolítica parecem inscritas ainda em relações de poder ainda mediadas pela posse, pela propriedade, pelos antagonismos, o que dificulta o agir comum. A moldura deste quadro é o novo estágio do capitalismo que expressa sua lógica, cada vez mais aliada ao imaterial, ao cognitivo, que faz a intensidade ofuscante dos luminosos da Nasdaq e o fluxo de dados advindos das manifestações sociais espalhadas pelo mundo serem face da mesma moeda. Isso reporta de imediato ao enfraquecimento da ideia de revolução em seu sentido clássico, que, dando sequência à filosofia analítica da política de Foucault, “não é mais possível imaginar que se pode escapar das relações de poder de um golpe, globalmente, maciçamente, por uma espécie de ruptura radical ou por uma fuga sem retorno” (2012, p. 44). De modo que esse estudo partilha dos indicativos deste filósofo, de analisar os *jogos de poder* tomando por base os processos e *práxis* que, dada a incessante elaboração, formam corpos, termo que este que encarna o *vivo* com bastante vigor e que aqui reúne as mais diferentes insurgências.

CAPÍTULO I

DE MASSA, MULTIDÃO E OUTROS: ACEPÇÕES NA MODERNIDADE E NA CONTEMPORANEIDADE

Começamos por sublinhar um feixe de termos, conceitos e categorias cujas acepções e suas significações históricas urdem um regime social. Direta ou indiretamente as comentaremos neste texto. Na paisagem *moderna* divisaram-se *migrações* em *massa*. O começo do mundo *industrial* provocou a gênese dos deslocamentos humanos em *massa* do *campo* para a *cidade*, o que logo equivaleria a um êxodo e suscitaria os estudos da *diáspora*. O surgimento da *massa* inaugura uma nova modalidade de organização social. A partir da Segunda Guerra, em paralelo com o incremento da população *global*, ou talvez por isso, as cidades observaram um alto ritmo de crescimento. Contudo, se o processo de *industrialização* espalhou-se por todo o planeta, ele foi diverso ao longo do mundo.

Na Inglaterra, no que tange a essa nova onda de *desumanização* das *forças produtivas* (a passagem do *campo* à *cidade*), pôde-se experimentar a *mecanização* da vida antes que em outras latitudes (WILLIAMS, 2011). Sob os ventos da modernidade, em muito capitaneada pelas forças capitalistas do império inglês, a superação da *tradição*, a suposta *individualização* do *sujeito* em condições de tentativa de *homogeneização* das *subjetividades* (LIPOVETSKY, 2009) logo pareceram ser um processo irreprimível e, entre outras, concorreu para a formação de institutos de *controle social* (FOUCAULT, 1978). No avanço *capitalista* descansa o paradoxo que reza o incremento das benesses *materiais* e sua mitigação no plano *discursivo* e *coercitivo*. Em verdade é um paradoxo que envolve argumentações relativas à *imanência* de uma circunstância, no cerne do *capital*, que promove a qualidade de vida e a *emancipação*, contra aquelas que pregam a *transcendência* dos meios para se chegar a esse mesmo fim, isto é, ao *bem estar* ou à *emancipação*.

Neste contexto, Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) aludiriam à noção de *esclarecimento*¹, para estabelecer a sua crítica a esse avanço enviesado da *modernidade*. A superação da *tradição*, dos desígnios da *natureza* e mesmo da superação da crença da

¹ *Aufklärung*, em alemão, que, seguindo a indicação da sexta edição, traduzimos unicamente como ‘Esclarecimento’, suprimindo, portanto, a assimilação posterior com o “iluminismo” ou “ilustração”. De acordo com a nota do tradutor, esclarecimento em seguida à reflexão significa o processo de “desencantamento do mundo”, isto é, as pessoas, crentes no discurso puramente científico, libertam-se da postura primitiva refém de uma natureza desconhecida. O pensamento desmedido na ciência, cultivado numa conjuntura industrial de mundo, aliado à infundada crença na total superação da natureza causa um efeito paradoxal, a naturalização do homem absolutamente civilizado.

humanidade no progresso científico e técnico são características da *modernidade*. Outro dado relevante, também analisado naquele conceito de Adorno e Horkheimer (1985), é que desse movimento *maquínico* que a vida adquire se desprende a ideia de que o *homem* se coloca acima da *natureza*, munido da *ciência* e da *técnica* que lhe dão a segurança devida para criar uma *segunda natureza*, por intermédio da fabricação da verdade, especialmente da noção de *universalidade*, talvez por intermédio das *lógicas numéricas* e com certeza por uma ação retórica encomiástica. Quase nenhum aspecto da vida escapa ao projeto da *modernidade*, que opera precisamente como tentativa de *produzir* vida em série, muito embora termine *reproduzindo* mais do que propriamente *produzindo*.

A habilidade de acelerar *produção* e *reprodução* de vida apenas ocorreria ostensivamente a partir da *naturalização* das *técnicas da comunicação social* em todas as esferas da vida cotidiana nas sociedades complexas, do voto à matrícula escolar. Portanto, independentemente da incompletude ou mesmo parcialidade do esclarecimento e do projeto da modernidade, em face das mudanças dos paradigmas intelectivos, o pensamento que versa a respeito da contemporaneidade em geral é classificado de *pós-moderno*. Para nós, isto quer dizer que em geral as ciências sociais utilizam as mesmas categorias ou conceitos ou noções que salientamos acima, mas viram os seus significados do avesso.

Alguns desses termos que condensam fenômenos e definem o regime social, no entanto, ganharam variações que adensaram ainda mais o caminho para uma explicação das coisas dos homens. Adotamos com fins restritamente operacionais a ideia disjuntiva que esboça dois modelos de sociedade, um moderno e outro pós-moderno. A noção de *massa*, por exemplo, tão bem estudada por Elias Canetti (1995), bem como a de *povo* e a de *malta*, funcionava entre os *cientistas sociais* que pretendiam dar conta da conjuntura *moderna*. Hoje, não obstante, em face das perspectivas de uma nova formação social (pós-moderna), Michael Hardt e Antonio Negri (2005) substituíram o léxico que se aproxima de circunstâncias sociais semelhantes pela ainda mais complexa categoria de *multidão*, recuperada por Spinoza no século XVII. Isso porque se *massa* e *povo* podiam denominar aquele *conjunto* de seres que praticavam alguma tarefa em *comum* motivada por uma sugestão de ordem *hierárquica* típica da aparelhagem dos *estados nacionais*, isto é, um *conjunto* de pessoas que seguiam, *obedeciam* etc., os fenômenos de ordem *coletiva contemporâneos* correspondem a uma *diversidade* de sugestões, a *hierarquias descentradas* e *provisórias*.

Com efeito, se a *racionalidade* da *massa* é atribuída por seu projeto único (*uno*) e fixo e sua inteligência hierárquica ou *em cascada* (dos estados nacionais), a *racionalidade* agora parte da própria base comum (uma vez que não há ápice ou cume), que é sempre diversa e

muitas vezes ininteligível e as *insurgências sociais* contemporâneas dão conta dessa diversidade. Essas manifestações revelam a urgência de se pensar para além de conceitos clássicos como *proletariado* e *classe trabalhadora*, que por si mesmo já denotam hierarquia verticalizada. O interessante desse trânsito é que a partir das *singularidades* expressas e mantidas em *multidão*, elabora-se um novo sentido para a *democracia*, uma vez que o instituto de empoderamento das sociedades industrializadas, dos estados nacionais, já não conseguem representar as mais diversas subjetividades que hoje reivindicam voz. Por certo, a representação política, assim como a mesma representação, digamos, das narrativas, encontra-se em um momento de crise, tal qual ocorreu com aquela primeira globalização da Revolução Industrial em fins do XVIII e inícios do XIX (FOUCAULT, 2000).

A adoção dos termos moderno e pós-moderno, não diz respeito a um pensamento reducionista cultivado, por vezes, na dicotomia. Mas sim, cede a aspectos de articulação da análise, com a finalidade de assinalar o fluxo de acontecimentos, não em termos puramente historicistas. Compreende-se, assim, que não há pontos de ruptura, mas linhas entre os eventos; com isso, uma aprendizagem entre eles é possível, ao mesmo tempo, que a ideia de primeira vez torna-se imprecisa e obscura. A análise admite uma relação entre os termos, moderno e pós-moderno, na qual quer compreender mais o processo *continuum* que averiguar o antes e o depois, a origem e a repetição, a causa e o efeito. Por vezes, esse movimento é invalidado pela temporalidade que jaz o contemporâneo.

Em face da proliferação de estudos que implicam massa, poder, democracia, multidão e meios de comunicação, resolvemos reduzir o horizonte e trabalhar basicamente com três autores e três obras: *Massa e poder* (1995) de Canetti, *Imperio* (2002) e *Multidão* (2005), ambos de Michel Hardt e Antonio Negri. Sem embargo da predominância das alusões a esses textos, não relegaremos outros estudos relevantes acerca daqueles conceitos.

1.1 CIDADES, MASSA E A CONSCIÊNCIA DA COMUNIDADE

Tanto a indústria deve às cidades o seu desenvolvimento como vice-versa, ao menos as cidades como conhecemos hoje. No ambiente urbano os valores industriais crescem e presidem a vida moderna. O urbano, o trabalho maquinal, a fábrica, o proletariado, os donos dos meios de produção, a organização política dos estados nacionais e seus desdobramentos tornam-se alimento de análise nas mais diferentes frentes acadêmicas, cada vez mais imbricadas entre si. Em sua arqueologia do sujeito moderno e sua necessária manifestação na coletividade, Elias Canetti (1995) alcança estabelecer uma relação densa entre massa (este

novo sujeito social) e poder e, portanto, delineia o viés meramente reprodutivo que a massa supõe, uma vez que consome e reelabora os estímulos emitidos pelos produtores de vida, o que chamávamos de centro.

Por certo, no que tange aos novos movimentos coletivos surgidos na pós-modernidade, a inexistência de centro promove que aqueles aparentem ser muito mais eficientes para a produção do que para a reprodução. Segundo a perspectiva de Canetti (1995), desde o mundo primitivo ações como mandar e obedecer, persuadir e organizar, matar e sobreviver e, segundo Deleuze (1995a), o ato mesmo de falar, palavras de comando ou de ordem, dão a tônica das práticas mais cotidianas de relações de ordenação e subordinação de produção e reprodução, ainda que atualmente haja uma tendência a anular essas funções históricas. Tal *práxis* parece a cifra para a compreensão das relações de poder na modernidade e, ainda, também na contemporaneidade porque se para a formação das massas é necessário uma comunicação com ênfase no convencimento da disciplina a ser seguida, ou da indisciplina, para a multidão são as afetividades que comandam as ações, o que ocorre apenas quando suas demandas singulares, suas afetividades subjetivas alcançam um patamar de intersubjetividade, isto é, quando são processadas pela lógica da comunicação e, esta, pela lógica da informação.

Canetti (1995) parte do medo avassalador do contato entre si e o outro para chegar à genealogia da massa, que requer de uma orientação autoritária, e seu nexos menos físico que simbólico ou ideológico (para usar um termo muito moderno) com o formato dos estados nacionais. Aquele medo que agora guia até os passos dos homens pela cidade e permeia seu inconsciente, e medo que na sociedade disciplinar moderna auxilia na manutenção de certa ordem. Segundo esse autor, a dissolução desse medo é alcançada ao colocar-se em massa e, mais que isso, nesta circunstância, o medo pode torna-se força. Quanto mais densa for a massa no comprimir dos corpos, inclusive num nível psíquico, maior a sensação de segurança; é na intensidade do frígir simbólico dos corpos (das ideias) que se apresenta a segurança, que fecunda a força para enfrentar o temor. Temos assim a massa ideal, na qual todos são iguais: “Nenhuma diversidade conta, nem mesmo a dos sexos. Quem quer que nos comprima é igual a nós”; e ainda: “Os sentimos como sentimos a nós mesmos. Subitamente, tudo se passa então como no interior de um só corpo” (CANETTI, 1995, p. 14). Esse desejo de pertença traduzido pela comunicação humana, autoritária desde sempre, deriva em certa homogeneidade e certa unidade de ação.

Apesar de apresentar naturezas e intencionalidades diferentes, a massa se vale de quatro propriedades constantes:

- a) anseia crescer sempre;

- b) em seu interior, a igualdade impera;
- c) estima a densidade; e
- d) tem uma meta.

Frente a essas condições constituintes da massa, cabe indagar: qual acontecimento pode nos assegurar a formação da massa? A descarga seria o momento em que se diluem e desaparecem todas as diferenças e singularidades advindas, por exemplo, da hierarquia social e da propriedade. Os homens sentem-se iguais. Antes homens, agora massa. Essa ideologia de comunidade é aquela que serve à democracia representativa e, também, ao que Negri e Hardt (2005) estabelecem.

Quando Canetti (1995) faz a arqueologia da massa chega à unidade mais antiga, denominada malta, da qual deriva a massa. Esta é composta por poucas pessoas, comportando até duas dezenas delas. Contudo, deseja crescer para que haja maior poder implicado em suas ações. Assim como seu crescimento, sua densidade é representada, como por exemplo, em movimento grupal e sincrônico de dança motivado pela ânsia de guerra e destruição do inimigo; sua igualdade e sua meta (ação) são reais. Inclusive essa postura atenta à ação é o que a vai distinguir de outros conceitos sociológicos como estirpe, tribo e clã.

1.2 MULTIDÃO, DEMOCRACIA, TRABALHO IMATERIAL E REDES

Nas instâncias de unidade da coletividade abordadas por Canetti (1995), isto é, na malta e na massa, está diretamente implicada a ação. Mas há sobretudo a necessidade e conscientização da conveniência da ação conjunta, de fato o que define mesmo a noção de comunicação. Já nas noções de povo e de nação há pouca remissão a uma ação, sugere mesmo certa passividade, isto é, uma atitude de reprodução ainda mais determinante da que massa pode encerrar, uma vez que são invenções ainda mais arbitrárias do que massa e estão atreladas às instituições dos estados nacionais. Como diz Carlos Ossa:

El pueblo es una categoría institucional y gremial; la nación es un artefacto histórico donde viven los mártires y los héroes; la sociedad es el hogar sociológico de las clases medias y el Estado el padre barroco que observa el jardín desde su palacio inaccesible² (OSSA, 2013, p. 13).

² O povo é uma categoria institucional e sindical; a nação é um artefato histórico onde vivem os mártires e os heróis; a sociedade é o lar sociológico das classes médias e o Estado o padre barroco que observa o jardim de seu palácio inacessível. (Tradução nossa).

E sob a perspectiva da ação colaborativa, cooperativa e em comum se inscreve a multidão como uma alternativa para os limites da massa, ademais do projeto tácito ou explícito de democracia absoluta que caracteriza essa coletividade. Deve-se recordar que multidão foi o termo empregado por Baruch Spinoza no século XVII para se contrapor à noção de povo, caro a Hobbes (NEGRI, 1993). Para Michael Hardt e Antonio Negri (2005) pensar *multitude* ou multidão como um conceito, supõe ainda superar a ideia de classe. De onde se olhe, a ideia de multidão encerra uma crítica ao estado nacional e seus corolários institucionais.

As diferenças entre os conceitos que expressam coletividade e classe aparecem à medida que a multidão quer permanecer colorida, isto é, que os indivíduos permaneçam diferentes mesmo estando juntos. Aqui as particularidades não se diluem e sim permanecem vivas, sendo seu grande desafio proporcionar comunicação e agir em comum mesmo num contexto de singularidades. Assim, as noções de massa, proletariado e povo são tensionadas pelo conceito de multidão à medida que este reaparece num momento de mudança global da economia, agora em vias de se desprender parcialmente da materialidade, do produto físico, propiciado pelo avanço de itens com maior valor simbólico agregado.

Partindo para a imaterialidade desse resultado constituído sempre de forma colaborativa e cooperativa, os autores chamam a atenção para o fato de que o proletariado não diminuiu em escala global. Porém, o trabalho imaterial, baseado no conhecimento, na informação e na comunicação, hoje tem papel hegemônico na economia e muito disso deve-se à sua localização em países com capitalismo desenvolvido, nos antigos centros do mundo, agora nada mais um entreposto mais da ação das redes comerciais. Finalmente, parece que o capitalismo conseguiu alinhar a estrutura econômica à superestrutura simbólica e persuasiva, nos termos de Marx, adquirindo um altíssimo patamar de abstração.

No que tange à economia política, duas características da noção de multidão evidenciam sua disposição a um novo projeto de democracia:

- a) seu aspecto preponderantemente econômico, pois à “medida que a multidão não é uma identidade (como povo) nem é uniforme (como as massas), suas diferenças internas devem descobrir o comum (*the common*) que lhe permite comunicar-se e agir em conjunto” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 14);
- b) a postura ou tendência mais democrática que assumem as formas de resistência, revoltas e revoluções contemporâneas, nas quais a autonomia de cada um projeta e fecunda lideranças colaborativas.

Para Hardt e Negri (2005), o que parece unir tantas lutas em escala global é o desejo comum cada vez maior de democracia política absoluta, o que supõe a supressão das urgências econômicas e a obsolescência das noções de nação, classes sociais e democracia representativa. Seus desejos se veiculam por intermédio das redes e buscam um modo em que o estado viva em exceção perene, portanto perca suas prerrogativas. Com efeito, o ardil para essa modalidade de controle é a união da política com a guerra, mas na contemporaneidade as resistências a essa manobra discursiva, operadas pela multidão, relacionam-se mais com a busca de algo próximo a uma democracia participativa, talvez plebiscitária, que torna esse nexos obsoleto.

A guerra transformou-se num regime de biopoder, vale dizer, numa forma de governo destinada, não apenas a controlar a população, mas a produzir e a reproduzir todos os aspectos da vida social. Essa guerra traz morte, mas também, paradoxalmente, deve produzir vida. (HARDT; NEGRI, 2005, p. 35).

Outro aspecto importante para Hardt e Negri (2005) é que, à diferença do trabalho na modernidade, na pós-modernidade esse resguarda sua autonomia, mesmo sujeitado ao capital, ainda mais na perspectiva do trabalho imaterial. Os produtos imateriais, como ideias, imagens e conhecimento podem condicionar e, sobretudo, expressar o desejo de revolta, rebelião e revolução. O trabalho imaterial ao tornar-se hegemônico no mundo passa a influenciar o trabalho material. Assume viés biopolítico ao estabelecer força social, cultural e política. Assim:

A produção de ideias, conhecimentos e afetos, por exemplo, não cria apenas meios através dos quais a sociedade é formada e sustentada; esse trabalho imaterial também produz diretamente relações sociais. O trabalho imaterial é *biopolítico* na medida em que se orienta para a criação de forma de vida social; já não tende, portanto, a limitar-se ao econômico, tornando-se também imediatamente uma força social, cultural e política. (HARDT; NEGRI, 2005, p. 101).

O trabalho imaterial transborda o plano econômico e dá vazão à produção de novas subjetividades na sociedade, algo possível pelo seu viés biopolítico, bem como de sua natureza colaborativa e afetiva. A preponderância dessa modalidade de trabalho permite investir e modificar aspectos do social num movimento essencialmente dependente do comum, isto é, apenas pode ser realizado em redes construídas a partir da comunicação, da cooperação e das relações afetivas. Se essas características inerentes à ação da multidão hoje,

facilitam a resistência e a ação contra-hegemônica também colocam em crise as instituições políticas tradicionais, como o partido político, e as estruturas organizacionais dos movimentos sociais e de emancipação que atentam para a unidade, tais como os sindicatos, sendo indiferentes às singularidades e que sobrepõe interesses de alguns poucos aos da maioria. Desta maneira, acolhemos então a abordagem de Michel Foucault (2012) sobre as instituições, que diz que essas são dispositivos disciplinares, portanto, atentos a vigiar e controlar seus membros em espaços verticais de poder.

Com efeito, com processos e práticas carentes de criação e democracia mais efetiva, as instituições cada vez mais são espaços de bloqueio ou mesmo de ausência das multiplicidades. Atentar para as virtudes da rede pode render resultados positivos, o que já vem acontecendo. Vejam-se os casos dos movimentos *Syriza* na Grécia, *Podemos* na Espanha, o *Mas* na Bolívia, talvez mesmo o *Morena* no México ou até o *Fora do Eixo* no Brasil que, se é correto dizer que este último não parte dos resíduos das lógicas partidárias, mas tem uma ação política que ainda necessita de apoio institucional. Cabe ressaltar que, mais ou menos, todos os movimentos mencionados estão vinculados, ao menos em princípio, a ações midiáticas e de mídia livre. Teoricamente, a forma disseminada em rede não carece de um centro de onde emana poder e ordem; recusa-se uma fonte central ou mesmo policêntrica de poder, abraçando a distribuição autônoma, desigual e indefinida como trunfo.

A rede condiciona a manifestação da inteligência de enxame, lembrando o movimento natural e instintivo de outrora, no qual os homens partiam em malta. Agora, sob a lógica de enxame, os homens mimetizam insetos e pássaros num comportamento oscilante que mescla organização e espontaneidade, dispersão e intensidade; aqui, a racionalidade não sucumbe com a criatividade. A pós-modernidade é também pós-humana: rejeita o estabelecimento de um modelo ou controle central e uno, alimenta técnicas de ação baseadas na comunicação. O homem do humanismo iluminista europeu é portanto apenas parcialmente o protagonista da vida em sociedade. A problemática está em confluir as singularidades presentes na multidão para um agir comum sustentado, sobretudo, “na inteligência coletiva que pode surgir da comunicação e da cooperação” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 132).

Os movimentos de resistência e emancipação apresentam estruturas organizacionais diversas, contudo, alguns já repensam suas atitudes, focando na independência, na tomada de decisões colaborativas, muito diferente das manifestações da Comuna de Paris em 1871 ou mesmo do 1956 de Budapest. Esta postura problematiza instituições afirmadas na hierarquia, na unidade e, portanto, na subordinação. Das organizações disseminadas em rede enxerga-se

com nitidez mudanças nas mais diferentes frentes para uma meta comum: a democracia absoluta.

As divergências qualitativas de trabalho não impedem a emergência de um *devoir comum*, algo que funciona como condição biopolítica da multidão. As diferenças de nacionalidade, de profissões ou mesmo as experiências singulares de vida não fazem frente ao *devoir*; assim, a multidão é uma figura global interessada no combate contínuo às forças do Império e no aprofundamento da democracia construída de paz e libertação. Sua operação, hoje realizada em rede, quer dissolver os obstáculos, inclusive os relativos à própria divisão do trabalho, a fim de condicionar uma ação comum e, ao mesmo tempo, plural. Nesta circunstância, a multidão, munida pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, compreende a necessidade de comunicação comum, que vai desde dar a visibilidade as lutas à articulação consistente das singularidades ali vivas.

1.3 O ESTADO COMO UM AGENTE DOS MEIOS

Um bom exemplo da ingerência das tecnologias da informação e da comunicação no campo político, propiciando a biopolítica, pode constar na história das lutas camponesas do século XIX. A ausência de circuitos de comunicação e cooperação submeteu o campesinato à classe política urbana durante o Dezenove, destacam Hardt e Negri (2005) com base em estudo de Karl Marx. Com efeito, “Na visão de Marx, a subjetividade política requer de uma classe não apenas a auto-representação, mas primeiro que tudo e fundamentalmente a comunicação interna.” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 167). A incomunicabilidade do campesinato retirou-lhe a capacidade de manter a autonomia política por muito tempo. Não obstante foram se tornando mais ativos e comunicativos ao descobrirem-se parte de um todo. Mas: “Paradoxalmente, a vitória final da revolução camponesa é o fim do campesinato (como categoria política distinta)” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 169). Logo, suas lutas devem abordar outros temas mais abrangentes, não só de motivos telúricos.

Na atualidade, atendendo às especificidades do trabalho imaterial, e mais, especialmente, seu caráter biopolítico, a evolução das TIC e as práticas sociais estabelecem as normas das relações sociais. Por exemplo, no tocante à organização dos movimentos. Como escrevem os autores, as lutas têm se estabelecido em rede. Esta forma organizacional, que por vezes problematiza o próprio sentido de organização fincado na burocracia, corresponde a certo desenvolvimento dos movimentos sociais e de emancipação em resposta às dimensões

do poder no contemporâneo; mais que isso, corresponde a um desejo comum, de outra democracia.

A forma disseminada em rede, o paradigma informacional e comunicacional contemporâneo, de ausência de um núcleo ou de um centro ou mesmo policentros de poder, está prenhe do desejo de viabilizar mais democraticamente as decisões tomadas. Assim, a unidade é simplesmente inconcebível. Atitudes dos movimentos sociais e de emancipação em direção à rede já se apresentam em meados dos anos 1990, como o coletivo zapatista e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Logo, vale salientar que embora alguns estudos deem frequentemente mais atenção ao exército em detrimento do coletivo, ou ainda omitam-o, o primeiro não ocupa uma posição de poder privilegiada em relação ao segundo.

Os zapatistas e seu exército adquirem maior *corporalidade* ao ser firmado o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), algo que reporta de imediato ao caráter construtivo do biopoder. Em meio a comemoração da classe política, de que o acordo era percebido como o passaporte do México ao primeiro mundo, o EZLN declara guerra ao governo mexicano, ocupando e tomando o controle de gabinetes municipais e de delegacias policiais em quatro cidades em Chiapas, Estado do México. As pautas do movimento indígena eram a cerca da igualdade e da liberdade, mas também questões referentes ao trabalho, terra, moradia. Contudo, a autonomia parecia ser sua principal tônica, vide a grande insatisfação com as operações do governo mexicano referentes, principalmente, as limitações da democracia em seu traje de um Estado parlamentar democrático.

A procura por outra democracia percorre também um questionamento que deve partir de forma *intra* em meio aos interessados: em que medida nossos processos e a nossa *práxis* dão vazão a incursão do desejo de outra democracia, talvez radical? O mérito dos zapatistas diz respeito também a criação e a inovação alicerçados no desejo comum de outra democracia. Foram planejadas estratégias políticas de ação, como as que levaram em consideração a comunicação midiática. O movimento buscou, desde sua primeira declaração pública, dispor as informações com o máximo de transparência. O documento, traduzido em vários idiomas, foi disposto na Internet e alcançou acadêmicos, ativistas, jornalistas em vários países. Se a Televisa, principal rede de televisão do México, não tinha disposição para cobrir o movimento de emancipação, logo a Internet atuava na constituição de uma esfera pública alimentada por uma miríade de outros movimentos sociais. Em especial os que encarnavam os anseios dos trabalhadores, das mulheres, dos grupos étnicos, de diversas orientações sexual, foram convidados pelos zapatistas a colaborar.

Da visibilidade *on-line* partiu-se para construção de seminários, de viagens e diálogos contínuos dentro e fora da mídia tanto outras populações indígenas quanto pessoas ao redor mundo, de consensos dialógicos, de comitês sociais. Tais processos e *práxis* encontraram no uso *radical* da Internet, como elabora John Downing (2002), terreno para operarem uma comunicação transformadora. A partir disso, se inaugura ações de solidariedade transnacionais, no qual a inspiração para outros movimentos globais é desejada. O conceito de mídia radical cunhado por John Downing (2002) será compreendida no capítulo três deste trabalho. Por ora, a noção diz respeito às iniciativas de mídia, com predominância de pequena escala e de formatos muito diversos, que comunicam uma “uma visão às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (DOWNING, 2002, p. 21).

Com efeito, “Os zapatistas (...) usam a Internet e as tecnologias de comunicação (...) como elemento estrutural dentro de sua organização (...) alcançando os níveis nacional e global” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 123). Porém, se estabelece aqui uma dicotomia, o militar e a rede são de lógicas distintas, pois enquanto o primeiro implica hierarquia e subordinação, o segundo tem na autonomia sua prerrogativa. Pode-se dizer que os zapatistas afinaram as duas lógicas em sintonia com seus processos de comunicação implicados. Assim:

A comunicação é um elemento central da concepção de revolução dos zapatistas, e eles estão constantemente enfatizando a necessidade de criar organizações horizontais em rede, em vez de estruturas verticais centralizadas. (HARDT; NEGRI, 2005, p. 123).

O que fica caracterizado pela sua orientação estrutural em busca da forma plena em rede, é que o Coletivo Zapatista representa justamente a transição do velho modelo de movimento social para um novo modelo que possibilita a afirmação de estruturas biopolíticas em rede. Prática como essa vem se estabelecendo ao redor do mundo fazendo jus ao caráter global da multidão, as intencionalidades apesar de diversas firmam-se no comum, na afinidade.

Para explicitar essa diversidade de intuítos, os filósofos Hardt e Negri destacam o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, no Brasil, hoje com eventos em várias partes do mundo, ressaltando o caráter múltiplo da pauta, sustentado no comum, responsável por ligar as pessoas (*o outro mundo possível*). Na diferença cabe a força social da multidão, que descobriu no compartilhar a sua virtude. A construção do comum implica na formação da multidão. Inclusive, o comum percorre todo o processo de produção, sendo resultado principal

do trabalho. Mas o que é o comum? A ideia de comum parece abarcar o processo de comunicação convencional, que ativa um código (compartilhado, intersubjetivo) momentaneamente e o desfaz em seguida.

Dentro da lógica do trabalho imaterial se institui uma produção social. Isto problematiza as noções marxistas de trabalho produtivo e improdutivo, segundo os autores. Nesta conjuntura, os desempregados e, especialmente, os pobres apresentam-se como trabalhadores produtivos, pois atuam fortemente na produção biopolítica; quando numa situação de protesto, na satura de sua precariedade de vida, colocam-se em ação de forma criativa e habilidosa, atributos também constituintes de suas formas cotidianas de vida. Em face da produção imaterial, viver e produzir são agora face de uma mesma moeda.

Frente às possibilidades do comum, muito diferente da ideia de igualdade, insistir na segmentação, na subordinação dos sujeitos parece negar a ampliação da própria democracia. O alargamento da carne amorfa da multidão cobra das instituições políticas, sociais e culturais ações que proporcionem a expansão de suas estruturas, tendo em vista a participação em detrimento da representação; que prestem atenção no comum, que saibam que daí emana a força mobilizadora das diversidades.

1.4 MASSA E MULTIDÃO: MAIS CONEXÕES E DISTINÇÕES

Os dois conceitos referidos surgem da premissa de se compreender os movimentos coletivos humanos, de como se dá e de que matéria-prima parte a ação conjunta. Porém, em momentos circunscritos em históricos distintos; o conceito de massa estabelece vínculo com as nuances da modernidade, baseado no trabalho material, de lógica fordista, na divisão de vida e trabalho, num momento em que a força produtiva estava estabelecida puramente no trabalho braçal ou maquinal, e em que era requerida a igualdade ou a homogeneização entre as partes. No mundo contemporâneo, o trabalho imaterial se torna preponderante, ou ao menos é esta a ideia, inclusive, influenciando outras formas, e condicionando a atuação da multidão. A informação, a comunicação e a colaboração são cânones dessa atualidade laboral e da vida.

O trabalho imaterial também apresenta problemas aos trabalhadores, como a difícil distinção do viver e do trabalhar, contratos cada vez menos estáveis, flexibilização dos contratados, no que diz respeito ao acúmulo de tarefas, e mobilidade em termos de residência. Contudo, aponta para novas possibilidades, já que age num viés biopolítico, produzindo força

social, cultural e política dentro do Império. Este se caracteriza por um movimento dicotômico, pois se de um lado deflagra o Estado de exceção permanente, de outro interliga um maior número de pessoas e setores em rede; assim, abre a possibilidade de diferentes indivíduos e grupos estabelecerem vínculos entre si de resistência, o que minimiza a atuação das instituições tradicionais do estado.

Hardt e Negri (2005) observam a multidão dentro de um contexto de lutas globais, de diversas formas e intencionalidades. Desde os protestos em Davos³ até o Fórum Social Mundial de Porto Alegre⁴, mas que partilham de um só devir comum: novo projeto de democracia. O otimismo na análise dos autores é notório, para eles a multidão representa a possibilidade de avançar em direção à democracia plena.

Parece inconcebível pensar em radicalização da democracia, se a massa comporta estruturas organizacionais ainda intrincadas em hierarquia, em centro ou policentros de poder, subordinação de interesses. Algo que pode lembrar a lógica das instituições sociais e políticas tradicionais, como os sindicatos, os partidos. Na consistência das estruturas modernas e da própria massa parece residir relações de poder mais explícitas e densas. É esse quadro que a forma disseminada em rede e a categoria analítica de multidão se propõe a resolver: dos impasses da hierarquia, da burocracia, da subordinação. Sem ter a necessidade de obediência a um centro estabelecido de poder, as iniciativas autônomas ganham fôlego e podem abrigar as expressões singulares que ali se desenvolvem.

Se a massa se faz em corpo homogêneo, no qual no momento da descarga desaparecem as diversidades de gênero, raça, etnia, a carne da multidão é amorfa, isto é, sem forma estabelecida, que sobrepõe seu devir comum alimentado pelas diferenças expressas e mantêm sua atuação. No comprimir dos corpos estão expressas as propriedades da massa, já a multidão parece não medir sua pertinência pelas mesmas bases de crescimento, igualdade, densidade e meta.

A multidão prefere redes a fim de preservar suas singularidades capazes de potencializar sua atuação. Esta que não deve ser orientada por interesses sobrepostos, mas sim por um devir comum. A materialidade implicada no estar em massa, ou seja, o comprimir dos corpos, é alçado à própria virtualização das redes construídas pelos indivíduos na multidão.

³ Os protestos ocorrem sistematicamente na cidade de Davos, na Suíça, onde acontece anualmente o Fórum Econômico Mundial, que reúne os principais líderes empresariais e políticos do mundo.

⁴ Para os filósofos políticos, Hardt e Negri, o Fórum Social Mundial, que teve sua primeira edição em Porto Alegre em 2001, é uma experiência positiva de organizações disseminadas em rede, sendo capaz de compreender, ao mesmo tempo, a organização democrática e a autonomia de seus participantes. Em clara oposição ao Fórum Econômico Mundial, o evento alternativo reúne movimentos sociais e pessoas de vários continentes que discutem um projeto político de transformação social em nível global (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2001).

Essa dita imaterialidade do processo talvez explique as insurgências globais na atualidade e também seja expressão da força do devir comum.

Não formando um corpo homogêneo, mas uma carne amorfa, a multidão se faz do entusiasmo à inteligência de enxame. “Inúmeras forças independentes parecem atacar de todas as direções num ponto específico, voltando em seguida a desaparecer no ambiente” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 130), do ponto de vista das instituições modernas a lógica do enxame condiz apenas à espontaneidade e anarquia, pois a presença de uma racionalidade específica, tradicional, implica organização burocrática, portanto, homogeneização, é inconcebível, para elas, a união de organização e criatividade. A multidão comunica que não precisa desprezar as singularidades em prol de um agir em conjunto, e sim que a inteligência coletiva é resultante de formas de comunicação e cooperação apuradas.

O que se observa a partir das insurgências contemporâneas, afiançadas aqui pelo conceito de multidão, é uma autocrítica pertinente. São movimentos que estão interessados em refletir continuamente sua postura, suas estratégias, suas metas e seus desejos. Evitando, assim, muitos processos que colocam em risco a democracia, tão presente nos mecanismos do sistema que eles querem mudar. Com isso, constroem uma nova utopia relativa à autonomia ampla do indivíduo diante das instituições da sociedade.

A comunicação mostra-se essencial na configuração dos movimentos sociais contemporâneos. A partilha, o diálogo, a comunicação em si é responsável pela descoberta do comum, do agir comum, da intersubjetividade, o que faz com que o desejo de um tenha elementos comuns com o desejo de outros. Pensando em multidão, a produção do comum (comunidade) exige uma reconfiguração das instituições sociais e políticas, pois as singularidades não podem ser afirmadas de forma total em suas atuais formas estruturais. Embasada na afirmação das singularidades e do comum, busca superar problemas não resolvidos da modernidade e que persistem hoje, especialmente a dependência entre guerra e democracia (e capitalismo), como mais ou menos afirmam Hardt e Negri (2005).

Da comunicação vem a condição biopolítica para a multidão, que é o comum. Esta realiza duas dinâmicas, tanto é produtivo quanto é produzido. Assim, os resultados da atividade de comunicação são passíveis de mudanças, não permanecem fixos e estáticos. Inclusive, os autores defendem, baseados nos raciocínio do pragmatismo filosófico americano, a afirmação: “O hábito é o comum na prática: o comum que estamos constantemente produzindo e o comum que serve de base para nossos atos (HARDT; NEGRI, 2005, p. 257).

Se a comunicação é vital para a descoberta do comum, as lutas se fazem mobilizando esse comum descoberto. É sobre o excedente de riqueza gerado na produção imaterial, ou seja, do conhecimento, do desejo e da experiência que são construídas as lutas para reverter o quadro político global. As lutas também são responsáveis pelo aumento do comum para um nível ainda mais alto. Na luta direta com o poder, há uma mobilização dos sentidos, da indignação, da raiva, elevando a intensidade. Da mobilização do comum de forma intensa, é possível a “transformação antropológica de tal ordem que das lutas surge uma nova humanidade”, escreveram Hardt e Negri (2005, p. 276).

Mesmo a corrente derivada da filosofia moderna acredita nessa confluência de natureza do hábito e do comum, pois ambos desenvolvem-se e são compartilhados no social e, portanto, passíveis de transformações. Fica nítida a atividade da comunicação e seu fim, a partir dela e da partilha pode haver o agir em comum e a constituição da nossa natureza social, isto é, dos nossas condutas e subjetividades. Se o hábito consegue permanecer como prática viva, não realiza obstrução à criatividade tão presente nas dinâmicas da multidão. A partir dessa noção pragmática de hábito, pode-se pensar multidão como uma subjetividade apoiada em singularidades e partilha. Uma subjetividade capaz não somente de exigir reformas nas instituições tradicionais, mas de propor outro projeto de democracia.

1.5 A SUBJETIVIDADE SINGULARIZADA E OS PERCALÇOS DA MULTIDÃO

Se nas sessões anteriores, nos detemos, por um lado, em contextualizar circunstâncias políticas e econômicas que se inauguram em confluência na modernidade e na contemporaneidade e, por outro, as especificidades da massa e da multidão expondo as discontinuidades, mas, sobretudo, elaborando a relação entre elas; faz-se necessário nesta última elaborarmos as prerrogativas da subjetividade emergente em multidão e bem como assinalar elementos que dificultam o aparecimento dessa.

Na perspectiva deste estudo, os processos e a *práxis* podem construir uma *subjetividade singularizada* ao passo que se dão de forma colaborativa e cooperativa continuamente. Aqui, a constituição de uma subjetividade singularizada, isto é, a que recusa modelos de encodificação preestabelecidos, e, por isso, comprometida na construção outros modos de sensibilidade, de criatividade, de produção, de relação com o outro, passa pela elaboração criativa colaborativa de processos e práticas. A subjetividade singularizada parece ser engendrada a partir da multiplicidade, encarnada no desejo comum, em detrimento das

nuances totalizantes da subjetividade capitalística. Com efeito, a cartografia elaborada a partir do Coletivo Zapatista e do Fórum Social Mundial faz ganhar espaço uma subjetividade singularizada ao custo da invenção de processos e práticas que levem em conta a multiplicidade, ora auxiliada e pontencializada também pela Internet.

Félix Guattari (2008), em livro organizado por Suely Rolnik, pensa a partir da subjetivação e descarta a noção de ideologia, pois este último não compreende que a subjetividade é produzida, moldável e mutável. Com isso, consideram o atual quadro de desenvolvimento do sistema capitalista e do poder como proeminente na produção de uma subjetividade de natureza maquínica, isto é, “essencialmente fabricada, modelada, recebida e consumida” (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p.33), enfatizam que no contemporâneo, a produção de subjetividade se realiza em escala global. Além disso, o mesmo autor compreende a produção de subjetividade como matéria-prima da evolução das forças produtivas, especialmente, dos setores de ponta da indústria. A produção de subjetividade hoje em dia tem sido encarada como decisiva para o sistema capitalista. Com efeito:

O que caracteriza os modos de produção *capitalísticos* é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de troca, valores que são da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modos de financiamento. Eles funcionam também através de um modo de controle da subjetivação [...] o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva. E quando falo de sujeição subjetiva não me refiro apenas à publicidade para a produção e consumo de bens. *É a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ela está também na tomada de poder da subjetividade.* (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 15, 16).

O que este autor articula reporta de imediato ao curso do capitalismo no contemporâneo, à sua operação cognitiva, transbordando da mais-valia e investindo a subjetividade. Além disso, assinala a importância da produção de subjetividade nos movimentos sociais e de emancipação. O que pode contrapor a subjetividade capitalística, determinada a partir do contato direto de grandes máquinas produtivas e de controle social, seria a produção de uma subjetividade singularizada. Aqui, está o lugar dos processos e das práticas na produção dessa subjetividade singularizada que pode ser construída por diferentes corpos políticos: partidos, sindicatos, movimentos sociais e de emancipação e iniciativas de mídia livre, a partir da criação que compreenda as multiplicidades. As relações de cooperação e de partilha, que ocorrem ao longo da atividade, podem ser capazes de elaborar redes que desprezam o acirramento das divergências de profissão, de ofícios, de classe. Logo, os

processos e as práticas, construídas gradualmente em comum, em ensaios de tentativa e erro, resguardam a criatividade e o conhecimento acumulado. Admite-se aqui que a partir de processos e de práxis outros, a produção de uma subjetividade singularizada seja possível. Uma subjetividade disposta a:

[...] gerir a realidade das sociedades desenvolvidas e, ao mesmo, tempo gerir processos de singularização subjetiva, que não vão confinar categorias sociais (minorias sexuais, raciais, culturais, etc.) no esquadramento dominante do poder. [...] a questão que se coloca agora não é mais “quem produz cultura”, “quais vão ser os recipientes dessas produções culturais”, mas como agenciar outros modos de produção semiótica [...]. Modos de produção semiótica que permitam assegurar uma divisão social da produção, sem por isso fechar os indivíduos em sistemas de segregação opressora ou categorizar suas posições semióticas em esferas distintas da cultura. (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 22).

A garantia de efetivação das multiplicidades, a qual a subjetividade capitalística pretende negar paulatinamente a cada atividade constituinte sua (seja monetária, seja cultural) está atrelada à construção de processos de agenciamentos. Agenciamentos estes apenas possíveis pela plena forma rizoma, sem pontos tratados *a priori*, um modelo acentrado de consistência que permita o trabalho e a aceleração das substâncias heterogêneas.

A criação desses processos deve propor que o institucional político, encarnado especialmente por instâncias partidárias e sindicais, deve abrir-se ao fluxo das multiplicidades, na possibilidade de estarem postas nos movimentos sociais e de emancipação. Contudo, não de forma abrupta, não envolvendo uma ruptura coesa. Esta subjetividade singularizada, que pode ser atribuída à multidão, não devem sucumbir organizações institucionais desse tipo, mas sim aproveitá-las, inclusive apoiando-se em trâmites já em curso, construindo novos agenciamentos de singularização que atuem na sensibilidade, mas também no cotidiano, no intuito da transformação social. Tendo em vista que alguns partidos e sindicatos têm dado mais autonomia aos seus partícipes e feito uso da autogestão. Assim, o interesse é elaborar uma cartografia, ou seja, dispor as conexões entre os processos e as práticas de diferentes corpos políticos, como estão sendo construídos esses agenciamentos de singularização, levando em consideração a política (micropolítica) e o desejo (de democracia radical) que podem constituir.

O que Guattari (2008) elabora estabelece relação com Negri e Hardt (2005), quando pensam a produção da subjetividade como matéria-prima dos movimentos. A multidão é a subjetividade expoente da dinamicidade entre singularidade e partilha mediada pelo trabalho

imaterial, que transborda do econômico para o social, e tem por cerne a informação, o conhecimento e a comunicação.

As forças do Império, que atuam, sobretudo, na forma subjetiva, agem na carne da multidão com intuito de formar um só organismo político, baseado em divisões, hierarquia e burocracia. Nessa ambiência, o comum vira privado e as multiplicidades não são compreendidas. Ao sugerir a verticalização, o Império torna nítidas as relações de poder, portanto deve promover as imagens horizontais e, assim, quase advoga contra sua hegemonia. Aqui parece pertinente lembrar como Elias Canetti compreende a procedência do poder: “o isolamento no ato da incorporação do alimento constituiu uma das raízes dessa pavorosa excrescência que é o poder”, escreveu (1995, p. 189). Pois, para ele, comer sozinho também implica caçar só.

A adoção de multidão até aqui não nos dispersa do intento de estabelecer críticas às lacunas percebidas no conceito, e, por conseguinte, bem assinalar o que pode impedir suas dinâmicas e, por conseguinte, a emergência de sua subjetividade. Nas dificuldades da formação dessa classe global de pessoas, está o conflito, a posse, a liderança centrada, fatores que muito derivam do movimento da mais-valia na subjetividade. No mais, a multidão parece não reconhecer as formações fascistas que se articulam no mundo degradado pela mais recente crise do capitalismo, que se faz no enrijecimento das fronteiras e nas perseguições aos imigrantes. Onde está a classe global de pessoas articuladas em redes de solidariedade? A indagação, talvez vinda de um mais ortodoxo, parece ser apenas respondida por *micro* iniciativas políticas que correspondem ao devir comum de democracia radical.

Cabe salientar também que a multidão parece não se encontrar numa realidade imediata, mesmo hoje havendo elementos que abrem possibilidade para que ela torne viável sua formação. Com efeito, o curso do capitalismo contemporâneo faz movimento paradoxal. Se, por um lado, sua economia imaterial, viabiliza tanto as insurgências apoiadas na possibilidade de uma subjetividade mais singularizada, por outro, também opera seu revés, o controle e a vigilância atuantes nessa comunicação em rede sem precedentes. Na perspectiva do trabalho imaterial, a mobilidade, a ausência de contratos duráveis, o acúmulo de tarefas, o trabalho indistinto do tempo livre, causa sérios danos à vida do trabalhador. Com efeito, a distribuição em rede de empresas transnacionais, que realizam, muitas vezes, sua produção, negando direitos trabalhistas básicos. O capital, nesse contexto, é ponto de contradição no processo. Por um lado, circunscreve o trabalhador numa relação de compensação ordenada apenas pelo tempo trabalhado e, por outro, oportuniza certa autonomia da atividade

empreendedora capitalista ao investir a produção, individual e coletiva, com competências cada vez mais intelectivas e de fruição.

A precisão da noção de multidão cunhada por Hardt e Negri (2005) numa atualização de Baruch Spinoza neste estudo deve-se, pelo menos, a três de seus fitos constituintes aqui relacionados à utilização das TIC pelos corpos políticos e do desejo:

- a) aos desdobramentos, por vezes, contraditórios do capitalismo contemporâneo, uma vez que este condiciona uma produção, ainda que circunscrita nas relações do capital, se dá cada vez mais de forma mais intelectualizada, mais dependente do conhecimento e da informação;
- b) a partir desse nível imaterial de trabalho, o comum (a intersubjetividade) se articula num desejo de democracia radical; e
- c) esse desejo, emergente da multidão, circula e ganha terreno não só a medida da sua disposição em redes de comunicação midiática, mas, sobretudo, na criação contínua de processos e práticas que possam compreender as multiplicidades.

O que se observa nas insurgências contemporâneas, do Occupy Wall Street estadunidense às Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, é a adoção da Internet como ambiência do desejo de democracia radical, vide sua estrutura em rede que, por um lado, possibilita a convocação, a deliberação, o aglutinamento de forças, e, por outro, tensiona aspectos da política institucional, como a representação e mediação. Desde dentro, a perspectiva de atuação e racionalidade da multidão parece concomitante com a utilização da Internet. Assim, a possibilidade de multidão implica pensar na reinvenção da própria política (especialmente de sua esquerda), da militância, da democracia e também de seus espaços de realização.

Por fim, se a multiplicidade mantida mesmo no estar junto é uma das tônicas da multidão, fica evidenciada sua perspectiva na comunicação midiática, uma vez que apenas a rede é capaz de realizar compreensão do desejo comum de democracia radical. E, nesta perspectiva, elaboramos que não apenas a utilização da Internet dará expressão às multiplicidades, não apenas a *espetacularização* das pautas e dos atos, não apenas a realização e veiculação das imagens darão conta da construção de uma subjetividade incumbida da transformação social. Mas sim a construção comum de processos e práticas alinhavadas também com a Internet pode comportar tal empreitada política e estética de forma contemporânea. Se no preceito de massa, o rosto, a raça, a etnia, a sexualidade, a subjetividade pareciam estar embaçados ao ponto de inviabilizar qualquer projeto realmente democrático, a multidão desfaz-se até mesmo dessas categorias de divisibilidade para retomá-lo no fervor das multiplicidades.

Tal contexto atua no rearranjo estratégico dos movimentos sociais e de emancipação, dos partidos políticos e sindicatos, das iniciativas de mídia livre que passam prestar atenção às disposições da Internet e adentram à sua lógica, para articular lutas, captar recursos, angariar espaços, disputar voz. Alguns dos processos são atravessados pela Internet ao passo que também se sustentam fundamentalmente por essa nova condição da comunicação contemporânea. Este desígnio condiciona o curso das cartografias elaboradas ao longo do capítulo dois.

1.6 À PROCURA DA POLÍTICA E DO DESEJO: A EMERGÊNCIA DA CARTOGRAFIA NESTE ESTUDO

Antes de partir para a elaboração das cartografias dos corpos políticos, devemos explicitar a emergência da cartografia neste estudo. Isto ocorre na intenção de melhor compreender e sentir os processos e as práxis ensaiadas pela mídia livre contemporânea brasileira, aqui imanentes da operação de agenciamentos entre partidos políticos e movimentos sociais, movimentos sociais e coletivos, movimentos sociais e pessoas autônomas. Para tal partimos das considerações de Gilles Deleuze e Félix Guattari em *Mil platôs* (1995) e, mais tarde, adentrar na parceria do segundo com Suely Rolnik em *Micropolítica: cartografias do desejo* (2008) e em *Cartografia sentimental* (1989), livro solo daquela autora.

Ao trazer à luz as características do rizoma, conceito que será fecundo na incursão do próximo capítulo deste estudo, Deleuze e Guattari (1995) acabam por esclarecer o plano de consistência ou imanente o envolve. Tomando como afirmação básica que o rizoma é um modelo disposto a compreender as multiplicidades, serão necessários que suas dinâmicas contemplem a conexão e a heterogeneidade, multiplicidade, ruptura a-significante e, por fim, cartografia. Vamos nos deter na última, vide que as demais serão aclaradas mais adiante. Da necessidade do rizoma não se realizar em meio a um modelo puramente estrutural ou gerativo, a cartografia, a elaboração de um mapa, em oposição ao decalque. Assim:

Ele [rizoma] é estranho a qualquer idéia de eixo genético ou de estrutura profunda. Um eixo genético é como uma grande unidade pivotante objetiva sobre a qual se organizam estados sucessivos; uma estrutura profunda é, antes, como uma sequência de base decomponível em constituintes imediatos, enquanto que a unidade do produto se apresenta numa outra dimensão, transformacional e subjetiva. Não se sai, assim, do modelo

representativo da árvore ou da raiz-pivotante ou fasciculada (...). (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21).

O que se averigua a partir do que foi posto, é a urgência de se superar a produção de conhecimento puramente a partir de binaridades, como sujeito-objeto, indivíduo-sociedade, natureza-cultura. A cartografia, pensada a partir de um componente do plano imanente do rizoma, quer estabelecer um mapa aberto às contingências e aberto às experimentações do real. Para tanto, o mapa é conectável em todas as suas dimensões, disposto a adaptar-se as mudanças constantes. Por isso, o decalque é insuficiente para lidar com a própria realidade, apenas representando-o, já o mapa abriga uma experiência proveniente do real. Com isso, Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) apontam a cartografia como estratégia de produção de saberes, privilegiando uma forma de pensamento aliada ao desejo. Assim, é mais pertinente uma problematização e não resposta, a multiplicidade aberta, pois é resultante de processos inscritos numa realidade contingente.

Assim, como a raiz-pivotante impõe duras sanções ao rizoma, pela forma como hierarquiza suas disposições, o decalque quer inviabilizar o mapa, pelo seu teor forçosamente linguístico, codificado e codificável. A raiz está para o decalque, enquanto o mapa articula-se de forma imanente com o rizoma. Com efeito, a urgência da cartografia nesse estudo deve-se ao fato de ele estar disposto a compreender a atividade dos corpos da política e do desejo contemporâneo, os quais realizam processos e práticas outros, e aqui a perspectiva psicológica está implícita, a fim de compreender o desejo de democracia radical.

De modo que não é possível estabelecer um começo nem um fim ao rizoma que os possibilita – é um modelo complexo de aprendizagem e estimulação do conhecimento *comum* que se estabelece entre os corpos. Não obstante, o rizoma infere às dinâmicas tão próprias da Internet, que a multidão já incorpora essa racionalidade, em contínua construção, em suas operações de enxame, tensionando os preceitos de organização e de criatividade.

Além disso, verifica-se o gosto pela multiplicidade que o mapa pressupõe, algo que *multidão* quer compreender, fazendo-a uma classe global de trabalhadores. Em vez de divisões de ofícios, rendas e competência, um comum embasado pela afetividade que requer a produção imaterial do capitalismo contemporâneo. Para dar conta da elaboração do mapa e da própria incumbência do cartógrafo recolhe-se ao longo deste estudo elementos das mais diversas orientações imbricadas nos campos da política, da sociologia, da filosofia, da comunicação, como sugere Rolnik (1989).

Guattari e Rolnik (2011) nos oferece rico material para compreender a tônica necessária para se elaborar um mapa, quando a partir de uma viagem pelo Brasil em 1982, esses autores são capazes de compreender o desejo em direção a uma revitalização da vida política e pública do país. Nessa perspectiva, está intrínseca a questão do inconsciente, a medida que se permitia analisar processos de subjetivação decorrentes do novo contexto político que vivia o país. Era possível estabelecer os *inconscientes que protestam* num mapa a partir da excursão Brasil afora, em discussão, mesa-redonda, entrevistas. O processo de construção do livro, enquanto agenciamento, isto é, escrito por várias mãos, não somente as dos autores, nos inferiu a abordagem dos fenômenos que nos deparamos em junho de 2013 no Brasil quanto as atividades de mídia livre.

Assim, a cartografia nos rendeu disposição que nos permitiu verificar a pertinência de cada corpo num ciclo de luta que se faz global a partir de críticas ao sistema capitalista e suas cercaduras à democracia. Dispondo esses corpos, que podem ser iniciativas sociais das mais diferentes ordens, mas que tensionam a partir de seus processos e *práxis* nuances da hierarquia e da burocracia que empedram ou excluem o desejo, em linhas, atentos à contingência, acha-se o *devir comum*: o projeto de democracia radical. Como falam Deleuze e Guattari (1995), os inimigos dos corpos não são organismos, mas a ordem que impera no organismo.

Com efeito, na noção de corpo está incutida a premissa da criação colaborativa que devem se dar os processos da multidão para fazer compreender seu projeto político constituinte, muito ligado à compreensão da multiplicidade e, por conseguinte, do aprofundamento da democracia. É essa criação de processos que queremos compreender em nosso mapa, observando suas contingências e suas problemáticas. Em face da cartografia, a *micropolítica* torna-se irreprimível, sendo ela a propulsora de um cenário em que há comunicação contínua entre os corpos, formando um bloco de atuação guiado pelo devir, pela possibilidade de mudança, de transformação.

Não é possível individualizar a atuação desses corpos. Trata-se de agenciamentos que problematizam e estabelecem crítica ao formalismo, a institucionalidade, mas que tem uma meta concreta e cirúrgica dispostas numa realidade concreta – o transporte universal e gratuito para todos, a democratização da informação e da comunicação, o reconhecimento dos direitos das minorias. A cartografia nos colocou frente às conexões, advindas da atuação preenchida pela tática, que acolhem a mídia como campo estratégico, mas também nos possibilitou destacar a produção de subjetividade que deve envolver os processos, encarnada aqui no *desejo*, assim:

Do ponto de vista micropolítico qualquer práxis pode ser ou não polialesca; nenhum corpo científico, nenhum corpo de referência tecnológica, garante uma justa orientação. A garantia de uma micropolítica processual, aquela que constrói novos modos de subjetividade, que singulariza [...]. A garantia de uma micropolítica processual só pode – e deve – ser encontrada a cada passo, a partir dos agenciamentos que a constituem, na invenção de modos de referência, de modos de práxis. Invenção que permita, ao mesmo tempo, elucidar um campo de subjetivação e intervir efetivamente nesse campo [...]. Para o profissional do social, tudo dependerá de sua capacidade de se articular com os agenciamentos de enunciação que assumam sua responsabilidade no plano micropolítico. (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 29).

Pode-se afirmar que a cartografia que será onstruída nesse estudo procura estabelecer relação entre uma micropolítica processual, como chama Guattari (2008), e maneiras de investir a política de criação e inventividade articulada com a expressão das multiplicidades da multidão, vide os processos constituídos nos corpos analisados. Os processos cartografados podem realizar, assim, uma dupla dinâmica, uma complementar a outra, querem ir à raiz da democracia, mas também investem seus partícipes de outra subjetividade, a singularizada.

Como afirma Rolnik (1989), o cartógrafo é antes um antropófago. Isto quer dizer que a prática de um cartógrafo é relativa respeito, sobretudo, às estratégias e táticas das formações do desejo. A autora vai além e estipula que não importa as teorias que o cartógrafo faça uso, mas sim a compreensão de que toda teoria é sempre cartografia, justapondo-a a paisagem social que ele está acompanhando. Para compor a sua cartografia mais interessa receber as matérias que ajudem o cartógrafo a perceber as nuances do desejo. Há uma espécie de coexistência entre *episteme*, inspirada por exemplo num tratado sociológico ou filosófico, e *doxa*, vigorada em entrevistas, impressões, filmes, peças de teatro. Aqui parece residir o caminho da multiplicidade na cartografia. As entradas do mapa devem ser múltiplas.

É partindo do que faz Deleuze e Guattari em *Mil platôs* (1995, 1995 a, 1996, 2012, 1997), procurando dar vez as intensidades expressão, quando realizam, por exemplo, a estratégia de escrever em platôs, que Rolnik (1989), articula que o cartógrafo não se preocupa com a transcendência e sim com intensidades que se fazem por todos os lados, isto é, pensa-se em imanência. Nesta perspectiva, a medida que as conexões entre os conceitos, num plano de imanência, são crescentes, múltiplas e variáveis, é a disposição do próprio pensamento que se quer chegar.

À sensibilidade que cabe ao cartógrafo, compreendeu-se matérias da sociologia, da filosofia, para se fundamentar a incursão e o movimento do desejo de democracia radical no contemporâneo, especialmente no segundo capítulo desse estudo. São cartografados os

processos sociais e comunicativos dos corpos trazendo-os para o contato entre suas estratégias através daquele desejo comum. No terceiro capítulo, a análise compreende as iniciativas de mídia livre, Mídia Ninja e Catarina Santos, que atuaram nas Jornadas de Junho, no Brasil, em 2013. De modo que se observou os movimentos desses dois corpos, levando em conta seus agenciamentos com outras iniciativas e suas estratégias de dispor os movimentos sociais naquele momento e *a posteriori*. Nos últimos anos foram várias as excursões junto aos atos que continuavam a propagar o que eclodiu em junho, isso inspirou a cartografia a ser elaborada aqui, a apropriação e expropriação do que se experimentou. Assim, foram realizadas duas entrevistas⁵, com Ana Pessoa, integrante e moradora da Casa Coletiva, no Rio de Janeiro, Brasil, atividade correlacionada ao Fora do Eixo e Mídia Ninja, e com Catarina Santos, fotógrafa potiguar, autônoma e militante dos direitos humanos. Também acompanhou-se Catarina em ato de 2015, que nada tem a ver com a mera observação, mas para junto elaborar um território existencial ou mesmo participante do processo rebelde. A estratégia que dá movimento a cartografia a ser construída são os processos comunicativos e sociais e a *práxis* que permeiam a ação dos corpos políticos e do desejo contemporâneos.

⁵ As entrevistas estão transcritas integralmente e disponíveis nos apêndices A e B dessa dissertação.

CAPÍTULO II

RIZOMA E COMUNICAÇÃO: A COMPREENSÃO DAS MULTIPLICIDADES COMO RACIONALIDADE CONTEMPORÂNEA DOS CORPOS POLÍTICOS

Apesar de o capítulo anterior, por vezes, inscrever os grupos de indivíduos num viés demasiadamente histórico, ou genealógico, este busca evitar essa perspectiva diacrônica para outra sincrônica, consubstanciada no conceito de rizoma. Portanto, a noção evolucionista que coloca a malta como rudimentar e menos organizada, será desconsiderada. Deleuze e Guattari (1996) constroem crítica sob a perspectiva da História puramente molar, isto é, linear e rígida. Para os autores, o historiador deve compreendê-la sob um aspecto molecular, isto é, realizada em mutações e fluxos; assim, incumbido de assinalar momentos de coexistência ou simultaneidade dos dois movimentos, um de descodificação, desterritorialização, outro de sobrecodificação, reterritorialização.

Da intenção de elaborar uma teoria das multiplicidades por elas mesmas, “em que o múltiplo passa ao estado de substantivo”, e “mostrar como as multiplicidades ultrapassam a distinção entre a consciência e o inconsciente, entre natureza e história, o corpo e a alma” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 8), o conceito de rizoma se apresenta como o modelo de realização das multiplicidades.

2.1 RIZOMA E COMUNICAÇÃO

Em *Mil platôs*, Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) constroem um ponto de vista bastante específico para a compreensão tanto das multiplicidades quanto de questões mais amplas. Com efeito, o rizoma trata o múltiplo como substantivo à medida que não o julga relativo ao Uno como sujeito ou como objeto, como imagem ou mundo. Nesta perspectiva, Scarlett Marton (2015) afirma que para Deleuze, a concepção de sujeito está sustentada na ambiência de sociedade, os termos são, assim, indissociáveis. Então, para que haja uma ruptura nesta perspectiva de reflexão deve-se criar uma nova terminologia, o que faz Deleuze quando “ao invés de indivíduo, ele usa o termo singularidade”; e completa Marton (2015) “somos todos seres singulares, diferentes uns dos outros e somos singulares na nossa multiplicidade”. Assim, Deleuze e Guattari escrevem: “Eu sou legião” (2012, p. 20), pois consideram que cada sujeito traz em si uma multiplicidade infinita e deve ser compreendido em meio a uma natureza inteira. Assim, acabam por tensionar os conceitos de agrupamentos,

como multidão, por estarem persuadidos que um sujeito em si já é uma multiplicidade. Percepção sobre o sujeito que deriva de Friedrich Nietzsche e da sua influência na filosofia francesa especialmente no período de 1960 e 1970.

É essa noção de multiplicidade, que o modelo árvore parece disposto a esmagar, assim como também fazer cessar o desejo que somente circula em rizoma, valendo-se da lógica binária (um que se torna dois). Trata-se de um pensamento fundado numa raiz pivotante ou uma raiz dicotômica que operam no sujeito e no objeto, enclausurando a multiplicidade numa estrutura de pensamento dependente de uma unidade central rigorosa. Ao contrário, articulando-se em ramificações numerosas, o rizoma pretende acolher as multiplicidades a partir de sua formação diversa, distinguindo-se das raízes e radículas.

Com seus princípios de conexão e heterogeneidade, o rizoma implica construir um mapa, isto é, compreender e dispor as coisas de tal forma que a conexão entre elas seja plena e incessante, construindo um *continuum*, pensar o heterogêneo em cadeia; com seu princípio de multiplicidade, isto é, pensar esta apenas como detentora de grandezas e dimensões, que não tem sujeito nem objeto; com seu princípio de ruptura assignificante, apesar do rizoma compreender também as linhas de segmentaridade, que são capazes de estratificá-lo e organizá-lo, são as linhas de desterritorialização que dão a tônica mais específica de seu modelo. Num rizoma, há ruptura “cada vez que as linhas segmentares explorem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 26), portanto, inviabilizando qualquer forma de dualismo ou dicotomia, bem ou mal; com seu princípio de cartografia e decalmania, o rizoma não reconhece qualquer modelo estrutural, pois prefere a experimentação no real ao decalque e à reprodução do mundo. É pela natureza movente e mutável do mapa, pela sua capacidade de construção incessante, pela sua tendência à numerosas conexões, que o rizoma o escolhe.

Os sistemas centrados, derivados do modelo árvore, parecem ignorar, ao menos, parcialmente, o movimento e a velocidade dos elementos, distribuindo centros de significância e de subjetivação preocupados com a atribuição, organização, hierarquização do que se apresenta. Em oposição, os sistemas acentrados propõe uma comunicação de um vizinho a um vizinho qualquer, levando em consideração seu constante movimento e onde as hastes ou canais não estão prontamente existentes e “as operações locais se coordenam e o resultado final global se sincroniza independentemente de uma instância central” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 37). Como o rizoma, as multiplicidades são planas, visto que elas preenchem todas as dimensões, assim, faz-se necessário pensar num plano de consistência das

multiplicidades. Consistência expressa à medida do número de conexões estendidas no plano, responsável por abrigar somente linhas e não pontos.

Como elabora Peter Pál Pelbart, em prefácio do primeiro volume de *Mil Platôs* (1995), o rizoma oferece referência para compreensão da geografia imaterial da Internet, bem como a exemplo de *Mil platôs* disposto em platôs de intensidade, e não em capítulos, podendo ser lidos de forma fortuita, salvo sua conclusão no quinto volume, oferece via estratégica para apreensão da natureza do múltiplo. Tendo em vista a operação do plano de consistência:

[...] As multiplicidades definem-se e transformam-se pela borda, a qual determina a cada vez o número de suas dimensões, concebemos a possibilidade de estendê-las num mesmo plano onde as bordas se sucedem traçando uma linha quebrada. [...] Longe de reduzir a dois o número de dimensões das multiplicidades, o plano de consistência as recorta todas, opera sua intersecção para fazer coexistir tantas outras multiplicidades planas com dimensões quaisquer. O plano de consistência é a intersecção de todas as formas concretas. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 36).

O rizoma ou multiplicidades em seu plano de consistência proporciona aliança e intersecção entre os elementos, as coisas, pois nele não existem mais formas nem substâncias, tampouco conteúdo e expressão, ele constrói um contínuo de intensidades, este extrai formas e substâncias distintas. De certo modo, o rizoma elabora uma rebelião contra as formas, pois as entende como extensão do código, operando através e sobre modos de codificação e decodificação. Com efeito, o rizoma alia-se à rede na medida em que comporta em sua trama fluxos e linhas, negando-se ao teor hierárquico dos pontos e das posições.

Num esforço para propor um pensamento menos antropocêntrico, que ainda carrega resquícios do teocentrismo medieval (KÜNSCH, 2010), o *duo* de filósofos determina a desconstrução da natureza humana. Assim, existe uma “unidade de um plano de natureza, que vale tanto para os inanimados, quanto para os animados, para os artificiais e os naturais” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 37). Podemos dizer que a Máquina abstrata que atua num plano de consistência da Natureza admite que os diversos elementos que o agrupam, cada um com uma infinidade de partículas, estabelecem uma infinidade de relações. Formaria-se, portanto, uma secção de todas as formas.

Nesta comunicação plena, neste *continuum* que se forma em rizoma, parece descreditar a organização, na forma, ou tomar os seus subsídios como a hierarquia, a subordinação. A ampliação das dimensões das multiplicidades em fluxo avança a tal ponto que sucumbe a qualquer forma de organização ou aponta para uma radicalização da forma. A propagação sobrepõe a organização? Para Deleuze e Guattari, creditar a autoria de, por

exemplo, um livro é um equívoco, pois entendem o livro como um agenciamento, ou seja, é concebido pelo trabalho de “matérias diferentes formadas, de datas e velocidades muito diferentes” (1995, p. 11) e a exterioridade de suas correlações. Reflexão que provavelmente seria confirmada por Gabriel Tarde (2005). Com efeito, prestaram homenagem a Tarde a respeito de sua microssociologia.

A teoria tardeana da opinião admite que a origem das ideias ou opiniões não se verifica num autor bem determinado, pois elas são descobertas e não inventadas exatamente. Portanto, é como se “as idéias ou opiniões já estivessem lá, presentes, potencialmente constituídas, prontas a completar-se ou a realizar-se numa revelação que as objetiva, mas que não as cria exatamente, e que se chama “invenção”, afirma Dominique Reynié em prefácio de *A opinião e as massas* de Tarde (2005, p. IX). Assim, Tarde (2005) relaciona invenção à descoberta de uma informação preexistente ao autor e que o atravessa. Seguindo esta linha, problematiza-se a autoria individual, já que para Tarde a invenção se dá num:

Cérebro – “inteligente”, nos diz ele, como para fazer uma concessão à idéia individualista do destino excepcional – que não é nada mais que um *lugar*: aquele onde se produz esse encontro necessário entre diversos fluxos sociais que dará origem a uma opinião nova, inicialmente desconhecida de quase todos, depois convertida ela mesma em fluxo social. (TARDE, 2005, p. XI).

A despeito de uma razão iluminista, que determina a relação sujeito/objeto de teor antropocêntrico, o sujeito capaz de conter o mundo (FERRARA, 2010), para Tarde, o indivíduo encontra a ideia, mas ele sendo apenas um dos elementos envolvidos, sendo este o único aspecto realmente individual do processo. Deleuze e Guattari (1996) interpretam Tarde estabelecendo a imitação como propagação de um fluxo e a invenção seria a conexão de fluxos diferentes em confluência. Além disso, estabelecem que para Tarde o fluxo seria crença ou desejo. Isto porque crença e desejo operam no social e são “fluxos quantificáveis” enquanto tais, verdadeiras quantidades sociais, enquanto que as sensações são qualitativas e as representações, simples resultantes”, afirmam Deleuze e Guattari (2012, p. 90).

Contudo, o que relatam não diz respeito somente há uma diferença entre o social e o indivíduo ou interindividual, mas tensões entre os campos molar e molecular. Devemos aqui compreender as noções de molar e molecular como importantes no trato das multiplicidades. Deleuze e Guattari elaboram no platô três *10.000 a.C – A genealogia da moral (quem a terra pensa que é?)* as ambiguidades e a operação desses campos. No exercício de compreender como se dá as articulações, chegam a uma Terra desterritorializada, viva como um corpo sem órgãos, elaborada e atravessada por fluxos e matérias mutáveis. Mas que ao mesmo tempo se

processava a estratificação da Terra, assim aprisionar as matérias e tornar estáticas as singularidades.

Numa articulação as segmentaridades ou multiplicidades encontravam instância flexível, molecular e somente ordenada, noutra mais dura, molar e estabelecida. Assim, a ambiguidade está em “cada uma das articulações estabelecia relações binárias entre seus próprios segmentos. Mas entre os segmentos de uma e de outra havia correlações biunívocas segundo leis muito mais complexas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 72) e afirmam que mesmo com a imprecisão o termo “estrutura” não se impõe. Mesmo com as conceituações, com as distinções entre molar e molecular criadas, vários estratos parecem permanecer sem apreensão.

Como parte das demandas do rizoma, as articulações revelam certa indefinição do modelo de realização das multiplicidades, já que “as árvores têm linhas rizomáticas, mas o rizoma tem pontos de arborescência” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 72). A relação que concebemos entre rizoma e comunicação, com seus respectivos desdobramentos, é digna de uma comunicação que age em rede. Rede tão bem compreendida a partir do rizoma, num viés que percebe as ações periféricas, interpreta suas virtudes mutáveis e não dependentes de um centro único. Comunicação empreendida em rede que como rizoma, não começa tampouco conclui, proveniente das bordas mas, ao mesmo tempo, se encontra no meio, entre as coisas, fazendo da velocidade sua realização.

Seguindo o rizoma, a comunicação empreendida em rede parece construída de modo incessante num *continuum*, acontecendo em fluxo e, assim, não pareça reconhecer nenhum modelo estrutural, ainda que nem por isso defenda a impossibilidade de que, em teoria, se possa organizar o processo em que a comunicação rizomática se realiza. Desse modo, o rizoma oferece não só uma alternativa para a ideia de modelo de comunicação, mas ganha viés político com suas premissas, que parece verificável enquanto estratégia de ação de alguns corpos políticos contemporâneos, investindo seus processos e práticas. O aditivo motivacional deste modelo de comunicação em rede, no contexto de um ciclo global de lutas, que entre nós encarna no movimento de mídia livre, parece ser a noção de desejo que, nesse caso de descentralização do poder midiático no Brasil, pode qualificar para o início de um debate acerca da radicalização da democracia.

2.2 NOS MEANDROS DA GUERRA E DO LIBERALISMO, A POLÍTICA E A DEMOCRACIA

Faz-se necessário, antes de partir imediatamente à operação destes corpos da micropolítica e do desejo, construir a noção de política que estamos acolhendo. Ainda mais frente à complexificação da paisagem política neste início de século, inspirada pelas novas articulações da esquerda (e sua imprescindível oxigenação) e da percepção multipolar do mundo. Mas que isso, elaborar um breve percurso da democracia parece ser indicado para problematizar o seu curso, suas demandas, suas acomodações no contemporâneo e, por fim, chegar à possibilidade de reconfiguração baseada de sua radicalização, discutida tanto por teóricos quanto por movimentos sociais.

Cumprir dizer que a democracia já foi interpretada como um sistema político inseguro, tanto pela direita fascista quanto pela esquerda revolucionária, no fim do século XIX. Embora tenha ganhado terreno amplo ao longo do século XX, a *práxis* democrática conheceu limitações advindas das mais diferentes ordens. Com efeito, o que parece explicar uma *práxis* por vezes limitada ou conformada são as deformidades no próprio âmago do conceito, fato que pode explicar sua crise. Apesar de ser mais evidente no contemporâneo, a sua crise já se fazia presente em maio de 1968 na França, quando manifestantes questionaram aspectos tradicionais da política, como o partido e a representação.

De certa forma, maio de 68, segue um movimento realizado nos Estados Unidos, no início daquela década, protagonizado pelo movimento negro na luta por direitos civis que colocaram em questão a exclusão e a segregação racial institucionalizada nos princípios daquela democracia. No mesmo período, na Europa Ocidental, os Partidos Comunistas mostram-se despreparados para assimilar os princípios básicos da democracia, o que faz parte da esquerda achar adequado compreender certo teor liberal para acomodar-se à emergência. O que acontecia nos EUA e na Europa não encontrava terreno na América Latina, que permanecia guarnecida nos dois espectros políticos, a direita que endossava o golpe militar, visto as transformações sociais que a democracia poderia suscitar e a esquerda marxista-leninista, que, assim, não estavam dispostos a lutar em prol da democracia.

Apesar da crítica à democracia puramente liberal ter-se acelerado nos anos 1980, com vários movimentos sociais pressionando por políticas que reconhecessem suas singularidades, o sentido da democracia continuou restrito e foi condicionado pela Guerra Fria. Com efeito, a Guerra Fria canalizou todos os sentidos da democracia. Derrubou esperanças democráticas em favor de uma ordem mundial igualmente autoritária, liberal ou socialista, no caso, ambas eram

adotadas de maneira autoritária, fazendo com que as demandas sociais mais particulares, de ordem menor, mais intersubjetivas, fossem relegadas. Assim, interessava cultivá-lo em termos restritos de anticomunismo, assim, relacionado à ideia de *mundo livre*.

Nessa perspectiva, um governo era tido como democrático, caso simplesmente fizesse frente àquilo que era encarado como totalitarismo comunista. O título de *democrático* era concedido, dessa forma, sem prestar atenção à incidência das pessoas no sistema político, mas simplesmente pela oposição aos preceitos comunistas. Com o fim da União Soviética e a queda do muro de Berlin, o conceito foi consubstanciado pela proeminência capitalista, como nos aponta Sebastião Guilherme Albano (2010) sobre as métricas do Consenso de Washington e suas consequências para a América Latina, relativas à reforma fiscal, abertura ao capital externo e privatização de empresas e serviços. E dentro dessa conjuntura econômico-política, reconfigurou-se os mais diversos âmbitos da vida social, atrelados agora ainda mais à livre e ampla circulação de capital, nos quais a técnica, especialmente via *media*, e a globalização encontravam lugar privilegiado.

Na América Latina do crepúsculo do século XX, a cartilha econômica exigida no Consenso encontrava a prática política dos primeiros representantes democraticamente eleitos após períodos morosos de ditaduras militares ou irregularidades de outro cunho. Isto é, a aderência à cartilha dos países da região, aconteceu em sincronia com a recuperação das instituições democráticas. A partir dos apontamentos de Albano (2010), podemos elaborar a cerca da correlação de interesse de dotar aquelas nações de um ambiente democrático para a partir daí condicioná-los ao liberalismo econômico, isto é, à circulação de capital. O que faz este autor concluir que mesmo com a eleição de governos que atendem demandas da esquerda, que reportam a um perfil socialista e que fazem crítica ao liberalismo, a região consome ainda o Consenso de Washington, dada não só a naturalização das medidas, mas também o vigor do marco regulatório arrematado pela sua larga aderência.

Contudo, deve-se fazer ressalvas sobre o nível de absorção das soluções trazida no Consenso. O Estado não se esquivou totalmente da economia e nem diminuiu seu tamanho de fato, ao contrário, as instituições estatais se multiplicaram mesmo com pragmática discutível desde o seus inícios. O Consenso foi amortizado e trabalhado pelas especificidades da América Latina, deixando claro, as diferenças entre as suas práticas e a dos países de mais tradição liberal, como a Inglaterra e os EUA. Mas mesmo sem a total implantação de suas prerrogativas, desencadeou traços firmes na postura política e social dos países inscritos na cartilha, algo dele ainda refrata na condução política deste início de século na região.

Como mencionamos anteriormente, a chegada do século XXI marca a chegada à presidência de políticos que poderiam ser enquadrados como populistas. Fato este que pode ser justificado talvez pelo efeito da tendência demasiada neoliberal da década antecedente e do desgaste dos partidos mais tradicionais ditos de direita; Hugo Chávez, na Venezuela, Evo Morales, na Bolívia, Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil, Nestor Kirchner, na Argentina, dentre outros, conduziram a política sob certa razão populista. Tratamos aqui o populismo de acordo com Ernesto Laclau (2005) que em primeiro lugar o entende como uma lógica política à medida que um discurso populista será sempre flutuante, não por descuido ou por pura astúcia, mas por ter de lidar com a heterogeneidade do social.

Com efeito, parece que o discurso ainda que impreciso, sua condição ambígua de fraqueza e força, deva encontrar na performance do líder grau de persuasão. Assim, o convencimento aparece articulado com essa prática política, já que deve elucidar a emergência de um *povo* para a partir daí criar-se uma fronteira antagônica interna entre o povo e o poder e, então, haver não só uma reunião mas uma equivalências de demandas não atendidas. Deslocando a ideia para longe do ostracismo, do perjorativo, o populismo exige uma concepção de povo apurada, sendo foco de racionalidade e, portanto, para além do essencialismo filosófico. Um povo que reivindica seu lugar como categoria política, como parte específica de um todo, composta somente pela *plebs* realmente.

Dado o quadro, que traz não só os desvios acometidos pela democracia, mas que torna problemático o conceito a partir de sua coexistência com o liberalismo, é possível verificar as mudanças das experiências sociais neste contexto. Se de certo, por vezes, não é possível dissociar o liberalismo da democracia, é por suas bases comuns, de igualdade e de liberdade. Contudo, o liberalismo elevou ao nível de perplexidade às desigualdades sociais, imprimindo no contemporâneo, não só suas prerrogativas positivas, mas também negativas, em que o Estado é capturado pelas iniciativas do privado.

Assim, a cidade moderna aglomera eventos que dizem respeito à essa submissão não só do Estado, mas da própria política democrática, ao interesse privado encarnado, por exemplo, nos consórcios e especulação imobiliários. Dentro disto, Zygmunt Bauman (2000) aponta para um dos desdobramentos do liberalismo, a ausência da *ágora*, isto é, um espaço nem privado nem público que possibilita e amplia a sociabilidade. A importância destes espaços está na sua capacidade de reunir os problemas particulares, e, sobretudo, a partir da sociabilidade, alça-los a valores e ideias sociais partilhados. Aqui a natureza deste espaço é de fundamental importância, visto que se a *ágora* tradicional se faz ausente, e os *shoppings centers*, assim como os parques temáticos preconizam a relação das pessoas mediada pelo

consumo e pela publicidade, a sociabilidade, a que pretende formar um *bem público*, deve se afastar destas nuances. Porém, o que esta sociabilidade deve percorrer não é simples, quando, como identifica Jean Baudrillard (2010), a noção de lazer se subverte e parece mais com o próprio trabalho, não sendo descanso e sim atividade regida pelo consumo.

Se por um lado, a afinidade entre democracia e liberalismo é baseada nas máximas de igualdade e liberdade; por outro, o segundo elabora rígidas sanções à primeira, implicando em desigualdade. Assim, o liberalismo anula as suas bases mais constitutivas ao passo que também outorga à democracia um caráter sempre limitado. Com efeito, Bauman (2000) elabora que à democracia cabe convite as pessoas à plenitude de sua liberdade, mas também a incumbe de instigá-las e capacitá-las a demarcar, individual ou coletivamente, seus próprios limites individuais e coletivos. Esta característica, para o autor, foi praticamente esquecida, pois:

Qualquer tentativa de autolimitação é considerada o primeiro passo no caminho que leva direto ao *gulag*, como se não houvesse nada além da opção entre a ditadura do mercado e a do governo sobre as nossas necessidades – como se não houvesse lugar para a cidadania fora do consumismo. É nessa e só nessa forma que os mercados financeiro e mercantil toleram a cidadania. E é essa forma que os governos do dia promovem e cultivam. (BAUMAN, 2000, p. 12).

A crença de que *não temos alternativa*, incutida a partir do avanço largo do liberalismo gere a também ampla limitação da democracia, capaz comportar males de diversas ordens. A insegurança, que permeia as relações mais ordinárias de trabalho, é apenas uma delas, sendo também responsável pela abdicação de manifestações e um compromisso social mais consistente. Mas também sabemos que essa situação leva a transferência de poder da política para o mercado num movimento incessante e irreprimível. Nestas circunstâncias, o Estado e suas instituições aparecem pesados e locais demais para acompanhar as forças do mercado que acontecem em rede, de forma irrestrita e global, dificultando suas premissas mais básicas de sustentação de uma agenda compromissada com o bem estar social. De imediato, isso não significa que a liberdade adentra de vez num âmbito negativo e sim que as forças essencialmente não políticas, principalmente agregadas ao mercado financeiro, passam não só a construir outra agenda, mas a ocupar lugar como um novo agente operacional não político.

Para Bauman (2000), o cerne da crise atual no sistema político não é dado pela dissipação de seus valores ou mesmo pelo aspecto mais difuso destes no contemporâneo, mas

pela ausência de um organismo capaz de aglutinar, compreender e legitimizar as demandas advindas das diversas resoluções de forma consistente e coerente. A agenda e seu código resultante estimulados pelas forças dos mercados também encontram sua feitura nas próprias instituições acompanhadas direta ou indiretamente pelo Estado, como as escolas e as universidades, que exercitam os indivíduos para o mercado. Dessa maneira, dificulta-se a formação de uma sociedade e indivíduos autônomos, um social com forte adensamento histórico, mas mantenha-se entusiasta da liberdade e aberta a novos processos e práticas.

Por mais que se torne dificultoso pensar num abismo entre o Estado e os mercados, visto que são agentes que aglomeram suas forças no social de forma cada vez mais indistinta, Bauman(2000) acredita que uma sociedade plenamente autônoma deve partir da compreensão da mortalidade de suas instituições, sendo a criação, a imaginação e a experimentação salutares para sua constituição. Ele liga a mortalidade a uma espécie de benção, que autoriza a criação e permite que a transcendência junte-se à liberdade. A partir daqui a política se oxigena, torna-se arejada, aberta aos acasos e erros, mas também prática balizada de autocrítica e consciente da finitude, da mortalidade mesmo, de suas formas e soluções. Desse modo, a política é criação e a democracia um espaço de reflexão crítica.

2.3 A DISPOSIÇÃO MOLECULAR DA POLÍTICA: A CRISE E A CRIAÇÃO

O que situa Bauman (2000) quanto a que caminho que deve percorrer a política relaciona-se com o platô nove *1933 – Micropolítica e segmentaridade* escrito por Deleuze e Guattari (1996), quando colocam o homem como animal segmentário e, mais que isso, somos segmentarizados binariamente. A partir das características das sociedades primitivas, ou seja, sem a atuação unificada e unificante de um Estado a partir de instituições políticas específicas, problematizam a segmentaridade do social, mas aqui ela se faz com certa flexibilidade e, assim, existe uma comunicação considerável entre os heterogêneos. Segmentaridade esta que se torna aguda com o sistema político moderno, pois:

[...] implica um conjunto de subsistemas justapostos, imbricados, ordenados, de modo que a análise das decisões revela toda espécie de compartimentações e de processos parciais que se prologam uns nos outros sem defasagens ou deslocamentos. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 78).

A noção de segmentaridade não cumpre só função opositiva à centralização, mas, sobretudo, pretende esclarecer cânones do sistema político moderno. Deleuze e Guattari

(1996) elencam três aspectos resultantes do ápice da segmentaridade, a tecnocracia, que opera especialmente pela via da divisão do trabalho, a burocracia, que guarda em seu âmago repartições, a hierarquia, que longe de apenas de estabelecer na forma piramidal, pela própria distribuição também lateral dos cargos. Assim, se antes flexível e circular, no moderno a segmentaridade se apresenta rígida. “A segmentaridade torna-se dura, na medida em que todos os centros ressoam”, escrevem Deleuze e Guattari (1996, p.80), numa sociedade de controle com cargos diferentes e distribuídos se põem a redundar um exercício a partir de centros ressonantes de poder.

Contudo, frente ao rizoma, não podemos cogitar um antes e um depois, sua antigenealogia estimula-nos a pensar os fluxos de comunicação entre as duas segmentaridades. É nesta comunicação, que os códigos e territorialidade de outrem são sobrecodificados de maneira unívoca e as reterritorialização específicas acontecem sob atuação do Estado. Ademais, a segmentaridade garante a ressonância e, portanto, a Árvore explica sua operação, que se dá a partir da concetricidade e da dicotomia. A segmentação rizomática é evocada aqui não só a título de oposição, mas para compreensão dos fluxos das segmentaridades que atravessam a sociedade, a molar e a molecular. Sendo esta última que melhor resguarda sua tônica por excelência e parece ser responsável pelo teor que a política adquire na obra de Deleuze e Guattari (1996) e os levam a considerar que a política permeia tudo, sendo, ao mesmo tempo, *macropolítica* e *micropolítica*. A condição molar da política, como, por exemplo, os conjuntos binários de sexos e de classes, não evita a sua disposição molecular, que diz respeito aos afectos, às crenças, os desejos, mas também à microorganizações que vão operar seguindo sua própria lógica e, de certa forma, trabalhar o *macro*.

A perspectiva micro da política quer dar conta do que escapa da segmentaridade molar numa análise. Deleuze e Guattari (1996) levam em conta os movimentos moleculares operantes dentro da política, que não complementam, mas contestam a grande ordem mundial. Assim, além de compreender que a política se realiza tanto por microssituações quanto por escolhas binárias, eles atribuem à política um organismo baseado em fluxos. A política deve se abrir para os movimentos moleculares, movimentos baseados em fluxos de desejo fecundando linhas de fuga. Assim:

Os únicos “grandes” homens de Estado são aqueles que se conectam a fluxos, como signos-piloto, signos-partículas, e emitem quanta transpondo buracos negros: não é por acaso que esses homens só se encontram nas linhas de fuga, traçando-as, presentindo-as, seguindo-as ou antecipando-as,

mesmo que se enganem e caiam [...]. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 98).

A partir do trecho podemos compreender a abordagem que constroem para a política. Uma política em que seus eleitos ou simplesmente quem se dispõe à ela permita-se à uma experiência estética, de sensibilidade mesmo, capaz de conjugar os fluxos mais diversos num corpo, que apesar de rejeitar o impregnado da hierarquização do organismo, capaz de se realizar. A pessoa da política deve dar vazão aos fluxos de desejo e até antecipá-los, fazendo-os caber na prática. Isso exige, algo também demonstrado por Bauman (2000), traçar uma linha de fuga, atividade implicada em tentativa e erro e percorrer caminhos baseados na incerteza. Além disso, a circunstância exige criação perene da política, isto é, as decisões e instituições pensadas devem ser vistas como soluções que não escapam da crítica e da crise. O rizoma como modelo de realização das multiplicidades parece fecundar e entusiasmar essa percepção micro e ao mesmo tempo viva que a política deve abrigar, na qual a pessoa da política parece cumprir papel de vetor dos desejos.

Em decorrência da americanização das campanhas políticas (SODRÉ, 2009), do discurso competente, da burocratização e hierarquização implicadas nas sociedades contemporâneas (CHAUI, 2011), do acometimento modernizador violento e excludente que se dá também através dos meios de comunicação na posse das elites tecnoburocráticas (SODRÉ, 2006) há um latente descontentamento com a atual forma de democracia, por exemplo, relativo à representação e a forma partido e Estado. O lastro de 68 ainda se faz presente e diz que há algo de molecular que as atuais instituições não compreendem, algo se esvai. É esta perspectiva micro da política, e também do desejo e da potência da democracia que escampam, que evoca a criação incessante digna da política no contemporâneo. Diante do que foi posto, seguimos para delimitar tanto o processo de radicalização da democracia como pregam Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987), admitindo a perspectiva socialista como um de seus elementos fundamentais.

2.4 A DEMOCRACIA RADICAL COMO DESEJO COMUM

Devemos desde o princípio assinalar as ideias de multidão e seu projeto político determinante de democracia absoluta como reflexos da filosofia de Baruch Spinoza (1632-1677) ao pensamento de Antonio Negri (2005). Spinoza foi um dos poucos do seu tempo a investir na ideia de democracia, visto que ainda no século XVII foi capaz de identificar

problemas da filosofia política ainda por vir, o que Negri (2005) tratou de revisitar e atualizar suas condições e adequá-los à paisagem contemporânea de lutas globais fomentadas por circuitos sofisticados de comunicação e informação em rede. Tal característica permeia a *práxis*, os processos e a própria "disposição" desses movimentos.

O projeto de democracia absoluta ou radical parece repousar numa determinação do sujeito que deve ser também mais arejada. Para Marilena Chaui (2011), que fala a partir da análise da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, numa democracia não há massa, pois esta aceção nega as singularidades e também a constituição individualizada e o papel social e político que os sujeitos tem a desempenhar. O que Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987) irão mais a fundo, rompendo com o essencialismo filosófico de Karl Marx, ao passo que viabilizam a ideia de democracia radical a partir da crítica ao dito antropológico de uma *natureza humana* e de um sujeito unificado. Assim:

El rechazo de los puntos privilegiados de ruptura y de la confluencia de las luchas en un espacio político unificado, y la aceptación, por el contrario, de la pluralidad e indeterminación de lo social, nos parecen ser las dos bases fundamentales a partir de las cuales un novo imaginario puede ser construido, radicalmente libertario e infinitamente más ambicioso em sus objetivos que el de la izquierda clásica⁶. (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 250).

A partir do trecho, os autores inscrevem ainda como ponto de ruptura a Revolução Francesa, identificada como revolução democrática. Para eles, o evento histórico se distingue de outras manifestações de mesma estirpe, como a Revolução estadunidense ou inglesa, por ter realizado a descontinuidade e, sobretudo, ponto de origem. De uma sociedade hierárquica e não igualitária, fundada numa lógica teológico-política, para uma onde o imaginário social atende aos princípios democráticos de igualdade e liberdade. Se a política investia-se de hierarquia e desigualdade, pois no social não encontrava outras nuances, e, portanto, reproduzia relações de poder e implicava a cada atividade a subordinação dos sujeitos, pode reconhecer e fazer uso, a partir do rechaço à ideia de sujeito unificado, de uma circunstância mais plural. Com efeito, a renúncia ao sujeito unificado também faz crítica à posição privilegiada de algumas classes sobre outras para fins de revolução. Contudo, este imaginário emergente da revolução democrática, segue a prerrogativas de imprecisão e incerteza do social, e não reconhece nenhuma determinação prévia, o que resulta numa perspectiva

⁶ O rechaço dos pontos privilegiados de ruptura e a confluência das lutas em um espaço político unificado, e a aceção, pelo contrário, da pluralidade e indeterminação do social, nos parecem ser as bases fundamentais a partir das quais um novo imaginário pode ser construído, radicalmente libertário e infinitamente mais ambicioso em seus objetivos que o da esquerda clássica. (Tradução nossa).

ambígua e complexa, visto a polissemia de vozes que se realiza, pode abrir caminho para a democracia radical, mas também apontar para a instalação de governos totalitários ou populismos de direita.

Um dos traços mais constitutivos da revolução democrática é a proeminência da lógica da equivalência, processo que acontece de forma mais nítida a partir dos anos 1960, com as lutas cada vez mais imbricadas entre, por exemplo, movimento antirracismo, antisexismo e anticapitalismo. Tal equivalência a medida que avança no acolhimento das multiplicidades, parece disposta a constituir um projeto de democracia radical, isto é, a partir de um sistema acentrado, elaborando rizoma, que não dá posição ou incumbência privilegiadas a determinados sujeitos ou classe, mas, pelo contrário, compreende a pluralidade do social como potência.

Para Laclau e Mouffe (1987), chegar ao mais perto de uma lógica da equivalência total deve ser objetivo da esquerda socialista, isto é, aglutinar as mais diferentes demandas não atendidas e objetivar um comum, que pode ser entendido aqui como a democracia radical, visto que as lutas pedem uma democracia mais aberta e plural. A questão de garantir um aprofundamento das bases da política democrática não passa pela ruptura ou descarte total do liberalismo. Mas, pelo contrário, aproveita o discurso sobre as bases comuns entre democracia e liberalismo, de igualdade e liberdade, para adentrar num processo radical, de aprofundamento dessas. Assim, não cabe o teor clássico do conceito de revolução, que aconselha ter-se concentração de poder numa instituição central para dar-se um processo de ruptura total. Algo que se relaciona em larga escala com a mudança radical do processo de revolução, ou até a insipiência desta, como pregam Hardt e Negri (2005), observado a recomposição social das classes, a hegemonia do trabalho imaterial e a estratégia de operação e articulação em rede dos corpos políticos. A democracia radical exige um esforço contrário ao centro de poder, que cultiva em seu âmago a hierarquia e a burocracia, prefere, assim, a autonomia, possível em rizoma, das esferas de luta e multiplicação dos espaços políticos, tendo em vista a equivalência. Na consistência da democracia radical está o socialismo, como apenas um de seus vários elementos, mas elementar para sua profícua operação. Assim:

[...] Todo proyecto de democracia radicalizada supone una dimensión socialista, ya que es necesario poner fin las relaciones capitalistas de producción que están en la base de numerosas relaciones de subordinación;

pero el socialismo es *uno* de los componentes de un proyecto de democracia radicalizada y no a la inversa⁷. (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 294).

Para uma democracia radical é necessário a equivalência das forças sociais e não determiná-las *a priori*, dando incumbências relevantes a determinados sujeitos ou classes. Neste sentido, a democracia deve ser ideada, prática e aperfeiçoada constantemente, e localmente, não como se faz com a lógica transnacional das mídias, que por isso, só entendem política como algo virtual e consensual, convergente, visto a imposição de métricas econômicas, vide, por um lado, o Consenso de Washington ou, mais recentemente, os planos de austeridade coordenados pela Troika (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional) e, por outro, as pautas dos Congressos parlamentares de países de capitalismo avançado, como a legalização do uso medicinal, se impõem também nos de outros países, o que demonstra o curso da política transnacional. Aqui, a política não é espaço de conflito.

A socialização dos meios de produção não pode significar a gestão apriorística dos trabalhadores e sim que os sujeitos interessados, independentes de posição ou classe social, participem e decidam os estágios e distribuição do produto. Nesta perspectiva, o princípio de pluralismo deve acompanhar e ser decisivo para o projeto de democracia radical. Inclusive, abre via de relação estreita entre democracia plural e liberalismo, tendo em vista, segundo Laclau e Mouffe, o problema não é o liberalismo, já que sua premissa é dotar de liberdade as posturas humanas, conduzindo a uma auto percepção para além do individualismo burguês. Para o casal de teóricos políticos, a questão que efetivamente se coloca é a geração de outro indivíduo, longe do individualismo possessivo, que aparece investido de um social não dicotômico, indivíduo e sociedade, mas que vale da ideia de que a liberdade e os direitos individuais dependem de uma equivalência e, portanto, só pode ser conseguidos de forma coletiva e colaborativa.

Tal circunstância assinala a premissa da democracia, no seu caráter mais radical e plural, a partir da compreensão e reconhecimento da multiplicidade das lógicas sociais num movimento de articulação (que fecunda o comum), que é contingente, sempre recriada e renegociada. Com efeito, a lógica democrática possui limites naturais, mesmo sendo baseada nos princípios de ruptura da revolução democrática e, assim, quer a eliminação de relações de

⁷ [...] Todo projeto de democracia radicalizada supõe uma dimensão socialista, já que é necessário por fim as relações capitalistas de produção que estão na base de numerosas relações de subordinação; mas o socialismo é um dos componentes de um projeto de democracia radicalizada e não o inverso. (Tradução nossa).

subordinação, não é uma lógica de positividade do social e, portanto, incapaz de fundar um cerne de onde o social possa ser constituído.

Aceitar a democracia radical como um projeto hegemônico, parte da noção dessa contingência, e, sobretudo, da tensão e integração que se dá entre ambos. Aceitar o caráter precário do social, ou seja, sua feitura sempre incompleta e parcial, é aceitar também a tônica proeminente da democracia no exercício da hegemonia, a contingência de sua realização, que de tão aberta pode sucumbir num totalitarismo, que nega veementemente seu pluralismo. Assim: “Toda posición hegemónica se funda, por tanto, en un equilibrio inestable: se construye a partir de la negatividade, pero sólo se consolida en la medida en que logra constituir la positividade de lo social⁸.” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 312). Assim, apesar de entender que o projeto de democracia radical abre vão amplo para o socialismo, já que é preciso eliminar desde o começo as relações capitalistas de subordinação, Laclau e Mouffe (1987) defendem que apenas essa medida não é capaz de deter as desigualdades de outras estirpes. Com efeito, avaliam, para fins hegemônicos, a incapacidade de um discurso unificado de esquerda, abarcar a contingência e a parcialidade da paisagem sociopolítica contemporânea, mas também apontam como necessidade a mudança de imaginário e de ação deste espectro político.

A radicalização da democracia rejeita a ideia de um sujeito e um discurso universal, traços tão aguçados no discurso da esquerda socialista clássica, e aceita como seus ingredientes imprescindíveis: a parcialidade do social, a polifonia de vozes, o acentramento dos discursos e lutas, a multiplicação dos espaços políticos. À esquerda socialista cabe compreender que numa democracia radical, representa apenas uma parte, bem como nesta perspectiva não deve compreender aprioristicamente sujeitos ou classes, e, sim, de uma percepção da verdadeira participação de todos. O trato que a esquerda deve dar a esse projeto, não pode permanecer retido no rechaço total da ideologia, para usar os termos de Laclau e Mouffe (1987), liberal-democrática, mas maximizá-la, visto que a hegemonia se baseia em condições instáveis e, por vezes, ambíguas, que não cabe no projeto do início ao fim apenas transgressão.

⁸ Toda posição hegemônica se funda, portanto, num equilíbrio instável: se constrói a partir da negatividade, mas só se consolida a medida que consegue constituir a positividade do social. (Tradução nossa).

2.5 A INCURSÃO DA PRÁXIS DOS CORPOS POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS EM DIREÇÃO À DEMOCRACIA RADICAL

Aqui privilegiaremos a análise dos processos e práticas de dois corpos políticos, o Syriza e o Podemos, inscritos à esquerda do espectro político. Além disso, traçam-se linhas comuns de atuação entre eles e os coletivos autônomos brasileiros, como o Movimento Passe Livre (MPL), que luta pelo transporte público gratuito e de qualidade para todos, e a iniciativa de mídia livre Mídia NINJA, disposta a compreender a operação dos movimentos sociais.

O conceito de esquerda que adotamos é cunhado por Deleuze em *O abecedário de Gilles Deleuze* (2001), explicado parcialmente, dessa vez em conjunto com Guattari em *Mil platôs* (1995a, 1997, 2012) quando falam das noções de maioria e minoria. No *Abecedário*, Deleuze fala que não há nenhum governo de esquerda, pois a esquerda deseja a expansão criativa da vida e isso não se dá na forma governo. Assim, o que existe são governos que atendem algumas demandas da esquerda. Para ele, ser de esquerda, primeiro, é um exercício de percepção, isto é, compreender o mundo a partir de suas bordas, da periferia, que aqueles problemas aparentemente longe desempenham função de alerta para que o estado das coisas seja alterado. Em segundo, ser de esquerda é uma questão de devir-minoritário. Seria entender que a maioria nunca é ninguém, é um padrão vazio. No Ocidente, o padrão majoritário da cultura por excelência é: homem-adulto-branco-macho-racional-europeu, e quem o efetuar atinge a maioria. Dessa forma, não há devir homem, pois este é uma entidade molar, instituindo uma espécie de ponto central, de onde parte as organizações binárias. Com efeito, minoria nada tem a ver com quantidade numérica, mas, ao contrário, é inumerável, pois é, sobretudo, conexão, não dependendo o número de seus elementos.

Mesmo possuindo peculiaridades, os países do sul europeu vêm sofrendo com a política econômica imposta pela União Europeia (UE), desde a crise de 2008. Grécia, Espanha e Portugal são exemplos mais evidentes do fracasso das políticas austeras coordenadas pela Troika. O primeiro conta com 50% dos seus jovens desempregados, 30% da população vive abaixo do limite da pobreza, 40% passaram o inverno sem nenhuma aquecimento, embora acumule problemas sociais graves sua dívida chega a 320 bilhões de euros (LAMBERT, 2015). A resposta política veio com a eleição do Syriza, Coalizão da Esquerda Radical, em 2014, estabelecendo Alexis Tsipras como *premier* e tendo 149, dos 300 possíveis, deputados.

Mas até chegar a hegemonia, o Syriza teve de construir um momento equivalencial, um comum, entre as mais diferentes manifestações da esquerda. Assim, pode-se chamar

frente, como intitula Vladimir Safatle (2015), vide a multiplicidade que escapa a forma partido e dá vez ao corpo, uma coalizão composta por treze grupos e partidos políticos que compreende maoistas, trotskistas, comunistas, ambientalistas, social-democratas e populistas de esquerda. A despeito dos partidos comunistas, que defendem prontamente a saída da Grécia da zona do euro, o Syriza prefere a negociação e parte para um pragmatismo que baseia suas ações, as alianças são fundamentais o projeto, tendo em vista a aliança com o partido Gregos Independentes (Anel) para adquirir mais 13 assentos entre os deputados (CARTA, 2015). O que a primeira vista parece como um desvio político, dado o caráter direitista e populista do Anel, sobressai-se como astúcia e estratégia para o combate comum contra a política de austeridade.

O que Alexis Tsipras, líder do Syriza e agora *premier* eleito, levou a cabo na eleição num discurso populista, a partir de seu sentido em Laclau (2005), de anti-austeridade, em que a soberania grega fosse fortalecida frente às políticas de austeridade impostas pela UE. Nesta perspectiva, traz-se à luz não só a difícil missão da coalizão em negociar a dívida helênica com as mais diferentes instâncias, visto a intransigência sinalizada pela Angela Merkel, *chanceler* alemã e líder da UE, mas também a posição da fragilizada da democracia num mundo globalizado. O que nos faz refletir sobre a *estetização da política*, como reflete Walter Benjamin (2012), onde se constrói-se prontamente um acordo, neste caso beneficiando muito mais os países do Centro e Norte Europeu em detrimento dos do Sul, ao conflito digno da política, preservando as relações de poder existentes.

Na vereda aberta à esquerda pela eleição do Syriza, corrobora com a operação de outro corpo, também disposto a oxigenar a democracia contemporânea a partir de processos e práticas diferentes, o espanhol Podemos, fundado em 2014. Este realiza-se com forte apelo ao cidadão comum para que interfira nas suas instâncias, através mesmo de listas abertas, a sua disposição procura escapar das formas tradicionais da política democrática-liberal. Por isso, foi denominado por Boaventura de Souza Santos (2014) de partido-movimento ou, melhor, movimento-partido, creditando à sua emergência ao movimento dos Indignados do 15M, a uma aprendizagem a partir do Sul com os governos populistas da América Latina e a experiências do Fórum Social Mundial.

Como nega qualquer contribuição do mercado financeiro e também prefere abster-se de empréstimos bancários, o Podemos utiliza a internet como ferramenta de angariação de recursos advindos de pessoa física, utilizando também *crowdfunding*, através da rede também pretende dá transparências aos gastos, dispondo em um *site* Portal da Transparências, despesas que vão das despesas com propaganda à transporte ou locomoção. Assim, as eleições

primárias *on-line* e as formas de arrecadação e transparência dos fundos gozam das virtudes da Internet, correspondem a uma certa desburocratização, mesmo parcial, que é capaz de dar agilidade aos processos e colocar o Podemos em vantagem. Outra apropriação dos meios de comunicação diz respeito ao programa *La Tuerka*, exibido na televisão, transmitido pela TV pública de Madri, e na Internet. É apresentado por Pablo Iglesias, líder do Podemos, que entrevista personalidades da política, em seu sentido amplo. Tomando a política como espaço de inovação e criação, assim, adotando processos e práticas mais democráticos, o Podemos elegeu cinco deputados para o Parlamento Europeu, tendo 1,2 milhões de votos, mesmo com pouco tempo de atuação. Criação levada a cabo na Islândia, em 2010, quando a população a partir de dois referendos disse não à conversão de dívidas privadas dos bancos em dívida soberana do Estado (SAFATLE, 2015).

Syriza e Podemos convergem mais uma vez ao realizar um discurso anti-austeridade, o que lhes dão aspecto despótico visto a convicção do consenso econômico da EU. Com base na investigação intensiva de casos de corrupção e fraude, ambos pretendem financiar programas sociais mais amplos, que incluem desde readmissão de profissionais da educação e da saúde prejudicados pela crise de 2008 à gratuidade da energia e do transporte para os mais pobres. Ao adotarem processos e práticas diferentes, chegam ao que Laclau e Mouffe (1987) inserem no projeto de democracia radicalizada, quando se critica e procura abolir as relações capitalistas de produção, multiplicando os espaços políticos, dando vazão à pluralidade. Ambos escapam do discurso unificado de esquerda, que institui aprioristicamente qual classe ou sujeito que resguarda a incumbência final. Ao buscarem a diversidade e a pluralidade do social, seja por uma frente ampla de esquerda ou agenciamento de movimento e partido, abre-se via para compreensão da democracia radical que faz do caráter instável e contingente sua positividade. Pois a democracia radical apenas pode ser pensada a partir de um social envolto de multiplicidades. Assim:

Hacer avanzar un proyecto de democracia radicalizada significa, por tanto, hacer retirarse progresivamente al horizonte de lo social el mito de la sociedad racional y transparente. Esta pasa a ser um <<no-lugar>>, el símbolo de su própria impossibilidad⁹. (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 315).

Apesar de sua emergência reportar às instâncias de movimentos sociais diversos, como os Indignados, o Podemos deve estar atento para a pluralidade, pois não se pode eleger ou

⁹ Avançar um projeto de democracia radicalizada significa, portanto, retirar progressivamente do horizonte social o mito da sociedade racional e transparente. Esta passa a ser um “não-lugar”, o símbolo de sua própria impossibilidade. (Tradução nossa).

excluir *a priori* outras possíveis esferas de luta. Portanto, com a feitura de um espaço político plural, pode-se se conceber a democracia radical.

Como aponta Marton (2015), em curso citado anteriormente, falando agora especificamente em Deleuze, diz que este opera transgressão ao propor que a filosofia se abra para fluxos de desejo. Ao elaborar sua filosofia do desejo imprime também novas percepções do sujeito, do fazer político, do papel do intelectual, bem como a possibilidade de experimentar políticas, práticas e processos de transgressão. Na ineficiência de um receituário já elaborado, a postura ou posição deve ser tomada de maneira pontual segundo um diagnóstico da circunstância a qual se está inscrito, como afirma ainda a filósofa.

Práxis e processos transgressores que elaboram corpos que possivelmente considerem menos a revolução, mas que, ao mesmo tempo, se apresentam capazes de construir novos espaços políticos. Novos espaços dotados de liberdade e condicionados pela experimentação. A elaboração pode privilegiar ou exigir ações colaborativas, que a partir desses espaços possam desenvolver crítica ou até mesmo colocar em crise o que está estabelecido. Nesta perspectiva, podemos observar no mundo a insurgência de corpos, como o Syriza e o Podemos, ambos implicados numa conjuntura de luta global e que de certo modo tensionam as formas institucionais da política. Por isso, os tratamos como corpos e não como simplesmente partidos. Mesmo que atuem desde dentro da política institucional, problematizam suas formas.

A utilização do termo corpo acompanha o raciocínio da Terra desterritorializada de outrora, problematizando a estratificação. Quer-se percorrer caminhos nos quais as noções de organização, burocratização e hierarquização são insipientes, mesmo que algo esteja possa esteja se movendo neste sentido, e sim que as linhas e dimensões das multiplicidades sigam se estendendo, que haja um aproveitamento melhor da potência e do desejo. Assim, aponta-se em direção a construção de um Corpo sem Órgãos, a partir de uma recusa inflexível à estrutura digna do organismo e que prefere o rizoma a uma estrutura de conformação de seus organismos. Com efeito, a procura de traçar uma linha de fuga, assimilada aqui como uma circunstância de liberdade e igualdade plenas, dar-se por meio de tentativa e erro, mas viável a partir da crise e da crítica ao estabelecido, e da disposição de compreender as multiplicidades.

Na reconfiguração das formas políticas tradicionais e numa perspectiva futura de ação, a comunicação assume papel elementar, visto o avanço da informática e a intensa presença das novas tecnologias no cotidiano. O engajamento, a filiação ao partido e a militância estão passando por transformações e também vão em direção à mídia. Ao passo que o fenômeno da globalização e da informática sucumbem noções de espaço e tempo, bem como a percepção

de identidade do sujeito, também podem ser capazes de conectar pessoas em torno de agir comum. Não por coincidência, cidades nos mais diferentes continentes tiveram manifestações de rebeldia. Não por coincidência, Syriza e Podemos surgem das manifestações contra as medidas econômicas que incidiam e incidem ainda nesses territórios, e que tem a ver com a formação de uma opinião planetária, como nos fala Tarde (2005), bem com a ideia de construção de redes de colaboração e solidariedade, como afirmam Hardt e Negri (2005).

Fazendo-se valer de um novo modelo de comunicação proposto pelo rizoma ao compreender as multiplicidades a partir de suas características aproximativas, especialmente a que diz respeito a conexão e heterogeneidade, implicada na construção de um mapa, no qual se dá a comunicação incessantes e mutação das coisas. Desse modo, é inviável estabelecer simplesmente um corte rigoroso entre os regimes de signos e códigos. Assim, como afirmam seus cunhadores (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.16) “um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrência que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais”.

O sistema nascente é capaz de desestabilizar a divisibilidades das coisas, de uma organização hierárquica, que procede sempre por dicotomia, para, então, chegar a não divisibilidade do trabalho, como querem Hardt e Negri (2005), que justificam que a evolução do capitalismo em termos econômicos para um âmbito cognitivo condiciona a aparição de uma classe global de pessoas envolta na lógica do trabalho afetivo e interessadas na radicalização da democracia. Antes povo, massa, agora uma multidão de singularidades postas, também através da *media*, em comunicação contínua e fluente. Da imaterialidade do produto (comunicação, imagem, conhecimento, conceitos, informação) e da circulação surge encadeamentos, sobretudo, políticos. A comunicação em *continuum* que desfruta a multidão, permite a ela um movimento desejante contrário, fomentado graças às suas multiplicidades em fluxo, a qualquer estrutura de domínio. O modelo árvore é uma política e o rizoma quer combatê-la.

Mas o rizoma, assim como a forma disseminada em rede, proporciona não só a afirmação das multiplicidades, mas, sobretudo, sua disposição ideal. São neles que as multiplicidades adquirem velocidade, se transformam, se precipitam, fazendo proliferar um conjunto que não está disposto em camadas sobrepostas. Se as estruturas arborescentes operam através de instâncias burocráticas e hierárquicas, bem como através de cadeias de significância e de subjetivação bem determinadas, o rizoma e a rede atuam justamente numa reversão dessa conjuntura, colocando os indivíduos e a comunicação como agentes intercambiáveis, em velocidade, dispondo-os de formas autônomas, num sistema acentrado, e

o produto desse conjunto não depende de uma organização central. Isso encontra solo fértil na prática, no momento em que o Movimento Passe Livre São Paulo (MPL) decide partir não mais de um princípio excludente, o da tarifa gratuita apenas para estudantes, e passaram a compreender demandas mais amplas de desejo. Levou-se em conta as multiplicidades das lutas sociais e as anexou no seio das manifestações de rua. Aliança em detrimento da divisão. Com efeito, como observa o próprio MPL (2013), a Revolta do Buzu, na Salvador de 2003, estabelece vínculo com relação à sua manifestação acentrada, com as manifestações em São Paulo e no Brasil, dez anos depois. O desejo parece circular, mas somente em rizoma.

Num rizoma, as comunicações transversais que se inauguram são capazes de comportar o desejo e a micropolítica. Contudo, tanto o rizoma quanto a rede não são empreendidos em sua totalidade e, por vezes, visto os “problemas atuais de informática e de máquinas eletrônicas, que conservam ainda o mais arcaico pensamento, dado que eles conferem o poder a uma memória ou a um órgão central” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 35) ou até mesmo a indisponibilidade de alguns movimentos sociais que atuam sob uma lógica militar. Levantando os processos e as práticas dos corpos políticos, pode-se chegar a linhas e estratégias comuns de operação. Mesmo atuando em meio a tantas especificidades, é possível traçar uma comunicação contínua e rizomática que percorre tanto os corpos inscritos na democracia institucional, como o Podemos e o Syriza, quanto o MPL e as iniciativas de mídia livre, como Mídia NINJA e Catarina Santos.

O fio condutor deste modelo de comunicação em rede parece ser mesmo o desejo de radicalização da democracia, capaz não só de dar suporte a imbricação em fluxo da paisagem política e das iniciativas de mídia livre em questão, mas de abrigar uma luta global estratégica e comum. Por fim, a partir do rizoma elaboramos um *modelo ou racionalização*, termos estes ainda insuficientes, desses processos e *práxis*, levando em consideração suas heterogeneidades e conexões, a fim de compreender os preceitos políticos e estéticos implicados.

A Compreensão da noção de modelo se deu a partir de Alain Badiou (1972) à medida que critica o estruturalismo, via Lévy-Strauss, e sua operacionalização ou acomodação do conhecimento científico sob a construção sistêmica de modelos; e os embates sujeito/objeto, realidade empírica/teoria. Com efeito:

No limite, a redução acaba-se se pudermos construir um modelo de actividade do construtor de modelos. É o mito regulador desta epistemologia. Ele ilumina os estranhos textos onde Lévi-Strauss confere à complexidade cerebral a dignidade de estrutura das estruturas, de último suporte da própria <<estruturalidade>>. Face a este objecto último, empreendemos a construção de um modelo do funcionamento

cerebral, um <<cérebro artificial>>, como ambicionam os ciberneticistas, cuja ideologia dos modelos é desde sempre a filosofia espontânea (BADIOU, 1972, p. 27).

Assim, são, pelo menos, três experiências concebidas e engendradas pelo rizoma para este estudo:

- a) um novo modelo de comunicação, em rede, utilizada ou subutilizada pelos corpos da política e do desejo contemporâneos, no qual se articula uma comunicação contínua capaz mesmo entre heterogêneos;
- b) um modelo de racionalização desses corpos, a medida que torna possível novos processos e nova *práxis*, mais flexíveis e talvez mais democráticas, para compreender e auxiliar a disposição das multiplicidades; e
- c) um modelo de análise, vide a atuação do ciclo global de luta, que independe de um ponto central, mas sim de um devir comum, da comunicação intersubjetiva que se realiza.

CAPÍTULO III

CARTOGRAFIAS DOS PROCESSOS DA MÍDIA LIVRE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Aqui trabalharemos questões narrativas referentes às Jornadas de Junho dando margem à midiatização dos processos sociais e comunicativos. Neste contexto, elencamos também as trajetórias de Mídia Ninja e Catarina Santos, que operam como vetores daquele processo de midiatização. Assim, compreendemos ambas iniciativas de mídia livre a partir da noção de *mídia alternativa radical* de John Dowing (2002) e da Carta Mundial de Mídia Livre (2015). Por fim, a cartografia construída busca compreender os processos sociais e comunicativos, da *mídia livre* contemporânea brasileira, na qual destaca-se Mídia Ninja e Catarina Santos, vinculados à características constitutivas da democracia radical.

3.1 AS JORNADAS DE JUNHO E A MIDIATIZAÇÃO DOS PROCESSOS SOCIAIS

Em junho de 2013, as ruas brasileiras se encheram de gente. O levante, considerado por muitos como a maior manifestação política da história do Brasil, reivindicava melhores serviços públicos, da saúde ao transporte público. Este último foi considerado o motivo principal dos primeiros levantes e desencadeador dos demais. Mas as pautas não giravam unicamente em torno dos direitos universais, mas também compreendiam o combate à corrupção da classe política e, possivelmente, a reforma do sistema político nacional. Somada ao contexto estava a Copa das Confederações, evento preparatório da Copa do Mundo de Futebol organizada pela *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) que aconteceria no ano seguinte.

Segundo levantamento realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) em 22 de junho, quase dois milhões de brasileiros foram às ruas no dia anterior em 438 cidades, conforme o artigo *Quase dois milhões de brasileiros participaram de manifestações em 438 cidades* (2013). A grande quantia de dinheiro prevista para realização da Copa do Mundo de futebol no país foi capaz de elevar os ânimos e desencadear outras manifestações nos meses seguintes. Vários movimentos sociais e classes trabalhadoras colocaram-se nas ruas, aproveitando o furor e o bom momento. O momento apresentou-se profícuo por pelo menos dois fatos, tanto as tarifas do transporte público recuaram em todas as capitais quanto

Proposta de Emenda à Constituição 37, que limitava a atuação investigativa do Ministério Público da União, foi derrubada pela constante pressão dos protestos de junho.

A onda de manifestações ficou conhecida como *Jornadas de Junho*. Estas foram maiores que o movimento *cara-pintadas* que culminou na renúncia do presidente Fernando Collor em 1992. Nesta perspectiva, as Jornadas de Junho são comparáveis às manifestações públicas da campanha da direta de 1983-1984. Todavia, levando em consideração o rizoma, que consubstancia a nossa análise, devemos relacionar as manifestações brasileiras as do restante do mundo. Não unicamente pelo tempero da globalização, mas pelo gosto da imanência. A exemplo do Movimento 12 de Março ou Geração à Rasca, em Portugal, o Movimento 15 de Março (M15M) ou Movimento dos Indignados, na Espanha, a Primavera Árabe, em alguns países do Oriente Médio e norte da África, e o *Ocuppy Wall Street*, nos Estados Unidos, as Jornadas de Junho no Brasil colocaram em questão demandas sociais amplas e críticas ao capitalismo e à democracia tal como se dá atualmente.

Deixando de lado os problemas locais específicos, podemos traçar relações entre as ocasiões rebeldes e pensar um ciclo global de lutas que se inaugura sobre, pelo menos, três aspectos principais:

- a) os protestos foram combinados via redes sociais digitais, como Twitter e Facebook, provando a potência de mobilização desta;
- b) as revoltas não foram gestadas pelos atores políticos tradicionais (partidos políticos, sindicatos), ao contrário, muitas vezes, desprezavam o vínculo partidário e sua organização hierárquica e burocrática; e
- c) destoando das organizações de massa tradicionais, os sujeitos experimentaram formas disseminadas em redes mais arrojadas.

Diante dos três aspectos, vemos a relação entre os processos sociais e comunicativos e a mídia, especialmente, no âmbito da política. A partir daqui, podemos dizer que o exercício da política vem sendo cada vez mais atravessado pelas lógicas e métricas da mídia. Algo que a noção de mediatização como afirma Muniz Sodré (2009) anseia compreender. Segundo ele, as ubiquidades dos meios de comunicação contemporâneos está elaborando continuamente um novo *bios*, uma espécie de nova esfera existencial. De um lado, atrelada a isso está inscrita a eletrônica que parece constituir uma revolução ainda mais radical que as anteriores, pois engendra subjetividades, hábitos, estilos de vida; de outro, no Brasil, a grande concentração de veículos de comunicação por uma elite, em sua face tecnocrata, empenhou e empenha esforços que dinamizam de acordo com os seus interesses o cenário político. Foi assim, por

exemplo, na ditadura militar, realizada no período de 1964 a 1985, na eleição e no impedimento de Fernando Collor, em 1989 e 1992, respectivamente.

Em ambas as situações ganha ainda mais a astúcia oscilante dos principais veículos de comunicação do país. Talvez acompanhando o raciocínio que diz que os *inimigos* são múltiplos e mutáveis e, por vezes, podem ser até encarado como parceiros, vide que algumas expressões da esquerda política também se alojam nos jornais de grande circulação. Com isso, há a necessidade de se pensar cada situação, a especificidade de cada circunstância em sua razão própria. Então, mesmo que o quarto *bios* seja composto por virtualidades e informação, há espaço para o real, mas um real de outra natureza, que pode ganhar terreno na percepção social.

Em sua elaboração, Sodré (2009) inspira-se em Aristóteles, que disse que na pólis grega existiam três modos de vida, vida contemplativa (*bios theoretikos*), vida prazerosa (*bios apolautikos*) e vida política (*bios politikos*). Em suma, o que Sodré propõe é que nesta nova modalidade existencial, vida midiaticizada, as formas sociais mais tradicionais são cada vez mais consubstanciadas pela realidade tecnológica do virtual. Com efeito, ainda que muitos dos processos não estejam intrinsecamente ligados aos meios de comunicação, eles podem, em algum momento, estar correspondendo à sua lógica de operação – a imagética, por exemplo. No âmbito da política, a grande presença dos meios de comunicação colaborou não só para a necessidade de uma *performance* adequada, mas também a de uma cosmética própria, como foi falado, no capítulo anterior, dos líderes de Syriza e Podemos em face de seu *ato performativo* de cunho motivacional e inspirador diante das câmeras.

É de saber também que essa presença aguda dos dispositivos de mídia não produz apenas subjetividades relativas ao trabalho tecnológico, mas a midiaticização dos processos sociais pode ser assinalada como “dispositivo de uma nova tecnologia da identidade” (SODRÉ, 2009, p. 161) e, assim, o ser humano pode passar a viver atravessado ou mesmo imerso no dispositivo tecnológico. Com efeito, é nesta perspectiva que se dá a *performance* do político nos debates televisionados ou do comunicador-ativista transmitindo a partir de *smartphones* as manifestações. Apesar deste quadro, não se considera aqui somente o esvaziamento por completo da vinculação comunitária, vide as mediações técnicas pungentes de consumo e narcisismo, mas sim a elaboração de processos democráticos inscritos substancialmente nas dinâmicas da mídia e que cooperam para a construção do comum entre a multiplicidade.

Com a mídia sendo percebida como ambiência, não apenas como emissor, não é de surpreender que falemos cada vez mais com máquinas, falemos cada vez mais entre nós

mediante máquinas, e as máquinas cada vez mais conversem entre si, a chamada tecnobjetividade. Nesta perspectiva, vivemos dentro do *bios* midiático, mesmo que a midiatização não recubra todo social. Através das noções de midiatização e *bios* midiático, podemos seguir com reflexões a respeito das imbricações entre política e mídia, de acordo com os aspectos que trouxemos do comum entre as insurgências globais.

Os novos processos sociais, como a indiferença aos partidos, sindicatos ou mesmo a convocação virtual para os atos, inaugura grandes mudanças, mas as formas já existentes continuam a se realizadas. Logo, a midiatização dos processos sociais não implica substituição, mas a complementaridade e a gradativa mudança dos já estabelecidos. Mas é preciso ressaltar ainda, que a sociabilidade sugerida pela midiatização parece implicada, ao mesmo tempo, em consumo e enfraquecimento das mediações tradicionais (partido político, sindicato, igreja). As áreas de maior permeabilidade do discurso midiático são onde há uma ausência das mediações tradicionais dotadas de outras lógicas políticas. Assim, o caráter do processo de midiatização é estreitamente vinculado a interesses empresarias e de mercado.

Mas a astúcia midiática tem seu custo. Na ocasião de junho, as organizações Globo, o principal conglomerado midiático do país, teve repórteres expulsos das manifestações, fachadas depredadas e foi alvo contínuo de depreciações. Por pressão, esta catalisada também pelo uso da Internet, retratou-se algumas vezes sobre a sua cobertura e linha editorial sobre os protestos e declarou *mea-culpa* de seu endosso editorial ao Golpe Militar em 1964. Os demais veículos mais tradicionais do país também tiveram prejuízos. Em Natal/RN, no dia 20 de junho de 2013, por exemplo, um carro da Rede Bandeirantes foi depredado, virado e, por fim, saqueado, conforme o artigo *Protesto em natal termina com confronto em frente à sede do governo* (2013). O que ainda em outubro do mesmo ano, na mesma cidade, ganhou correspondência, agora, um carro da Inter TV Cabugi, filiada à Rede Globo, teve carro queimado por manifestantes, como declara o artigo *Manifestantes depredam carro de emissora e interrompem tráfego em vias de Natal* (2013).

Os ataques sistêmicos podem ser considerados como respostas a, pelo menos, dois momentos desempenhados sincronicamente pelas emissoras. Nos primeiros atos de junho, o que se nota é a indiferença, a indisposição de se cobrir o levante, enquanto a Internet abrigava fotos, vídeos e transmissões em *streaming* das manifestações tanto de iniciativas de mídia livre quanto de autônomos. Esta cobertura na rede, que retrava, sobretudo, a desproporcionalidade da violência policial, pode ter surtido efeito numa mudança de postura oscilante da mídia tradicional. No segundo momento, no período compreendido a partir do dia 20 de junho, há uma maior visibilidade e endosso parcial às marchas, e mais gente na rua, mas

também a repetição de um discurso de criminalização dos movimentos sociais, apoiado na ideia de uma *minoría vândala infiltrada*.

Em Natal, antes de junho, o movimento Revolta do Busão figurava nas ruas na luta por um transporte público universal e gratuito desde maio de 2013. O jornal estadunidense *New York Times* tratou a capital potiguar como pioneira nas manifestações brasileiras, dizendo, em tradução nossa: “Similar protests emerged in May in Natal, a city in northeast Brazil, and this month in São Paulo, after the authorities raised bus fares (...)”¹⁰ (ROMERO, 2013). A midiaticização dos processos sociais pode oferecer perspectiva para compreensão do *devoir comum* em curso no Brasil. À medida que o desejo maquinado em *rizoma*, lembrando a rede de pessoas e computadores conectados, se reergue e pega de assalto a história. Junho não começou em junho e também ainda não chegou a seu fim. Da Revolta do Busão ao Movimento Passe Livre São Paulo e passando por tantos coletivos de outras ordens e metas espalhados pelo país, o desejo de democracia radical continua vivo e parece se ambientar na Internet neste início de século, dada as devidas ressalvas relativas à sua comercialização crescente.

Foi em meio às Jornadas de Junho que também ganharam mais visibilidade iniciativas de mídia livre, como Mídia Ninja e Catarina Santos, assim como tornou-se saliente a pulverização de outras redes que interessavam-se pela cobertura dos atos. Assim, na próxima sessão compreenderemos as duas iniciativas sob a ótica das noções de mídia radical alternativa e mídia livre, da qual o apelo em rede, a horizontalidade, afirma-se como uma tentativa de compreensão do desejo. Desejo encarnado e construído, de forma cooperativa e colaborativa, a partir de processos outros. Dada a midiaticização da sociedade, mídia e desejo são talvez face da mesma moeda, vide que os processos construídos e desempenhados pelos corpos políticos contemporâneos aparecem atravessados pelas atividades e dinâmicas da mídia, articulando o desejo de democracia radical.

3.2 DO CONCEITO DE MÍDIA E TRAJETÓRIAS DE MÍDIA NINJA E CATARINA SANTOS

Antes de entrarmos em aspectos processuais das iniciativas de mídia livre que atuaram na conjuntura das manifestações de junho de 2013 no Brasil, como Mídia Ninja e Catarina Santos, e de conhecer mais de suas trajetórias, faz-se necessário apresentar noções que

¹⁰ “Protestos similares emergiram em maio, em Natal, uma cidade no nordeste do Brasil, e, neste mês, em São Paulo, após as autoridades aumentarem o preço das passagens de ônibus (...)”. (Tradução nossa).

possam contribuir para esclarecer o quadro, por vezes, embaçado pelo tempo efêmero que estão inseridas.

Arrecadamos elementos de duas noções de mídia que operam em complementaridade, são elas *mídia radical alternativa* de John Downing (2002), e *mídia livre* construída por vários comunicadores-ativistas a partir de debates desde 2013 e publicada no Fórum Mundial de Mídia Livre em 2015. Enquanto a primeira parte de uma premissa genealógica, à medida que cruza a utilização da mídia por pessoas e movimentos sociais, dados históricos e eventos de rebeldia, a segunda é um esforço de compreensão das iniciativas contemporâneas de mídia, nas quais, a posse e a utilização de dispositivos atingem uma certa vulgaridade.

Nas duas concepções está evidenciada a problemática dos termos *radical*, *alternativa* e *livre*. A ambiguidade ou desatino dos termos utilizados é algo reconhecido pelos próprios autores. Radical, alternativa e livre evocam, de imediato, interpretações difusas, mas que no contexto de mídia radical alternativa ou mídia livre querem compreender a apropriação da mídia pelos movimentos para organização, elucidação ou mesmo convocação para determinada demanda social e, sobretudo, contestam um projeto político que se tornou hegemônico, o que rejeita às minorias.

A amplitude histórica da reflexão de Downing (2002) coloca em questão um certo acúmulo de conhecimento e estratégia. Logo, uma espécie de aprendizagem entre as iniciativas se constitui. Além disso, por exemplo, o teatro de Brecht e a dança popular são fundamentalmente com as iniciativas de mídia radical alternativa. Assim, o termo mídia radical alternativa apresenta-se amplo, atento à diversidade de iniciativas que conseguem compilar crítica ao *status quo*, em maior e menor intensidade. Isso porque, para Downing (2002, p. 35 e 36) a cultura popular e a cultura de massa são imbricadas entre si, rejeitando, portanto, a ideia dualista elaborada por Adorno e Horkheimer (1985), que diz que a primeira é sempre positiva e a segunda é sempre negativa, no tocante à operação da resistência dos indivíduos. Na superação desse dualismo simplista, ou mesmo mera atualização deste, Downing (2002) convoca Jesús Martín-Barbero, para afirmar esse diálogo permanente. Assim, a cultura popular alimenta, de certa maneira, as expressões da cultura de massa. É a vez do hibridismo, da mistura, não da verticalidade que a própria divisão, popular e de massa, impõe.

Além disso, há uma profícua relação entre arte e mídia. Tendo em vista, a vanguarda histórica, compreendendo os movimentos artísticos de meados do século XX até 1960, e a neovanguarda, de 1960 a 1990, e suas práticas contestatórias articuladas em muitos casos com as imagens midiáticas. O Dadá encobre-se de valor político à medida que debocha dos

próprios cânones da arte. Mesmo que depois sua irreverência tenha sido absorvida e institucionalizada, existia uma comunicação pública, oferecendo perspectiva interessante para discussão da problemática política.

Com efeito, Downing (2002) enfatiza diversas das características principais da mídia radical alternativa, como a efemeridade de sua produção e a grande diversidade de formatos. Isso faz com que o estudo deste autor percorra historicamente as iniciativas desse tipo de mídia, disposta a organizar e mobilizar levantes. Assim, sob a ótica da mídia radical alternativa está desde os grafites e vestuário, quando na Moscou dos anos 1970 e 1980 jovens escreviam em inglês nomes e gritos de *rock* nas paredes num ato de clara afronta ao regime soviético que considerava aquela música, assim como o *jazz*, uma influência negativa aos jovens, até a *internet radical* quando o *Institute for Global Communications* (IGC) compila em seu *web site* diversas redes a fim de proporcionar um maior intercâmbio de informações. O IGC, que foi lançado em 1987 como resultado da fusão de duas redes, a PeaceNet e a EcoNet, com o propósito de possibilitar uma comunicação *on-line* entre pessoas interessadas na paz, nos direitos humanos e na justiça social (DOWNING, 2002, p. 286).

O grande leque de iniciativas que o autor quer compreender também recobre as iniciativas de rádio e televisão comunitários, entendendo estes meios como importantes espaços de comunicação política, algo que o viés puramente comercial consegue suplantar. Com relação à TV, foi na América do Norte seu começo, nos anos 1960. Na década seguinte, já se podia acompanhar nos Estados Unidos experimentos de uma televisão mais comunitária.

Com efeito, não havia uma ruptura drástica com relação ao financiamento empresarial, e sim uma compreensão mútua, entre comunicadores e fiadores, da necessidade de um espaço comunitário e público, onde as visões de pessoas comuns podiam ser divulgadas. Como era o caso da Paper Tiger Television, iniciada em 1981 e tendo como principal local de atividade Nova Iorque, reunindo pessoas da mídia e artistas. Seus programas analisavam o conteúdo publicados pelos veículos de maior circulação, apresentado criticamente seus fundamentos ideológicos quase sempre perpassados por interesses de quem custeava-os.

Contudo, aqui, todos esses acontecimentos e características narrados articulam-se entre si e dizem respeito à compreensão da democracia, à compreensão das multiplicidades. A crítica de noções dualistas e simplistas, encarnadas nas técnicas mais tradicionais de *contrapoder*, a expressão das vozes das minorias, a não obediência às regras institucionais, a construção de uma rede de articulação de dentro para fora, cobra certa ação, a consideração da pluralidade, o forte apelo colaboração e produção de seus observadores parecem concernir ao desejo comum de democracia radical, o projeto fundamental da multidão.

Retomando possíveis ambiguidades evocadas pelo termo radical e tornando mais visível a relação entre essa categoria de mídia com a democracia, Downing (2002) faz oposição entre a *mídia radical repressora* e a *mídia radical democrática*. A primeira aparece sincronizada com a ultradireita. Assim, apesar de seus intentos não poderem ser homogeneizados, a liberdade individual e coletiva não parece ser um de suas principais apreensões, a estrutura de poder deve se manter de maneira indiscutível. O principal aspecto de distinção entre as duas parece ser mesmo a gestão. Assim:

Para a ultradireita (com excessão da ultradireita anarquista) é simplesmente inimaginável a idéia de um futuro que inclua a autogestão da mídia, já que a hierarquia é seu princípio mais enraizado – e aqui há uma unidade muito substancial com a direita. (DOWNING, 2002, p. 143).

É nesta perspectiva, de gosto pela democracia radical, pela minoria, pelas multiplicidades que se insere a compreensão da mídia radical alternativa neste estudo. Contudo, devemos suprir algumas de suas possíveis lacunas, com aspectos da mídia livre promulgados na Carta Mundial de Mídia Livre (2015). Muito da Carta tem a ver com a condição da comunicação na contemporaneidade, disposta em rede, ainda mais com as potencialidades que a Internet oferece à cena dos coletivos, movimentos sociais e partidos políticos das mais diferentes ordens.

A referida Carta (2015) foi elaborada e publicada por comunicadores-ativistas de várias nacionalidades durante o Fórum Mundial de Mídia Livre, que aconteceu dentro do Fórum Social Mundial em Túnis, na Tunísia, em maio de 2015. No documento constam os aspectos mais basilares dessa comunicação desempenhada pela mídia livre: intercultural, horizontal, não-violenta, inclusiva. Tais aspectos são renunciados nos, como denomina a Carta, meios comerciais, meios hegemônicos ou ainda na grande mídia. Na vereda aberta pela mídia radical alternativa e mídia livre é que se põe o debate da liberdade de expressão e da informação como direito, como consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, em seu artigo 19º:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL...,1948, *on-line*).

Aqui, mais uma vez, se dissipa qualquer engano que os termos radical, alternativa e livre podem florescer. No contexto elaborado, esses desígnios querem acolher a democracia investida de sua face mais efetiva. Diante do contexto da Declaração, as iniciativas de mídia livre afirmam que a grande mídia age como vetor universalizando sentidos, subjetividades e opinião pública e que seu modo de comunicar acaba por acentuar problemas políticos. Num terreno homogêneo e monopolizado, a diversidade, a polifonia de vozes, a participação, a colaboração permanecem à deriva. Ao que parece tanto a mídia radical alternativa quanto a mídia livre tem como missão a justiça social e a democracia radical à medida que tornam audíveis outras vozes.

Com efeito, os comunicadores-ativistas reafirmam outros pontos, a partir tanto da Declaração quanto do Fórum Social Mundial de 2015, todos e todas devem gozar de liberdade de expressão, assim como a informação e a comunicação e o acesso ao conhecimento são direitos humanos fundamentais. Além disso, ainda segundo eles, democratizar a informação é hoje uma condição determinante para o exercício da democracia, a informação e a comunicação são elementos basilares para a mobilização e luta em prol dos direitos humanos.

A atuação e os compromissos da mídia livre devem ser concebidos ainda na luta contra os discursos de intolerância e violência, dotar algumas regiões de mundo de voz, ao criar espaços democráticos através da comunicação midiática, reafirmar memórias, culturas, histórias de povos. Esses fatores vêm sendo profundamente modificados graças à Internet, reconhecida por Downing (2002) e pelos colaboradores da Carta. A seu respeito, elaboram que o compartilhamento e a difusão do conhecimento são sem precedentes. E isto engendra novos processos e práticas sociais.

Sobre a Internet, Downing (2002, p. 270) afirma que ela “representa uma nova era para a mídia alternativa”, pois trata-se de uma ambiência que possibilita a interconexão de múltiplas formas de comunicação. O entusiasmo é justificado pela sua infraestrutura de convergência. Assim:

Ao proporcionar a transmissão fácil de textos simples bem como os meios de combinar e recombinar uma série de formatos de mídia e atores sociais, permite a distribuição de conhecimento e recursos a quase todos os lugares do globo [...] um meio pelo qual a política pode tornar-se realmente participativa, tanto em âmbito regional quanto internacional. (DOWNING, 2002, p. 270 e 271).

Chamemos atenção para a relação no período esclarecida entre mídia e política. Ao passo que a Internet apresenta-se como ambiência global com possibilidade de inclusão, de

participação, de convergência, a democracia pode se utilizar dessas. À luz do desejo, de um *devir comum*, de democracia radical os processos, inclusive os comunicacionais, são elaborados, colaborativa e cooperativamente, de forma a acolher a indeterminação e pluralidade do social. No contemporâneo, a Internet investe ou pode investir a política e a democracia de algo novo. É neste contexto que participa a Mídia Ninja e a Catarina Santos que aqui relacionam-se amplamente com as ideias de mídia alternativa radical e mídia livre. A partir daqui, daremos destaque a alguns de seus processos comunicativos que são percorridos pela mídia, ao mesmo tempo, que afirmaremos brevemente suas trajetórias.

A Mídia Narrativas Independentes Jornalismo e Ação (N.I.N.J.A.) nasceu em 2012, sendo uma experiência inferida desde seu início dentro da Pós-TV e do Fora do Eixo. A Pós-TV é coordenada por Claudio Prado, também um dos fundadores da Mídia Ninja, é uma iniciativa de mídia livre interessada em política, artes, comportamento, com transmissões dispostas na Internet, nas quais os observadores interagem via Twitter, Skype e E-mail. Já o Fora do Eixo iniciou-se em Cuiabá, capital do Mato Grosso, por estudantes universitários interessados no desenvolvimento da cena musical alternativa. Hoje, é uma rede de trabalho elaborada sobre coletivos de cultura, com políticas que privilegiam a economia solidária, o associativismo e o cooperativismo. Além disso, participou da criação de festivais disseminados em várias capitais do Brasil.

Uma rede de mídia livre que conseguiu grande reverberação de suas coberturas durante as Jornadas de Junho, o que rendeu ao coletivo tanto diversos relatos na própria mídia tradicional quanto em literatura acadêmica, como é o caso do livro *Jornalismo século XXI: O modelo #mídiaNINJA* de Elizabeth Lorenzotti (2014), que embasará algumas passagens neste estudo, especialmente neste tópico.

Foi durante as Jornadas de Junho que a Mídia Ninja ganhou mais visibilidade e suas transmissões das manifestações na tecnologia *streaming*¹¹ alcançaram índices significantes de audiência. Ao passo que dispostas na Internet, em aplicativos simples como Twitcasting, Google Hangout, Twitcam, Livestream e Ustream que convergem suas operações com o Facebook e o Twitter do usuário, as transmissões em tempo real permitem que os espectadores enviem comentários e troquem informações com quem narra as atividades. Segundo Lorenzotti (2014), a Mídia Ninja chegou a cinco milhões de visualizações, com

¹¹ Modalidade de transmissão em fluxo de mídias através de redes de computadores. Com isso, o *download* torna-se desnecessário e o acesso e observação *on-line* de dados torna-se mais rápido e quase instantâneo. No Brasil, a tecnologia desenvolveu-se apenas nos últimos anos, sobretudo pela melhora da velocidade das conexões com a Internet no país.

picos de audiência de 120 mil espectadores, ficando entre os principais canais do Twitcasting, no período de junho a dezembro de 2013.

A repercussão da cobertura Ninja também ressoou na dita grande mídia, encarnada no corporativismo dos maiores veículos de comunicação, como, por exemplo: Globo, Globo News e Record News. A mídia livre ajudou a inocentar o estudante Bruno Teles, incriminado de transportar coquetel molotov. O vídeo dos ninjas, que demonstrava o contrário, foi reproduzido no Jornal Nacional da Rede Globo. Quanto às outras duas emissoras, a primeira copiou um processo Ninja, a cobertura dos atos pelo celular; contudo, se as imagens viriam em meio ao furor da multidão, a narratividade do que acontecia na rua ainda ocorria de dentro do estúdio. Ademais, não havia interação do público. Já a segunda, retransmitiu ao vivo as imagens dos Ninjas em junho, como aponta Lorenzotti (2014, p. 146).

Mas a rede de computadores tratou de levar a cabo as notícias sobre a violência policial e das prisões, por vezes, deliberadas daqueles dias. Dois ninjas, Filipe Peçanha e Filipe Gonçalves, foram presos, sob a acusação de incitação da violência, em 22 de julho. O que aconteceu também com a fotógrafa autônoma e ativista Catarina Santos em Natal, conforme o artigo '*Agressão e truculência*', diz *jornalista presa em protesto na Câmara de Natal* (2013).

Todavia, os Ninjas que estavam em ato no Palácio da Guanabara, no Rio de Janeiro, contaram com a solidariedade dos outros manifestantes nas ruas e nas redes. Alguns manifestantes gritaram palavras de ordem em revide à prisão deles Lorenzotti (2014). A relevância da cobertura Ninja também foi noticiada em jornais estrangeiros como *New York Times*, *Wall Street Journal*, *El Pais*, *Le Monde*, *The Guardian*, nos quais ficava notório a capacidade de compreensão das lutas na rua a partir da criação de processos comunicativos perpassados pelas novas mídias.

Por sua vez, Catarina Santos fotógrafa, natural da capital do Rio Grande do Norte, Natal, sendo interessada no tema dos direitos humanos e também pesquisadora em Psicologia Social Crítica, articulando seus motivos com as artes visuais. Em 2012, Catarina participou do Grupo de *Investigación en Psicología Social, Ambiental y Organizacional*, na Universidade de Barcelona, Espanha, e fez a realizou registros fotográficos de ocupações urbanas da cidade espanhola. As exposições, ambas de 2014, *Pessoas, Realidades, Cotidianos*, que busca apresentar o cotidiano, o território e a subjetividade humana, e *Territórios*, que é parte de um trabalho de comunicação livre realizado junto às crianças e aos adolescentes da comunidade Alto Santa Terezinha, ocupação que conta com mais de cinco anos de resistência no Recife, capital do estado de Pernambuco. Em 2015 faz a exposição *Transitoriedades*, alçando a fotografia como um signo transitório, vivência, descoberta e interculturalidade. Nesta última

exibição, os registros são de algumas cidades do Marrocos como Fès, Marrakech, no deserto do Saara e Casablanca com interesse na compreensão da diversidade cultural.

Na academia, contribuiu com a capa da Revista *Transgressões de Ciências Criminais* de 2014, organizada pelo Projeto Motyrum de Educação Popular em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e do livro *Direitos Humanos e Práxis*, publicado em 2015, organizado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da mesma universidade, com fotografias que refletem sobre aspectos econômicos e políticos da sociedade potiguar. Em 2014, teve seu trabalho fotográfico citado em um artigo no *Cultural Policies, do Transnational Dialogues* com o título *From the art of state to the art of business, or the artistic output on a precarious scale* de Jota Mombaça, *performer* e pesquisador. Ela ainda é integrante do Projeto Motyrum no núcleo rural, desenvolvendo atividades audiovisuais junto com a juventude do assentamento Paulo Freire III, em Pureza, interior do RN, registrando a história e a cultura de famílias assentadas de forma autônoma.

Atualmente, está maturando a sua produção para compreensão de questões relativas a gênero, sexualidade, violência contra mulher, racismo e homofobia. Já nas Jornadas de Junho, colaborou com registros imagéticos e textuais para o portal jornalístico Carta Potiguar, parceria que perdurou um ano. Na dramática cobertura das manifestações que se seguiram depois de junho, Catarina foi detida, a exemplo de outras prisões de comunicadores livres aqui relatados, no dia 1º de outubro, enquanto na Câmara Municipal de Natal se discutia aprovação do projeto de lei que determinava o passe livre para estudantes no transporte público da capital. Ela também recebeu a solidariedade dos outros manifestantes em virtude da conduta violenta de um guarda legislativo. Além disso, relatou, conforme artigo *“Agressão e violência”, diz jornalista presa em protesto na câmara de Natal* (2013), o abuso da força policial quando atiravam balas de borracha e usavam *spray* de pimenta ao serem interpelados sobre suas identificações, que deveriam estar junto ao uniforme.

Diante do comum estabelecido entre diferentes insurgências no mundo, pensamos que é essa experimentação em rede, articulação efetiva de pessoas através de uma comunicação cada vez mais horizontal e intercultural, experimentação que vigora a possibilidade de dar conta das multiplicidades em multidão e construir uma democracia radical. Nesta perspectiva, de utilização da rede como ambiência de práticas e de processos, insurge movimentos sociais de várias ordens e sob o conceito de midiatização, introduzido por Muniz Sodré (2009) no Brasil, podemos pensar a relação cada vez mais imbricada entre eles e a mídia. Com efeito, na referida ocasião, o Movimento Passe Livre, que tem por meta o transporte universal e gratuito para todos, convocou, organizou e comunicou através das redes sociais digitais os maiores

atos em São Paulo, e também a construção contínua de redes de mídia livre organizadas a partir do *devoir comum* de aprofundamento da democracia. Mídia Ninja e Catarina Santos se inserem neste momento ao representarem uma *linha de fuga* da cobertura midiática tradicional, que criminaliza de forma sistemática a luta social.

3.3 MÍDIA À LUZ DO DESEJO: CARTOGRAFIAS DOS PROCESSOS E PRÁXIS COMUNICATIVOS DE MÍDIA NINJA E CATARINA SANTOS

No decorrer deste intento visamos elaborar contorno sensível à nossa hipótese, que os processos comunicativos que são atravessados pela mídia indicam que as iniciativas políticas das mais diferentes ordens, de partidos a movimentos sociais, já nascem sob o signo dos *media*, e mais agora com redes sociais digitais. Diante da ubiquidade dos dispositivos de mídia, as reivindicações tendem a se articular com a visibilidade no sentido do espetáculo e os participantes e manifestantes se articulam e se orientam sob as lógicas das imagens. Além disso, sobressai-se nossa premissa de *corpo* que envolve toda a atividade, muito baseada na criação de processos outros, de Mídia Ninja e Catarina Santos.

Assim, em paralelo, colocamos a noção de corpo, componente do plano de imanência do rizoma, que compreende a multiplicidade desempenhada conforme a criação contínua de processos e práxis outros pelas iniciativas políticas e do desejo. Assim, reunimos em torno do conceito corpo as iniciativas das mais diferentes ordens, tendo em vista a sua disposição para o *vivo da práxis* e da comunicação em rede. Os agenciamentos frente-partido, movimento-partido, coletividade-autonomia parecem ter origem num *devoir comum* de democracia radical, aquele mesmo que é projeto da multidão. É o estar junto, mas permanecer múltiplo em si mesmo e mais que isso poder expressá-las.

A cartografia parte da constituição cada vez mais imbricada, lembrando o *rizoma*, entre movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, ONGs e mídia, para verificar a formação de agenciamentos dos mais diversos. Agenciamento apreendido como o trabalho de matérias muito diferentes entre si e constituinte de um todo, com potencialidade de corpo, indissociável em sua imanência. Assim, a Mídia Ninja se constitui a partir de processos construídos em outras redes, como a Pós-TV e o Fora do Eixo. Esta última, em 2015, completou dez anos de atuação. É, sobretudo, um agenciamento baseado em acúmulo de conhecimento comum e que a partir de processos colocados em rede podem comunicar e expandir o desejo, num movimento mútuo estratégico.

É o que se averigua em entrevista com Ana Pessoa, integrante das redes Fora do Eixo e Mídia Ninja e moradora da Casa Coletiva, localizada no bairro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro, um espaço de vivência comunitária correlata às redes Fora do Eixo e Mídia Ninja. Na entrevista ela¹² fala da constituição dos corpos, que se tornam cada vez mais visíveis não só pela inventividade, mas pelo mutabilidade de seus processos, que a Mídia Ninja deriva da arrecadação de conhecimento a partir das experiências do Fora do Eixo e Pós-TV. Segundo Ana, o Fora do Eixo divide-se em, pelo menos, quatro partes: Partido, que trata da articulação políticas com outras iniciativas, Banco, que faz a gestão dos recursos, Uni, que executa a formação de pessoas, e Mídia, que constitui a comunicação das atividades. Parece ser possível que a Mídia Ninja se alimenta dos processos já constituídos nessa rede anterior e se expande a partir da cooperação expressa desses.

Todavia, a velocidade desse agenciamento se indetermina com o vigor de outras iniciativas de mídia livre, como os Jornalistas Livres, outra iniciativa em rede brasileira que discute direitos humanos, formada no momento posterior às Jornadas de Junho. Parece que o ritmo desse agenciamento aponta para o *tornar-se desnecessário*, como define o produtor cultural e fundador da Mídia Ninja Pablo Capilé. Esta afirmação compreende que a inspiração fluída de uma iniciativa à outra alcança tal vigor que não é mais necessária a organização num coletivo e, com isso, a autonomia ganha viés ativo e decisivo. No tocante a constituição e intercâmbio desses processos comunicativos, é importante salientar ainda que a abertura de editais de vivência, que procuram estabelecer conexões com pessoas de outros coletivos. Na ocasião, é possível que o selecionado no edital para a cobertura fotográfica de um festival, por exemplo, apreenda processos e também contribua para aperfeiçoamento das configurações destes. O participante em trânsito pode tanto levar o aprendizado para seu coletivo quanto torna-se parte orgânica de sua rede, fica a seu critério. Para Ana, a vivência comunitária numa casa, ajuda a manter as pessoas mobilizadas e ajuda a diminuir os custos. São custeados pela rede responsável pelo edital, a hospedagem, a alimentação e o transporte do selecionado.

Além desse aspecto relativo ao agenciamento condicionado largamente pela comunicação em rede, destaca-se também o empenho desta vez em políticas públicas no âmbito da cultura, como afirma integrantes das redes já mencionadas em várias ocasiões e na entrevista (ver apêndice A). Em 2003, o Ministério da Cultura (MinC) do Governo Federal começara a ser como ministro Gilberto Gil, que contado com a participação do subministro Juca Ferreira, durante o mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva.

¹² PESSOA, Ana. Entrevista 1. [set. 2015]. Entrevistador: Jadson Maia. Rio de Janeiro, 2015. 1 arquivo mp3 (90min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice A dessa dissertação.

Para Ana, foi a partir daquele período que a cultura passou a ser encarada como um vetor em prol de um processo civilizatório. Gil e Juca elaboraram um *do-in antropológico*, para usar os termos do cantor, compositor e ex-ministro, quando a partir de editais e do próprio mapeio de iniciativas culturais do interior do Brasil possibilitaram a sua comunicação e articulação. Também foram pensados editais específicos para cultura indígena e para a cultura digital, para a mídia livre, levando em conta esse novo contexto emergente da comunicação, subsidiando experiências como o Fora do Eixo. Não obstante, ela afirma que ao MinC também compete guiar os coletivos culturais para a auto sustentação, para que sejam cada vez menos dependentes dos recursos governamentais.

O financiamento dessas parece ser um ponto problemático, pelo menos para os entrevistadores presentes no programa Roda Viva da TV Cultura que interpelavam o Pablo Capilé e o jornalista Bruno Torturra, em agosto de 2013 (RODA VIVA, 2013). Os entrevistadores, jornalistas de veículos tradicionais como Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, concentraram grande parte do debate em torno do tema *modelo de negócios* e, por conseguinte, do financiamento daquela iniciativa de mídia livre. Para Torturra, a crise do mercado de mídia deve-se a dependência do capital empresariado que leva a informação a ser considerada um mero *commodity*. Tal flagelo financeiro, que está mais bem localizado em jornais e revistas, pode ser considerado em grande medida derivado da incidência da Internet no mercado, que para a dupla de fundadores, essa nova mídia pressupõe outra lógica econômica. Não obstante, as críticas levantadas pelos entrevistadores relacionam a atividades dos Ninjas à verba pública e a certo partidarismo.

Em resposta, articulam que o dinheiro público é disposto em rede, num caixa coletivo único, no qual a solidariedade e a cooperação são levados a cabo. Neste sentido, lança-se mão de mais processos que dão sustento à rede em termos de financiamento, a vida coletiva, os serviços ofertados, a *moeda social ou complementar*. A respeito da moeda social pode-se afirmar como uma Tecnologia que visa o autofinanciamento. A moeda social é de natureza e estrutura contratual, com potencial para resolver ou atenuar o problema entre disponibilidade de capital e necessidades não atendidas. Basicamente, por exemplo, uma banda que toca num dos festivais organizados pelo Fora do Eixo pode ser remunerada em *cubo cards* ou *marcianos*, moedas sociais. Com isso, podem trocar o valor por serviços prestados pela referida rede ou por seus parceiros, de acordo com uma tabela de equivalências. Mas é preferível que se pague em moeda corrente. Quanto ao posicionamento político, que permanece afinado aqui com possível favorecimento dos editais de cultura empreendidos pelo governo petista nos últimos anos, afirmam-se enquanto progressistas e que não dialogam

somente com o Partido dos Trabalhadores, mas com a Marina Silva, da Rede Sustentabilidade, com a Jandira Fehgali do Partido Comunista do Brasil.

Torturra vai além e diz que o observador tem de sair de certa passividade e ser responsável pelo conteúdo que quer ter acesso. Na entrevista ao Roda Viva, traça quatro medidas que relaciona coparticipação do observador e financiamento à empreitada ninja, são o *crowdfunding*, doações de acordo pautas muito específicas, microdoações e assinaturas mensais de baixo valor. Assim, há uma prática de comunicação social interessada em subverter os processos constituintes até aqui que jazem o jornalismo. Os processos são desmonetizados, não plenamente. Não se configura uma ruptura, o capital continua inscrito, mas a possibilidade se faz a partir da criação cooperativa de processos outros capazes de constituir uma subjetividade singularizada a partir das prerrogativas do trabalho imaterial.

É na imprecisão da constituição dessas iniciativas, da perda de controle de onde exatamente se constituiu tal processo, que se pode construir um *bloco de devir* (DELEUZE; GUATTARI, 2012). Em vez de pontos, o bloco parte de uma construção comum e disposta em linha, em rede, para maquinizar o desejo de afirmação da multiplicidade. Agenciamento que parece confirmar-se, mais uma vez, quando a multidão, que parece financiar as novas insurgências, frente à mídia livre afirma-se enquanto comunicador-ativista, como consta na Carta Mundial de Mídia Livre, citada anteriormente. Quando não vão à rua somente para reportar fatos, mas para marcar resistência, sustentar determinada postura política, muitas vezes, protegendo manifestantes da violência policial com a intimidação das suas lentes, é onde se verifica o vigor deste agenciamento.

Este *bloco de devir*, talvez, torna-se mais visível à medida que as redes de computadores desenvolveram-se. Com efeito, muitos processos sociais já se realizavam na ausência da mídia, mas, progressivamente, passaram a ser mediatizados, isto é, atravessados pela mídia. Os fóruns de interação, e-mail, grupos de discussão, páginas pessoais ou de coletivos ganham se desenvolvem numa distribuição acentrada e em rede constroem um novo quadro às insurgências contemporâneas. O potencial comunicativo dessas redes de computadores complementam outras formas de organização e de sociabilidade. Mesmo não sendo exatamente novas as práticas dos movimentos sociais contemporâneos, devemos notar que essas sejam potencializadas ou apenas incrementadas com as TIC, que usadas de forma integrada podem trazer eficácia aos processos rebeldes, como averiguou-se em entrevista com Ana, formada em Cinema pela Universidade Federal de Pelotas.

Na ocasião, ela diz que se utilizam do *software* livre Telegram, sobretudo para uma comunicação mais cotidiana entre a Casa das Redes, de Brasília, a Casa Fora do Eixo, de São

Paulo e a Casa Coletiva, do Rio de Janeiro. No Telegram também contêm grupos, como o Mídia Ninja, que reúne pessoas dos mais diferentes lugares do Brasil. Nesta ambiência, eles discutem conteúdos que devem ganhar as páginas, as dispostas no Oximity e no Facebook. Mais que possibilitar a comunicação em fluxo, esse *software* tem código aberto, isto é, o direito autoral permite que se estude, se desenvolva e se modifique o *software* gratuitamente para qualquer outro. O que, muitas vezes, faz com que o aplicativo multiplataforma seja desenvolvido colaborativamente. Além disso, as mensagens trocadas ali se autodestroem com o tempo, visando sobretudo a privacidade de seus partícipes. Tanto *hardwares* quanto *softwares* livres tensionam a noção de propriedade capitalística e acabam condicionando um cenário diferente para os movimentos através do trabalho colaborativo com que se dão e incide diretamente nos processos sociais e comunicativos dessa rede.

Para Sergio Amadeu da Silveira (2009), é preciso compreender a noção de propriedade superando a percepção baseada puramente no modelo liberal, que diz que o modelo de *software* proprietário pode gerar progresso. O sociólogo acredita que este argumento, que vela a propriedade de bens intangíveis, não dialoga com as demandas reais da sociedade contemporânea e afirma:

O estímulo da propriedade pode ter gerado inovação, mas o modelo compartilhado tem gerado inovações e criações de impacto colossal. Nesse sentido, o desenvolvimento compartilhado de bens intangíveis obriga-nos a rever toda a teoria da propriedade consolidada no mundo industrial. (SILVEIRA, 2009, p. 190).

Por sua vez, Negri e Hardt (2005) acreditam que essa revisão da noção de propriedade deve incorporar uma espécie de economia do comum, nascente da comunicação social que colocam em contato as singularidades capazes de realizar processos colaborativos de produção. Portanto uma produção que não é somente econômica é, sobretudo, biopolítica. Assim, a multidão deve gerir tudo que é público e geral.

Cabe ainda falar de nuances da comunicação midiática no contemporâneo. Essas tecnologias incidem diretamente nos processos sociais e comunicativos da Mídia Ninja e de outras iniciativas, como afirma a entrevistada Ana Pessoa. Ela explica que na feitura de um festival de música, por exemplo, é elementar a disposição das informações na Internet, como em grupos do G-mail, serviço de *e-mail* do Google. São elaboradas planilhas, que juntas formam um compilado, nas áreas: equipe, financeiro, produção. Nelas são inseridas informações que são trabalhadas de forma colaborativa. O intuito é adicionar transparência ao longo do processo de realização da ação.

Com processos cada vez mais atravessados pelas dinâmicas próprias da mídia e também pelo agenciamento comunicador-ativista, a Mídia Ninja pode ser encarada como um movimento social que opera e traça sua trajetória política a partir da mídia. Isto faz com que Ana preocupe-se, em termos estratégicos mesmo, com a ausência de programadores que, como ela, vivam dentro de uma casa coletiva, isto é, contribuam de maneira integral ao coletivo. Não que não haja diálogo frequente com rede de programadores e *hackers*, mas o não convívio torna difícil a elaboração de *softwares*, por exemplo, pensados a partir de demandas próprias. Assim, a adaptação parece ser mesmo um caminho único por meio de plataformas já prontas, imbricadas em domínios públicos e privadas.

Seguimos construindo a cartografia, agora, trazendo os processos e a *práxis* de Catarina Santos. Seguindo os preceitos do mapa, aqui cabe mais estabelecer as conexões entre os dois corpos da política (micropolítica) e do desejo, que apenas relacioná-los. A cartografia, como característica aproximativa do rizoma, quer compreender a multiplicidade. Daqui, forma-se um plano de consistência que coopera para a constituição de um Corpo sem Órgãos, no qual o número de conexões deve ser largo. Nos anos de 2013 e 2014, Catarina cooperou com o Projeto Poéticas¹³ fotografando e publicando as intervenções urbanas como *Propriedade do Estado: Mídia de Extermínio*, que discutia questões acerca da mídia hegemônica e o extermínio da juventude negra; *Corpos Violados*, intervenção realizada na Câmara Municipal de Natal que abordou a violência policial em protestos, bem como nas comunidades; e *Travessias* intervenção que amplia o olhar sobre manifestações e solidariedade. Assim, Catarina afirma:

O Poéticas foi construído em 2013 transitoriamente num período após as jornadas, tínhamos um grupo autônomo pequeno que inicialmente teorizou a possibilidade de acampamentos com o formato do 15M espanhol dialogando em grupos de trabalho em diversas temáticas, no entanto, após um distanciamento do grupo inicial e de aproximação com artistas de linguagens mais amplas e com a ocupação da Câmara por autônomos e pelo Movimento Passe Livre – Natal foi possível articular um elo do Projeto Poéticas Urbanas com temáticas que gostaríamos de abordar. Deste contexto, saíram as intervenções no centro da cidade e Ribeira que envolviam a relação de imagens, *performance*, direitos humanos e *práxis*. Com o tempo, o Poéticas acaba novamente desarticulando e as pessoas envolvidas começam a engajar em outras pautas/práticas. Foi algo pontual e necessário, mas sem adesão da “classe artística potiguar”, sendo mais um nó efêmero da teia de ações

¹³ A partir de *performances* e intervenções artísticas e culturais, o coletivo estabelece crítica social, sendo lotado em Natal, RN.

sociais e políticas desenvolvidas neste momento da cidade. (Informação Verbal)¹⁴.

Com sua fala, Catarina expõe a dinamicidade inerente à multidão. A efemeridade do grupo não sucumbe sua pertinência na elaboração de imagens singulares e singularizantes daquela multidão que habitava as ruas daquele período, sua pertinência encontra terreno na capacidade de mobilização e de fazer prosseguir à outras instâncias políticas seus partícipes. A respeito da cooperação flagrante entre a fotógrafa e grupo artístico performático, a fotografia abaixo:

Fotografia 1 - Intervenção *Corpos violados* do Grupo Poéticas na Câmara Municipal de Natal-RN em outubro de 2013.



Fonte: (SANTOS, C., 2015, on-line)

A partir do acompanhamento daquelas exposições, surgiu o interesse em cartografar os processos sociais e comunicativos que se faziam em meios as manifestações do pós-junho e a fotógrafa. Foram realizadas várias observações ao longo desse período, acompanhando manifestações de diferentes ordens, seguindo Catarina ou não. Mas daremos enfoque principal as cartografias realizadas, junto a Catarina, durante as manifestações do dia vinte de setembro de 2015, que apresentaram melhores condições para a concentração da pesquisa, além de abrigar traços comuns com aquele ritmo fugaz de manifestações anterior. Com efeito, o ato era contra o aumento da passagem do transporte público em Natal, concentrando-se no

¹⁴ SANTOS, Catarina. Entrevista 2. [out.2015]. Entrevistador: Jadson Maia. Natal, 2015. 2 arquivo mp3 (60min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice B dessa dissertação.

mesmo lugar que as maiores manifestações das Jornadas de Junho, no ponto onde passa os ônibus que fazem a linha circular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e a presença de jovens foi salutar.

Ao peso que essa cartografia decorre do frígido dos corpos, do movimento em rede do desejo, da mania de perseguição da massa, da cooperação elaborada em multidão, da postura da polícia que direciona para a construção do *biopoder* e alimenta a *biopolítica*, os processos ganham peso e decisão, à medida que ali se constrói a manifestação, a comunicação entre a multiplicidade, com a possibilidade de constituir o comum. Nesta perspectiva, malgrado os produtos que dali são constituídos de novidade, de criação, podem também reiterar um ponto de vista anterior, não interessante ao que se pretende no momento e até abraçar o indesejado conservadorismo aos corpos políticos de esquerda. A autocrítica se faz pertinente a multidão, comprometida com um projeto político que lhe é constituinte, de democracia radical, reprime a partir de uma racionalização de seus próprios processos atos que considera dignos ao poder que lhe oprime e persegue.

O ato mencionado foi marcado previamente pelo Facebook, através da criação de um evento. Na mesma rede social digital, Catarina fez tentativa de reunir os interessados em compreender midiaticamente o ato para uma reunião anterior, onde se discutiria uma estratégia comum de atuação. A tentativa foi frustrada, restando o imediato como único recurso. Não obstante, a fotógrafa elabora um mapa de disposição ideal da manifestação, sugerindo onde se devia localizar-se preferivelmente cada um dos corpos ali expressos: autônomos, movimentos sociais, mídia livre, sindicatos, partidos políticos. À borda cabia a mídia livre, atenta ao *fora* e ao *dentro* da manifestação.

Parece mesmo que daí parte a *performance* e todos os processos que se desencadeiam, de uma racionalidade e de uma consciência, dependente de uma comunicação apurada fomentadora do comum. O desafio elementar é realizar o caminho que vai da multiplicidade ao comum. De início, Catarina vai aos policiais saber quem comanda aquela operação, quantas viaturas estão disponíveis, qual o efetivo. O interesse pelos dispositivos móveis de mídia, como os *smartphones*, parece ter chegado à polícia, que filma a formação e o curso da manifestação ou cada revista de manifestante que é feita. A mídia livre parece estar incumbida de oferecer proteção ao movimento mediante a construção de imagens e narrativas. Algo evidenciado a partir de quando um manifestante está com o rosto coberto por uma máscara e o policial insurge e lhe retira sem consentimento, e outros manifestantes e Catarina discutem a postura considerada repressiva. Às forças estatais lhe são recordados o Direito e a democracia.

O agenciamento comunicador-manifestante que se constrói na atividade das duas iniciativas de mídia livre referidas faz Ivana Bentes (2014) afirmar a existência de uma Mídia Multidão, que se utiliza das máximas das novas características do cenário contemporâneo, que mescla uma certa democratização dos dispositivos de mídia e o lugar privilegiado e o vigor da lógica em rede que a Internet demonstra. Mas a tônica principal dessa modalidade de mídia, que tem na livre íntima relação, parece ter como fito constituinte a cognição da multidão expressa em muito na sua autocrítica quanto aos seus processos. Uma democracia absoluta ou radical deve se construir a partir de processos outros. Assim, apesar de considerar aspectos específicos do jornalismo tradicional, como a reportagem, a pesquisa e a apuração, considera vital a criação de processos outros para compreender as multiplicidades.

Ainda sobre a *performance* ou o *ato performativo* elucidado por Laclau (2005), elaborada pela multidão disposta à compreender as manifestações através da mídia, cabe retomar parcialmente *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* de Walter Benjamin (2012). Ali se fazia urgente analisar e sinalizar a defasagem das categorias tradicionais de arte em face do avanço técnico. Ainda que se chegue a *destruição da aura*, daquela *teia singular constituída no aqui e no agora*, o autor e, por conseguinte, a autoridade ainda são traços fortes no contemporâneo. Contudo, os corpos de mídia livre tensionam esses cânones, autor e autoridade, à medida que valoram demasiadamente o modelo colaborativo de trabalho. Além disso, a ideia de mecanicidade de Benjamin (2012), naquele ensaio, parece restrita ao passo da divisibilidade entre homem e dispositivo. O ato performativo, aquele também esboçado pelos políticos atentos à lógica imagética da mídia, parece constituir-se naqueles que exercem a mídia livre.

Na perspectiva de Bentes (2014), “as informações trazidas pelas redes (cruzadas com as informações colhidas nas ruas) funciona, nas transmissões *online* da Mídia NINJA (no ao vivo do streaming) como um GPS humano, um novo circuito rede-rua”. Assim, no contemporâneo, a mecanicidade investe a própria condição experiencial humana, sendo, assim atualizada e condicionada, muitas vezes, à mobilidade dos dispositivos. Diante disso, parece afirmar-se uma *corporificação da mídia*, que a *performance* deixa isso evidente, uma politização do corpo.

Bentes (2014) aponta para a urgência de se verificar o processo sociopolítico, que aqui aparece inscrito cada vez mais a partir da mídia, engendrado por essa mecanicidade, capaz de se articular com a multiplicidade, singularidade e pluralidades que a multidão quer conservar. De fato, as tecnologias do *comum* elaboram um plano adequado para a apreciação e circulação do projeto político em curso, o da radicalização da democracia. Assim, as concepções de

verdade, objetividade, imparcialidade que tanto embasam a prática corrente do jornalismo, dão lugar à problematização desses ou até mesmo o seu próprio descarte a partir da atividade da mídia livre. Como se verifica a partir do agenciamento, o flerte entre o comunicador e as iniciativas políticas, ou a imprecisão ou total ausência desses limites, do social é incessante ou mesmo quem pretende elaborar o material midiático é militante ou se identifica veementemente com alguma causa. O ponto de partida da prática da Mídia Multidão, para usar os termos de Bentes (2014), parece se deixar guiar pelo desejo em rede. A colaboração que permeia o processo de comunicação tem peso determinante nessa conjectura.

Para Catarina não é preferível se valer da imparcialidade, com sua atuação ela demarca uma postura política aliada aos movimentos sociais, tendo o espectro à esquerda da política como vigor. Aqui a noção de esquerda é compreendida a partir de Deleuze (2001), mencionada anteriormente, aludindo um exercício de percepção e de um devir minoritário. A parcialidade é demonstrada quando ela discute com o policial a cerca da repressão e da violência, quando se articula com as iniciativas políticas, quando se milita e se pesquisa em torno dos direitos humanos ou mesmo o próprio ato de ouvir, recolher e mediar a voz de grupos que os veículos tradicionais de mídia não estão dispostos a cumprir. Para que esses processos não sejam igualmente massivos ou excludentes, como tanto faz a dita grande mídia, é necessário se estar atento às multiplicidades, criando processos compreensivos. Dessa maneira, a *práxis* da mídia de massa é percebida como ceifadora de singularidades, de vozes outras, da cacofonia inerente à democracia. Assim, Catarina argumenta o papel da mídia livre junto aos movimentos sociais:

Durante grande período as mídias livres tornam-se suporte de movimentos, visto que a essência destas é construir perspectivas e reflexões contra-hegemônicas, de denúncia, de alternativa – principalmente no contexto local potiguar o qual temos ainda a presença de políticos como donos ou sócios de meios de comunicação. Então, nesta perspectiva, artigos com perfil analítico trazendo conceitos mais politizados e/ou contato com imagens fotográficas que geram conflitos semióticos são importantes para registrar uma memória alheia à visão conservadora da cidade. (Informação Verbal)¹⁵

Nesta compreensão da multiplicidade à qual se faz intrínseco nos processos comunicativos e sociais de Mídia Ninja e Catarina Santos, as novas TIC atuam como balizadores e, por vezes, determinantes na premissa. Ou mesmo a subjetividade que pode se construir a partir dessas iniciativas de mídia livre, que afirma a autonomia, isto é, do próprio

¹⁵ SANTOS, Catarina. Entrevista 2. [out.2015]. Entrevistador: Jadson Maia. Natal, 2015. 2 arquivo mp3 (60min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice B dessa dissertação.

sujeito dispensar a mediação, reportando de imediato ao desapego às mediações políticas tradicionais, como foi o caso das Jornadas de Junho.

Fotografia 2 - Ato contra o aumento da tarifa do transporte público em Natal-RN realizado em 20 de julho de 2015.



Fonte: (SANTOS, Catarina, 2015, *on-line*)

A partir da imagem construída por Catarina e seus agenciamentos, cabe problematizar o poderio das ferramentas que se valem as insurgências contemporâneas. Por exemplo, no caso do Exército Zapatista, as armas em punho indígena e no caso das iniciativas de mídia livre contemporâneas brasileiras, os dispositivos móveis de mídia. Compreendemos o vigor e a precisão desses elementos, as armas bélicas e a mídia, nessas circunstâncias específicas. Mas, a partir das cartografias dos processos, se evidenciou a potência do agenciamento maquínico e coletivo sobre o elemento técnico. Sinalizamos aqui nossa premissa que envolve tanto a hipótese, relativa à atenção ao uso das imagens midiáticas como estratégia e tática dos movimentos sociais de diferentes ordens, e a nossa premissa, que faz relação entre a criação contínua de processos comunicativos e sociais outros partem em direção à formação de um corpo.

A imagem construída por Catarina e seus agenciamentos pode oferecer via para se compreender o êxito da insurgência, medida tanto pela chegada à meta quanto pelo simples avanço em sua direção, deve-se a partir de como se dá o agenciamento entre e dentro dos

corpos e não simplesmente pela sua habilidade permeada da técnica, o que faz Deleuze e Guattari (1997, p. 77) concluírem que “as armas e as ferramentas são consequências, nada além de consequências. Notou-se com frequência que uma arma não era nada além sem organização de combate da qual fazia parte.”

Em paralelo, sinalizamos a importância dos processos, do quão colaborativos e criativos são, preconizando a democracia radical. Com efeito, servem como ambiência para a construção e expressão do desejo. Este último, não é uma determinação natural ou espontânea, mas é agenciado e maquinado. A paixão tem seu lugar nos agenciamentos, sendo um de seus principais elementos, constituindo suas racionalidades e rendimento. Ganha vitalidade o agenciamento comunicador-manifestante, entre outros. Mídia Ninja e Catarina Santos, assim como os demais corpos da política e do desejo aqui colocados na esteira da problematização do condicionamento da democracia frente à guerra e ao mercado financeiro, adicionam certa experimentação à política, compreendendo que essa se faz também a partir indeterminações, contingências e parcialidades.

Em consonância com os indicativos da Carta Mundial de Mídia Livre (2015), a ação de Mídia Ninja e de Catarina quer-se e estimula-se na não violência, na interculturalidade da comunicação. A esse respeito podemos embasar o agenciamento as partículas das mais diferentes ordens. À medida que a comunicação consegue, por vezes, ser horizontal e inclusiva aumenta-se a possibilidade de uma ação conjunta e da circulação do desejo torna-se efetiva. O desejo de democracia radical parece depender da disposição em rede de processos comunicativos, pois, assim, há possibilidade de realização das multiplicidades. Muito disso tem a ver com as próprias dinâmicas da Internet.

A geografia e as disposições da Internet são capazes de tensionar elementos mais basilares da comunicação comunitária, vide que as fronteiras dos Estados nacionais não fazem frente ao fluxo de informação e comunicação que se estabelece na contemporaneidade. Sob a sombra da multidão, outro tensionamento ganha visibilidade, relativo à ideia de comunicação comunitária. Se a multidão, assinalada como uma classe global de pessoas, encontrando ambiência para afirmar sua multiplicidade, faz crítica às nuances totalitárias e violentas do estado nacional e seus desdobramentos institucionais. A procura é pela afirmação de uma subjetividade que compreenda o desejo comum correspondente ao seu projeto político constituinte, que, mesmo atuando pacificamente, se desprende das tábulas de leis estatais. Pois, conforme já é de conhecimento comum, a máxima do pensamento de Aristóteles: cidadão é aquele sempre interessado em governar e ser governado.

É necessário, por fim, retomar o conceito de midiaticização, na perspectiva de Sodré (2009), o mencionamos no início deste t pico, para compreender a rela o entre processos comunicativos e média no âmbito da sociedade e das insurgências contemporâneas. Para o autor, a ubiquidades dos meios de comunica o contemporâneos está elaborando continuamente um novo *bios*, uma espécie de nova esfera existencial. Atrelada a isso está a eletrônica que parece constituir uma revolu o ainda mais radical que as anteriores, pois engendra subjetividades, hábitos, estilos de vida.

O quarto *bios*   composto por virtualidades e informa o. Sodré (2009) inspira-se em Aristóteles, que disse que na pólis grega existiam três *bios*, o da política, o do corpo e o do conhecimento. Com efeito, ainda que muitos dos processos não estejam intrinsecamente ligados aos meios de comunica o, eles podem, em algum momento, estar correspondendo   sua lógica de opera o, sobretudo, imagética. No âmbito da política, a grande presença dos meios de comunica o colaborou não só para a necessidade de uma *performance* adequada, mas também a de uma cosmética própria.

Sem d vidas, falamos cada vez mais com máquinas, falamos cada vez mais entre nós mediante máquinas, máquinas cada vez mais conversam entre si. Nesta perspectiva, vivemos dentro do *bios* midiático. Ainda que a midiaticiza o não recubra todo social. Como, talvez, justificativa de sua teoria da comunica o, Sodré diz que quem se inteira, filosoficamente, da comunica o, a midiaticiza o e seu quarto *bios* já estavam postos. Assim, a comunica o   na verdade a cria o progressiva de uma outra sociedade, uma sociedade virtual, uma sociedade paralela. Por fim,   possível afirmar que com a forte presença dos meios de comunica o contemporâneos que a lógica e as métricas (políticas e est ticas) passem a predominar e exercer forte influencia nos processos sociais, algo que reporta, de imediato,   midiaticiza o como processo interacional de referência. Assim,   possível que com a proeminência da atividade midiática, ela passe a emprestar sua lógica a processos antes exclusivos desse *bios*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da elaboração de Deleuze e Guattari (1992) em *O que é filosofia?* quanto às especificidades do *conceito*, suas inerentes incumbências de reportar a um *problema*, possuir um *devenir* e, por conseguinte, de acomodar-se num plano imanente, destacamos aspectos do *desejo* que interessam aos arremates deste estudo. O desejo, que dá sustento e permeia os processos e *práxis* aqui cartografadas nos corpos políticos contemporâneos, corresponde ao traçado dos autores, em muito influenciados por Nietzsche entusiasta da criação que elevada a certo grau possibilita o conhecimento.

Com efeito, admitimos as perspectivas psicológica e política do desejo. A primeira ligada à crítica da psicanálise, prática, que segundo os autores, relaciona e comprime o desejo frente ao eixo edipiano e sua redução à libido; ao mesmo tempo, na fatura da segunda vem a *esquizoanálise*, não afeita à ideologia nem cientificidade, apenas a agenciamentos, levando a cabo também o desejo como elemento incisivo e politicamente ativo. Outra ponderação corresponde ao gosto da multiplicidade que tem o desejo, em ser concebível apenas em rizoma, em rede, que lhe confere seus possíveis agenciamentos, isto é, seu movimento sempre maquinado próprio. Contudo, o que parece mais urgente quanto ao desejo que assimilamos e demos destaque até aqui aparece em fala exclusiva de Deleuze em *Conversações*, afirmando:

Não existe posição de desejo contra a opressão, por mais local ou minúscula que seja essa posição, que não ponha em causa progressivamente o conjunto do sistema capitalista, e que não contribua para fazê-lo fugir. (1992a, p. 30).

A partir dessa reflexão pode se dá um *continuum* entre cada conceito trazido à baila até aqui, visando compreender as iniciativas de mídia livre como corpos da política e do desejo, quando arranjam e motivam seus processos e práticas a serviço da multiplicidade, de congregar as várias pautas, as várias cores, a diversidade. Mais uma vez, mesmo que a dimensão midiática seja considerada, dos procedimentos se desenvolverem largamente nessa ambiência, a efetividade é alicerçada muito mais na capacidade de promoção dos agenciamentos coletivos. Por isso, esta racionalidade emergente, que toma o rizoma de assalto, engendra os próprios dissensos e conciliações próprios do caminho que leva à democracia radical.

Não obstante, a multidão atua somente em rizoma, daí a precisão de Hardt e Negri (2005) ao conjecturar as insurgências contemporâneas com as disposições inéditas da

comunicação, o fluxo, a velocidade, a instantaneidade, a fluidez. Mesmo inscrita no capitalismo cognitivo, a produção imaterial da multidão deflagra o escape. O trabalho colaborativo se deixa guiar pelo *afecto* e pela emoção, deslocando essa mesma produção para outro terreno político, não simpatizante com o fascismo do poder. Daqui, parte as *linhas de fuga* ativas e positivas dignas do desejo que desenvolvem crítica ao Estado e seus aparelhos, à organização burocrática e hierárquica, às métricas do mercado.

Talvez sejam as linhas de fuga positivas que instaurem desde dentro de Podemos e Syriza uma crítica ao partido político tradicional. Não que esta instância seja negativa, mas, por vezes, suas atividades internas não promovem a multiplicidade dos partícipes. Criando processos outros, quer se fazer passar os fluxos de desejo. Ao realizarem essa crítica à conversão da política em um espaço meramente institucionalizado e pretendente único da guerra e do mercado, esses dois corpos, Podemos e Syriza, se articulam com outras experiências vividas que inspiravam e conseguiram, por vezes, parcialmente dissolver a crise. Não se sabe, porém, onde se deu a primeira linha, a primeira condição, a primeira ideia objetiva de combate. Mas como salienta Deleuze (1992a, p. 33), a perspectiva que envolta suas análises é funcionalista, “o que nos interessa é como alguma coisa anda, funciona, qual é a máquina”, sinalizando crítica aos modos de operação da linguagem.

O mapa elaborado abre-se às linhas muito diferentes realizadas pelos corpos políticos e do desejo das mais diversas ordens. A cartografia é interessada em marcar os caminhos e os movimentos e produziu neste estudo uma continuada aprendizagem entre as iniciativas, mas também que há certa dose de perigo implícita nas linhas de fuga, vide que elas não são apenas criadoras. Se se conseguiu estabelecer tal relação entre os corpos, é porque se deu imbricadamente um modelo de comunicação, o rizoma, garantidor da efetivação das multiplicidades, em que coloca o desejo de radicalização da democracia como sendo seu aditivo constituinte, capaz de dar suporte a um luta estratégica e comum.

Ir à raiz da democracia não implica forçosamente ao reformismo tampouco a revolução, seguindo a pouca funcionalidade desta atribuída por Deleuze (2001), mas sim criação. Criação como aquela tão necessária ao conceito para compreender o problema que o permitiu. Não por coincidência Nietzsche aconselha a desconfiar de conceitos já elaborados por outros. De modo, que as insurgências atuais desconfiam das instituições já dadas. De certo, Mídia Ninja e Catarina parecem fazer da sua vida e do seu trabalho uma micropolítica, em que talvez tenha-se de diluir, mesmo que por ora, a pragmática das ações para a partir daí nascer o novo e a mudança ser possível. Há a possibilidade, então, de se fazer uma crítica ao contrapoder, vide os processos e *práxis* desenvolvidos. Tal criação parece ainda estimular

crítica aos atos deflagrados de imposição e, sobretudo, consciência da necessidade de se construir o campo político alinhado às multiplicidades, para que isso possa aprofundar a democracia ensaiada desde dentro nos processos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGRESSÃO E TRUCULÊNCIA, DIZ JORNALISTA PRESA EM PROTESTO NA CÂMARA DE NATAL. 2013. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/m/rio-grande-do-norte/noticia/2013/10/agressao-e-truculencia-diz-jornalista-presa-em-protesto-na-camara-de-natal.html>>. Acesso em: 18 fev 2015.

ALBANO, Sebastião Guilherme. Consenso de Washington e cosmopolíticas na atualização dos sentidos na América Latina. **Razón y Palabra**, v. 71, p. 1-28, 2010.

BADIOU, Alain. **Sobre o conceito de modelo**: introdução a uma epistemologia materialista das matemáticas. Lisboa : Editorial Estampa, 1972.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa : Editora 70, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro : Zahar, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo : Brasiliense, 2012.

BENTES, Ivana. [Entrevista disponibilizada em 3 de junho de 2014, na internet].

Disponível

em:<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5573&secao=447>. Acesso em: 19 fev. 2015.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARTA, Gianni. Grécia: entenda a crise e conheça o novo governo. **CartaCapital**.

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/grecia-entenda-a-crise-e-conheca-o-novo-governo-6117.html>>. Acesso: 13 mai 2015.

CARTA MUNDIAL DA MÍDIA LIVRE. **Intervozes**. 2015. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/carta-mundial-da-midia-livre/>>. Acesso em: 13 mai 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo : Cortez, 2011.

_____. [Entrevista disponibilizada S.a., na internet]. S.a. Disponível em:

<<http://socialistamorena.cartacapital.com.br/marilena-chau-i-nao-existe-novaclasse-Media>>. Acesso em 11 fev. 2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Unicef. 1948. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 11 fev 2015.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Entrevista com G. Deleuze. Editoração: Brasil, Ministério da Educação, TV Escola, 2001. Paris: Éditions Montparnasse, 1997, VHS, 459min.

_____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1995.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1995a.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1996.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. Rio de Janeiro : Ed. 34, 2012.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1997.

_____. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro : Ed. 34, 1992.

DOWNING, John. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

FERRARA, Lucrécia D^o Alassio. **A comunicação como espetáculo epistemológico**. XIX Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - XIX Compós (GT Epistemologia da Comunicação). Rio de Janeiro: UFRJ/Compós, 2010. p. 1-13.

FORA DO EIXO. **Histórico**. [S.l.:s.n.,s.a]. Disponível em: <<http://foradoeixo.org.br/historico/>>. Acesso em: 5 abr 2015.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Carta de princípios do Fórum Social Mundial**. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1> . Acesso em: 22 jun. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A palavra e as coisas: Uma arqueologia das ciências sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Ditos & escritos: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro : Record, 2005.

_____. **Imperio**. Buenos Aires : Paidós, 2002.

KÜNSCH, A. Dimas. **Do conceito de um deus perfeito e único a teorias que não dialogam**: Comunicação, epistemologia e compreensão. XIX Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - XIX Compós (GT Epistemologia da Comunicação). Rio de Janeiro: UFRJ/Compós, 2010, p. 1-15.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires : Ed. Fondo de Cultura Económica, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. Madri : Siglo XXI, 1987.

LAMBERT, Renaud. Dívida pública, um século de queda de braço. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 8, nº 92. Março, 2015.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LORENZOTTI, Elizabeth. Jornalismo século XXI: o modelo #Mídia NINJA. E-galáxia, 2014. (E-book).

MANIFESTANTES DEPREDAM CARRO DE EMISSORA E INTERROMPEM TRÁFEGO EM VIAS DE NATAL. Tribuna do Norte, Natal, 25 out. 2013. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/manifestantes-depredam-carro-de-emissora-e-interrompem-trafego-em-vias-de-natal/264789>> Acesso em: 14 out. 2015.

MARTON, Scarlett. Anticlímax das sociedades contemporâneas - Foucault, Deleuze e Derrida frente à crise. CPFL Cultura. Disponível em: <<http://www.cpflcultura.com.br/wp/2010/07/01/anticlimax-das-sociedades-contemporaneas-foucault-deleuze-e-derrida-frente-a-crise/>>. Acesso em: 20 fev 2015

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. MARICATO, Ermínia (Orgs.). **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NEGRI, Antonio. **A anomalia selvagem**: poder e potência em Baruch de Spinoza. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

OSSA, Carlos. **El ojo mecânico**: cine político y comunidad en América Latina. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2013.

PROTESTO EM NATAL TERMINA COM CONFRONTO EM FRENTE À SEDE DO GOVERNO. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298739-protesto-em-natal-termina-com-confronto-em-frente-a-sede-do-governo.shtml>> Acesso em: 14 out. 2015.

QUASE DOIS MILHÕES DE BRASILEIROS PARTICIPARAM DE MANIFESTAÇÕES EM 438 CIDADES. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticias/brasil/2013/06/21/interna_brasil,372809/>

quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades.shtml>
Acesso em: 11 set. 2013.

RÉGIS, Vitor Martins; FONSECA, Tania Mari Galli. Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. *Fractal: Revista de Psicologia – UFF*, Niterói, v. 24, n. 2, p. 271-285, mai./ago. 2012.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo : Martin Fontes, 2005.

Roda viva: Mídia NINJA. TV Cultura. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=vYgXth8QI8M>>. Acesso em: 19 fev 2015.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.

ROMERO, S. São Paulo, 2013. Thousands Gather for Protests in Brazil’s Largest Cities. **The New York Times**. Disponível em:
<http://www.nytimes.com/2013/06/18/world/americas/thousands-gather-for-protests-in-brazils-largest-cities.html?_r=0> Acesso em: 14 out. 2015

SAFATLE, Vladimir. Fluxo com Vladimir Safatle. 2015. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=NPJLnPqGurY>>. Acesso em: 13 mai 2015.

SAFATLE, Vladimir. Quando novos sujeitos políticos sobem à cena. CPFL Cultura. Disponível em: <<http://www.cpfcultura.com.br/wp/?aovivo=quando-novos-sujeitos-politicos-sobem-a-cena-vladimir-safatle>>. Acesso em 6 dez 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Boaventura examina a “onda Podemos”. **Outras palavras**. 2014. Disponível: <<http://outraspalavras.net/posts/boaventura-examina-a-onda-podemos/>>. Acesso em: 20 nov 2014.

SANTOS, Catarina. **Coletânea de fotos**. Natal: Produção independente, 2015. Disponível em: <<https://www.behance.net/CatarinaSantosPhotos>>. Acesso em: 28 out 2015.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Mobilização colaborativa, cultura hacker e teoria da propriedade imaterial. In: ALENCAR, A. F.; MACHADO, M. B.; EVANGELISTA, R.; SILVEIRA, S. A.; AGUIAR, V. M.; **Software livre, cultura hacker e ecossistemas de colaboração**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Rio de Janeiro : Editora Vozes, 2009.

_____. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011.

Apêndice A - Entrevista com Ana Pessoa, integrante da Casa Coletiva do Rio de Janeiro, realizada em sete de setembro de 2015.

Ana Pessoa: Sou a Ana Pessoa, sou formada em Cinema de Animação pela Universidade Federal de Pelotas, mas eu sou [natural] do interior de São Paulo. Em Pelotas, município do interior do Rio Grande do Sul, montei um coletivo de produção cultural e já conhecia o Fora do Eixo naquela época, em 2012. Conhecendo cada vez mais a rede Fora do Eixo, fomos nos envolvendo cada vez mais... O coletivo que eu fazia parte, todos nós, nos mudamos para uma mesma casa, foi quando a gente criou uma casa coletiva. Logo depois, criaram a Casa Fora do Eixo Pelotas e de lá então eu comecei a experimentar esse processo de vida coletiva. O coletivo começou em 2012 e em 2013 virou a Casa Fora do Eixo. Este ano, 2015, o Fora do Eixo completa dez anos. O Fora do Eixo começou em Cuiabá com o Espaço Cubo que começou a se conectar com outros coletivos do Brasil profundo, do Acre, de Loderina e através da música foi se estruturando o circuito Fora do Eixo.

Jadson Maia: Como são as tomadas de decisões no processo de vida coletiva dentro da Casa Coletiva?

A.P.: Nós, dentro do Fora do Eixo, nos dividimos em algumas funções. Por exemplo, Partido, Banco, Mídia e Uni. O Partido seria mais a pessoa dentro do coletivo que está mais voltada para a articulação de reuniões com outros coletivos da cidade, pensar estratégias políticas. O Banco seria o simulacro do banco. Gerar sustentabilidade, não só financeira, mas até de bem estar. O intuito é gerar uma economia solidária e serve para pensar como estamos movimentando esse processo independente sem depender unicamente do dinheiro em real, através da troca de serviço, através do próprio caixa coletivo, do qual as casas vivem. A Mídia é a voz, é quem traduz o processo que nós estamos fazendo para fora. Não temos como depender da grande mídia para mostrar o que nós estamos fazendo, um modelo alternativo ao que está colocado, então nós mesmos somos a nossa mídia. A Uni, Universidade Livre, é o processo de formação. É onde estamos trazendo mais gente, trocando tecnologias com outros movimentos e com outros coletivos. É onde estamos pensando em vivências. Então dentro desse simulacro, a gente se divide na casa e cada um tem uma função nessa gestão. Eu faço parte da Mídia, eu faço parte do audiovisual, do cinema. Inclusive, acabei de participar da elaboração do “#PopMujica”, filme da Mídia Ninja sobre a palestra de Pepe Mujica à jovens

na Universidade Estadual do Rio de Janeiro naquele 27 de agosto de 2015. A Mídia Ninja nasce disso aí na verdade, ela nasce dessas tecnologias de comunicação e da tecnologia do social que a gente vem desenvolvendo ao longo desses dez anos de Fora do Eixo. Nós já fazíamos cobertura colaborativa de redes de festivais, dos nossos próprios festivais, do nosso próprio dia a dia da casa, que querendo ou não nós temos que nos traduzir a todo momento por estarmos experienciando um modelo de vida diferente. Aqui é uma comunidade urbana, nós vivemos em comunidade aqui. E aí, então, quando vem junho de 2013, que é quando vem as Jornadas de Junho e quando explode a Mídia Ninja... Na verdade, a gente vinha já fazendo isso há muito tempo dentro dessas tecnologias da comunicação colaborativa em rede. E aí quando vem as manifestações, nós estamos com a faca e o queijo na mão, com a plataforma já criada e já mobilizados. Então, quando tiveram as manifestações, nós já estávamos nas ruas, prontos para aquilo. Nossa forma de divisão faz com que a gente crie confiança para que cada frente tenha uma gestão efetiva.

J. M.: Falando especificamente das Jornadas de Junho, e do pós-Jornadas também, como foram aqueles momentos para vocês da Mídia Ninja?

A.P.: Para nós, enquanto também manifestantes, é como poder colocar aquele ponto de vista ali. Ao contrário do que fez a grande mídia, que estava ali em cima de um helicóptero, filmando e falando que os vândalos estão fazendo baderna lá embaixo, nós, enquanto mídia independente, estávamos ali embaixo vivenciando aquilo e mostrando o que estava acontecendo de vários pontos de vista. Muita gente falando que a gente não é parcial, nós somos parciais, é o ponto de vista daquela pessoa que está transmitindo, colocando a sua opinião daquilo que está acontecendo. Isso é uma parcialidade. Nós acreditamos que ao invés de uma mídia de massas, é uma massa de mídia que vai traduzir o que a gente está vivendo. Quanto mais as pessoas forem cidadãos multimídia, como nós chamamos, que a pessoa por ela mesma possa gerar sua própria narrativa, mais nós traduzimos o que é esse processo cultural e histórico que estamos vivendo e não uma única mídia que vai trazer a verdade. O grande papel da Mídia Ninja é o de conseguir compartilhar nossas tecnologias colaborativas para que o máximo de pessoas possa tornar-se a voz verdadeira daquilo que está acontecendo.

J.M: Fale sobre como opera o financiamento de vocês.

A.P.: Por exemplo, a Casa Coletiva, aqui no Rio de Janeiro, a Casa Fora do Eixo, em São Paulo, e a Casa das Redes, em Brasília, operam com um caixa coletivo único. Este caixa único paga as contas, os aluguéis... Enfim, ele distribui a verba que essas casas se sustentem. Mas qual é a nossa principal fonte de sustentabilidade? É justamente essa disposição que as pessoas tiveram de dedicar 100% ao processo. Nossa hora dedicada aqui dentro faz com que a nossa hora trabalhada gere recursos. Também oferecemos serviços, de fotografia, de cobertura audiovisual para alguns parceiros nossos. Quando o parceiro pode pagar, ele chama a gente. Na verdade grande parte do que a gente recebe hoje também, com relação aos serviços, é muito a partir de construções que nós vamos tendo com parceiros que a princípio não pagavam e hoje em dia ajudam e colaboram com grana. Aliado a isso também disputamos alguns editais públicos de cultura. O que nós recebemos vai para aquele caixa coletivo único que distribui. Quando você mora junto, vive junto e está disposto a compartilhar disso, o custo de cada é bem menor. E então, por exemplo, eu preciso de uma calça. Mas tem o armário coletivo e lá tem algumas calças. Então, eu penso, será que é isso que estamos precisando antes do que alguma outra coisa? Você começa organicamente a se desprender um pouco de algumas vaidades, que faz diminuir o custo. Outro exemplo, a Casa Coletiva, onde estamos, se a gente fosse pagar salário para cada um dos quinze que moram ou estão aqui, ela iria custar muito caro. Mas como a gente deixa de receber salário para a grana toda ir para um único caixa que distribui e paga o custo coletivo, isso faz com que o custo diminua em muito. Mas, claro, que a gente tem que estar indo atrás de recursos também, porque tem coisas que não dá pra fazer a troca de serviço. O aluguel dessa casa, por exemplo, nós temos que pagar. É isso, nós vamos procurando soluções para estar gerando recursos. Quando a gente disputa algum edital e ganhamos, por exemplo, vinte mil reais, essa quantia entrando para o caixa coletivo a nossa força de trabalho faz com que aqueles vinte mil iniciais virem cinquenta mil. São algumas tecnologias sociais que nós desenvolvemos para diminuir o custo.

J.M.: Como a comunicação midiática incide nos processos comunicativos entre Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo?

A.P.: Com o passar do tempo nos fomos utilizando algumas ferramentas *online*. A nossa principal plataforma de trabalho é a Internet. Nós começamos com os grupos de *e-mail* do Gmail, que eu acho que é a forma mais compartilhada que nós poderíamos ter de trabalhar e se comunicar. Lá colocamos planilhas que todo mundo pode mexer. Então, nós fomos desenvolvendo as tecnologias, que fazem com que a gestão dos nossos recursos seja

colaborativa. Então, por exemplo, vamos fazer o Festival Fora do Eixo Rio, nós criamos um *compact tech*, como chamamos, que é um compilado de planilhas do Google Docs. Cada planilha corresponde à uma atividade do evento a ser executada. Então, nas abas têm equipe, balanço financeiro. À medida que são preenchidas essas planilhas, todo mundo vai acompanhando e também inserindo informações. Já numa comunicação cotidiana, entre as casas de Brasília, SP e Rio, utilizamos muito o Telegram, que é como o WhatsApp, só que é *software* livre e ele cria grupos também. Então lá temos o grupo da Mídia Ninja, que têm ninjas do Brasil inteiro. Estamos a todo momento jogando pauta e sugerindo conteúdo para se colocado nas páginas, Oximity e Facebook. Se nós somos uma rede e estamos espalhados pelo Brasil, esses *chats* de Internet fazem com acelerem as partículas dessa rede como um todo. E aí entra a própria sustentabilidade dessa comunicação. Nossa comunicação é intensa, 24h por dia. No *chat* do Banco, são feitos, por exemplo, pedidos de verba, com, claro, discriminações de como será gasto o dinheiro. É uma prestação de contas transparente, é tudo muito organizado, é um banco mesmo. Embora, eu não veja como algo institucional. Essa prestação de conta é mais para se ter um controle do gasto, não é uma prestação de contas institucional e rígida. Sem dúvidas, nessa conjuntura de adequação das ferramentas *online* para nossas necessidades, nós sentimos falta de programadores, porque eles facilitariam inclusive nossa conversação. Se nós tivéssemos programadores *hackers*, que somassem nessa lógica toda, com certeza, seria muito interessante. Há redes de *hackers* que nós dialogamos, envolvidos também com *softwares* livres. Mas não tem nenhum morando numa casa coletiva. Quando você mora numa casa, onde você vive e também trabalha, é outra coisa, é outro tempo.

J.M.: Ana, como foi que você tomou a decisão de morar numa casa coletiva e trabalhar com o audiovisual?

A.P.: Eu conheci o Fora do Eixo em 2010 e eu achei muito interessante os coletivos, deles estarem produzindo cultura. Para mim, sempre foi mais interessante a parte cultural, de produzir *show*. Nunca tive envolvimento com o movimento estudantil ou com centros acadêmicos. Eu morava no interior de São Paulo e conheci o Fora do Eixo na capital paulista. Quando fui ao Sul do Brasil, para entrar na faculdade de cinema, eu já fui procurando algo parecido com a experiência Fora do Eixo. Com isso, fui articulando e conseguir juntar um número de pessoas que topavam montar um coletivo. Foi quando surgiu a Casa Fora do Eixo Sul, em Porto Alegre. Hoje ela não existe mais, se desfez, e seu pessoal foi para outras casas. Mas essa casa serviu de base para que outras iniciativas do interior pudessem se articular. Assim, foi como surgiu o coletivo em Pelotas, que eu ajudei a montar. A princípio, era eu

com umas meninas que faziam faculdade comigo. Depois de algumas imersões e de alguns encontros com o Fora do Eixo e também com outros coletivos, nós vimos a importância de mudar para uma só casa. Logo após, já nos mudamos, quem realmente gostaria de fazer parte, para uma casa e também começamos a experimentar o caixa coletivo único. Fiquei dois anos lá em Pelotas, vivendo nessa casa coletiva, trabalhando produzindo festivais. Em paralelo, também fui me envolvendo cada vez mais com movimentos sociais. O que é um reflexo da nossa própria atividade, à medida que estamos a todo tempo lidando com políticas públicas de cultura. Neste contexto, me articulei mais com a demanda pela democratização da mídia e nos últimos tempos temos nos preocupado mais com a reforma política.

J.M.: Em que medida as políticas do Ministro da Cultura, sob a coordenação de Juca Ferreira, sugeriram essa cena de mídia livre?

A.P.: Em 2003, com a gestão Gilberto Gil e Juca houve a possibilidade de surgir o Fora do Eixo. Eles fizeram um *Do-in antropológico*, para usar os termos do próprio Gil, quando eles massagearam pontos do interior do Brasil, que estavam adormecidos, e esses pontos irradiam toda uma cultura. O Fora do Eixo nasce disso. Foi quando Ministério da Cultura (MinC) resolveu olhar não só para o *mainstream* e entender a cultura não só como festival de cinema, mas entender a cultura como um processo civilizatório. Isto só veio com a gestão deles. O apoio à políticas públicas nessa gestão possibilitou que nós pudéssemos nos articular, principalmente na cultura digital. A partir da política de cultura digital, nos aproximamos, dado que num país continental isso é muito importante. Com isso, houve fortalecimento dessa rede de comunicação. Quando vieram as gestões Ana Holanda e Marta, o MinC desapareceu. E, agora, com o Juca Ferreira de volta, é uma reconstrução do que estava colocado. Precisa-se de um tempo para reativar os pontos. Falando sobre os editais, estamos num momento de crise e a verba para contemplar todos os pontos está curta. Mas é possível, com o edital de redes, o edital de mídia livre e o edital de cultura indígena, que são bem recentes, e, em paralelo, o mapeamento já realizado, pensar novas formas para fomentar o empoderamento dos pontos de cultura. Acredito que também é papel do MinC fazer com que esses pontos articulem-se entre eles mesmos e consigam o auto sustento.

J.M.: Mesmo em uma ambiência comunitária, que é a Casa Coletiva, há regimes de posse?

A.P.: O processo coletivo não é perder a sua individualidade, mas é você conseguir, a partir da sua individualidade, construir um coletivo. Não é que exatamente tudo seja de todo mundo, é como através da inteligência coletiva, nós solucionamos questões emergentes. Então, há dispositivos, como celulares e computadores, que são de uso individual. Mas nada impede que se o meu celular estiver quebrado, eu peça o de outra pessoa. Assim, existe o armário coletivo, onde todo mundo divide as roupas, mas não isso não impede que você tenha certo apego sobre determinadas coisas.

J.M.: Este ano, 2015, o Fora do Eixo abriu um edital de vivência, no qual convocava pessoas interessadas a embarcar na sua experiência. Qual foi o intuito e a expectativa?

A.P.: Nós já trabalhamos com vivência há muito tempo. Participam pessoas de outros coletivos, que levam daqui o que absorveu da nossa experiência como também trazem novas maneiras de viver e trabalhar. Há dois tipos de editais de vivência: um permanente, que é a vida nas casas, transitório, que é a vivência nos festivais de música e cinema que promovemos. Assim, abrimos editais de fotografia, para cobrir os eventos que promovemos, então selecionamos a galera que vai fazer parte da equipe naquele momento. As pessoas selecionadas ficarão na casa coletiva nos dias do evento, com hospedagem, alimentação, transporte inclusos e voltam para suas cidades. Ou se deu certo e gostaram da experiência, nós podemos prorrogar essa vivência até, talvez, a pessoa virar um núcleo orgânico dentro da casa. O edital de vivência tem o objetivo de estimular a troca, para que não fique nós com nós mesmos. A ideia é quanto mais gente mobilizada, melhor. Nós somos um movimento social, temos um desafio muito grande com relação ao contexto político que estamos vivendo. Nós temos que estar mobilizando através da cultura, através da arte.

J.M.: Gostaria de saber mais sobre as atividades que são realizadas na Casa Coletiva no Rio de Janeiro.

A.P.: O Fora do Eixo e a Mídia Ninja já estão há dois anos no Rio. Eu estou aqui desde este ano. O pessoal morava antes no Apê Ninja, localizado no bairro da Urca, um apartamento provisório e emprestado e da lá foi construída a base da Mídia Ninja da cobertura da Copa do Mundo e das eleições, ambos os eventos de 2014. Durante o ano passado inteiro, o pessoal foi mapeando casas. Então chegamos a essa casa, localizada no bairro de Santa Teresa, que contemplou o que queríamos: Mídia Ninja, hospedagem, trabalhar com movimentos sociais... Enfim, desde janeiro deste ano, essa casa está na ativa. Então, no primeiro semestre, essa casa recebeu muita festa, teve a Bienal da UNE (União Nacional dos Estudantes), entre outras, foi

um momento de acelerar as partículas desse espaço. Nos últimos dois meses, estamos num processo interno de imersão, que envolve planejamento, de estruturação, de arquitetura de rede, de reconexão de pontos. Mas no verão do próximo ano, pretendemos voltar com as festas, pois elas são bem importantes para o aumento dos nossos recursos, nós fazemos um bar, cozinhamos e vendemos comida, tem o ingresso. Mas as atividades vão além, também pensamos os espaços da casa para nos proporcionar uma sustentabilidade considerável. Assim, surgiu a ideia de fazer uma horta, para nós podermos ter alimentos orgânicos à mão. Também realizamos cine clube com debatedores. Também tem a Pós-TV, que ocupa a Internet com debates políticos importantes e no primeiro semestre deste ano, eles rodavam, a partir daqui, dois programas semanais, o Firme no Blindão, às quartas-feiras, e o Super Bapho, com a realizadora Sabrina Fidalgo. Neste momento, nós mesmos estamos reformando a casa, estamos nos preparando para o que está por vir. No final do ano, teremos um encontro global chamado Emergências, produzido pelo MinC, mas é um projeto que vem sendo construído há um tempo pelos movimentos sociais. O encontro será aqui, no Rio, então temos dois meses temos que correr, pois será como um Fórum Social Mundial, de mídia livre, de cultura.

J.M.: Me parece que pela atuação construída por vocês através da mídia, a comunicação atua como condicionante de uma democracia mais, digamos, radical. Como você vê essa relação entre mídia democrática e a própria democracia?

A.P.: Acredito que é um *link* impossível de não se fazer. A democratização da mídia é fundamental para que a gente tenha uma reforma política e também para que a gente não tenha uma mídia dominada por grupos hegemônicos que cria uma verdade de acordo com os interesses deles. A democratização da mídia faz com que as minorias tenham voz, o pobre tenha voz, a periferia tenha voz. Então, isso é fundamental para se estabelecer uma reforma política e possamos chegar a uma democracia de fato.

Apêndice B - Entrevista com Catarina Santos, fotógrafa que exerce a mídia livre, lotada em Natal-RN, realizada em vinte e quatro de novembro de 2015.

Jadson Maia: Após as Jornadas de Junho, você fotografou *performances* do Coletivo Poéticas. Qual sua ligação com o grupo (naquele momento e hoje)? E qual a pertinência dessa articulação?

Catarina Santos: O Poéticas foi construído em 2013 transitoriamente num período após as jornadas, tínhamos um grupo autônomo pequeno que inicialmente teorizou a possibilidade de acampamentos com o formato do 15M espanhol dialogando em grupos de trabalho em diversas temáticas, no entanto, após um distanciamento do grupo inicial e de aproximação com artistas de linguagens mais amplas e com a ocupação da Câmara por autônomos e pelo Movimento Passe Livre – Natal foi possível articular um elo do Projeto Poéticas Urbanas com temáticas que gostaríamos de abordar. Deste contexto, saíram as intervenções no centro da cidade e Ribeira que envolviam a relação de imagens, *performance*, direitos humanos e *práxis*. Com o tempo, o Poéticas acaba novamente desarticulando e as pessoas envolvidas começam a engajar em outras pautas/práticas. Foi algo pontual e necessário, mas sem adesão da “classe artística potiguar”, sendo mais um nó efêmero da teia de ações sociais e políticas desenvolvidas neste momento da cidade.

JM: Como se dá o financiamento do seu trabalho? Já participou de algum edital de cultura? Não há financiamento nem para equipamentos ou práticas, tudo se torna autônomo e na relação de coletivos e pessoas, embora atualmente haja um planejamento médio e longo prazo para articulação em editais e outras possibilidades de atuação mais continuadas. Tentei participar de alguns editais mais locais, nunca buscando amplo financiamento de projetos, algo que atualmente se configura de forma mais concreta.

JM: Dado certo sentido colaborativo, como são tomadas as decisões acerca do exercício de seu trabalho? Você procura articular com outros coletivos de mídia, com os movimentos sociais ou, geralmente, mantém a autonomia?

CS: Durante grande período contribuí com amplas ações autônomas, seja de movimentos como o Passe Livre em Natal ou mesmo com coletivos de residência artística, mas atualmente há um enfoque maior para criação de uma mídia autônoma feminista.

JM: Do contexto das Jornadas de Junho, como você vê a relação entre mídia (livre) e os movimentos sociais?

Durante grande período as mídias livres tornam-se suporte de movimentos, visto que a essência destas é construir perspectivas e reflexões contra-hegemônicas, de denúncia, de alternativa – principalmente no contexto local potiguar o qual temos ainda a presença de políticos como donos ou sócios de meios de comunicação. Então, nesta perspectiva, artigos com perfil analítico trazendo conceitos mais politizados e/ou contato com imagens fotográficas que geram conflitos semióticos são importantes para registrar uma memória alheia à visão conservadora da cidade. No entanto, esse ponto de tornar-se suporte não se constitui como uma prática agregadora a longo prazo visto a falta de participação continuada seja no pensar epistemológico da comunicação ou na *práxis* articulada com contextos diversificados. Como o movimento se dá na rua e na sua efemeridade com o contexto urbano é preciso chegar mais próximo da metodologia deste, o que muitas vezes indica uma frente contra cooptação de pautas por entidades presentes nestes movimentos, algo que pode ser desgastante e nada construtivo. Assembleias, plenárias e o formato normativo que alguns movimentos utilizam como “ferramentas” de organização de falas afastam perspectivas mais fluidas.

JM: Em que medida a mídia livre aparece num contexto de radicalização da democracia? Tem a ver com a democratização da mídia?

CS: A concepção que somos todos comunicadores é essencial para pensar processos de democracia participativa, isso tem a ver com o percurso da informação, de refletir sobre contextos diversificados e que tipo de linguagem cada grupo deseja trabalhar coletivamente. As mídias livres – quando pensadas de forma estratégica articulando protagonistas dos próprios discursos – são importantes ferramentas para formar opiniões e orientar sobre o direito a comunicação. Diante da atuação de mídias hegemônicas locais/nacionais que perpetuam uma cultura de oligarquias e de coronelismo midiático qualquer ato que atente para uma alternativa a esta visão é uma tentativa de radicalizar a democracia na comunicação. Diante disto, não só pensar atuação de forma legal como a luta pela implementação da Lei da Mídia Democrática como também incentivar, articular e construir redes solidárias de mídias livres contrárias a transformação da comunicação como mercadoria são importantes neste processo de estabelecer frentes de combate a uma democracia representativa não identitária com a própria sociedade – a quem ela afirma atingir.

JM:Quais os eixos de atuação se dá seu trabalho? Movimentos sociais e comunidades? Conte como é atuar em cada um desses eixos.

CS: De forma autônoma acabo articulando diferentes perspectivas no trabalho com a fotografia, seja em movimentos, em populações tradicionais ou periferias. Em cada eixo, se trabalha a perspectiva da comunicação como direito humano e a importância de articular o próprio discurso como protagonistas e para isso questiona-se o local de fala. Numa atuação em movimentos sociais que pautam mobilidade urbana por exemplo, sendo eu branca, classe média e natalense posso me inserir neste contexto de protagonismo, o que é totalmente diferente quando atuo em comunidades indígenas ou assentamentos rurais. Em suma, o trabalho se localiza neste eixo da fotografia sócio-política e direitos humanos.